



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE – PRODEMA



OCUPAÇÃO DOS MANGUEZAIS COMO EXPRESSÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL
NA ILHA DA CRÔA / BARRA DE SANTO ANTÔNIO – AL

MARISTELLA SAMPAIO MARQUES DA SILVA

MACEIÓ – AL
2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE – PRODEMA



**OCUPAÇÃO DOS MANGUEZAIS COMO EXPRESSÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL
NA ILHA DA CRÔA / BARRA DE SANTO ANTÔNIO – AL**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento e
Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade
Federal de Alagoas - UFAL como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Desenvolvimento e Meio Ambiente.**

**Orientador: Prof. Dr. Jenner Barretto Bastos
Filho e Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sineide
Montenegro.**

MARISTELLA SAMPAIO MARQUES DA SILVA

**MACEIÓ – AL
2011**

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto

S586o Silva, Maristella Sampaio Marques da.
 Ocupação dos manguezais como expressão da exclusão social ma ilha da
 Crôa/Barra de Santo Antônio-AL / Maristella Sampaio Marques da Silva. -2011.
 129 f.: il.:fots, gráfs. tabs.

 Orientador: Jenner Barreto Bastos.
 Co-orientadora: Sineide Montenegro.
 Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade
 Federal de Alagoas. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e
 Meio Ambiente, Maceió, 2011.

 Bibliografia: f. 102-104.
 Apêndices: f. 105-119.
 Anexos: f. 120-129.

 1. Manguezais - Alagoas. 2. Manguezais – Ocupação – Impactos ambientais.
 3. Políticas públicas - Barra de Santo Antônio (AL). 4. Políticas sociais - Barra
 de Santo Antônio (AL). 5. Sustentabilidade. 6. Planejamento urbano - Barra de
 Santo Antônio (AL). I. Título.

CDU 504.03

MARISTELLA SAMPAIO MARQUES DA SILVA

**OCUPAÇÃO DOS MANGUEZAIS COMO EXPRESSÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL
NA ILHA DA CRÔA / BARRA DE SANTO ANTÔNIO – AL**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento e
Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade
Federal de Alagoas - UFAL como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Jenner Barretto Bastos
Filho e Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sineide
Montenegro.

BANCA EXAMINADORA

Orientador- PRODEMA – UFAL: Prof. Dr. Jenner Barretto Bastos Filho

COORDENADOR: IGDEMA/PRODEMA/UFAL: Prof.Dr. Lindemberg Medeiros de Araújo
Examinador Interno

FSSO /UFAL:Prof. Dr^a.Elvira Simões Barretto
Examinadora externa

CEDU / UFAL: Prof. Dr^a Anamélea de Campos Pinto
Examinadora externa

Maceió – AL

2011

Á memória de Geraldo Paulo de Paula, meu tio muito amado. Grande e expressivo advogado, exemplo de profissional, um eterno estudioso das mais diversas culturas e literaturas; companheiro, amigo, pai zeloso, e um avô adorável.

Esta lembrança respalda-se por ter sido ele, além dos meus pais, um dos maiores incentivadores ao meu ingresso e durante o início ao Mestrado.

Sem dúvida alguma, acredito que onde ele estiver agora estará satisfeito.

Tio Géu, muito obrigada pelo seu carinho,atenção, apoio, respeito e por ter acreditado sempre em mim.

Agradecimentos

A Deus – Pai, todo Poderoso e a Virgem Maria, que possibilitaram meu ingresso no Mestrado, sempre me guiando, me iluminando para que eu pudesse alcançar meu objetivo com dignidade;

Aos meus pais, Cláudio e Socorro que são os alicerces da minha vida, e que me acompanharam desde minha intenção e luta de fazer um Mestrado até sua conclusão; estiveram sempre do meu lado acreditando e apoiando em todo esse percurso;

A Paulo André, meu esposo, pela paciência, carinho e por, também, acreditar, apoiar e incentivar a chegar a realização final desse trabalho, me renovando e estimulando em todos os momentos;

A toda a minha família, em nome do meu Tio, Dr. Carlos Sampaio, dentista e ex-docente da UFPB, muito querido e amado. Obrigada por todos vocês terem me acompanhado nesse meu caminho, me incentivando, demonstrando, afeto e respeito; a todos vocês, o meu muito obrigada!

Ao Prof. Dr. Jenner, meu professor da disciplina Lógica e Crítica e orientador, o qual jamais poderei esquecer, pelo exemplar profissional, pelo ser humano digno, que aprendi com o dia-a-dia a respeitá-lo. Muito obrigada Professor pelo seu compromisso, atenção, tempo despendido, carinho e respeito ao trabalho;

A todo o colegiado do PRODEMA, e dos docentes da UFAL, que de alguma forma contribuíram para meu crescimento, em nome do Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araújo e em especial, minha Co- orientadora Prof^a. Dr^a. Sineide Montenegro, pela atenção e paciência;

À FAPEAL (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas), que sem esse apoio financeiro, sem dúvida alguma, não poderia agregar valores a minha pesquisa e, indubitavelmente, ao meu crescimento. Muito Obrigada.

A Marli, Cristiane e ao Messias, funcionária e estagiários do PRODEMA, muito obrigada pelo carinho e atenção;

A Sandra Menezes, pela oportunidade em ter estado no IMA/AL (Instituto do Meio Ambiente - Alagoas) e de ter conhecido melhor e de perto todas as

atividades que envolvem esse universo maravilhoso e tão exposto as ameaças humanas que é o Meio Ambiente;

A Alex Nazário (Diretor das Unidades de Conservação do IMA), que contribuiu de forma significativa para esta dissertação, dando seu parecer técnico sobre impacto ambiental; A Ligia Toledo (Bibliotecária do IMA), Sônia Barroso (Funcionária da Educação Ambiental do IMA), Adriana Melo (Assessora técnica do IMA) , a vocês o meu muito obrigada pelo acolhimento e pela paciência a mim dispensados pela minha passagem por esse Instituto;

Aos meus amigos que conheci no PRODEMA e que sem dúvida alguma, não os esquecerei. Vera, Dionarí, Elaine, Juliana Medeiros, Marina, Águida, Deivdson, Celso Agripino e João Geraldo.

Às minhas amigas: Andréa Menezes, Márcia Andréa, Rosilene Bruno, Michelline Costa, Sandrely Pimentel, Jadileide Pereira, Fernanda Ferreira, e Jovanka Bezerra de Melo, pelo apoio, carinho e amizade depositados em tantos anos;

Às minhas amigas e colegas Assistentes Sociais do Hospital Sanatório, Quitéria Germino da Silva e Amanda Viana de Amorim Teixeira, pela amizade, paciência, apoio, atenção, carinho a mim dispensados nos momentos os quais foram totalmente decisivos para a finalização deste trabalho;

À Prefeitura de Barra de Santo Antônio, pela disponibilização dos dados concernentes ao município;

A todos aqueles que de forma direta ou indireta, contribuíram para que esse sonho fosse concretizado.

“Escrever é traduzir.

Mesmo quando estivermos a utilizar a nossa própria língua. Transpomos o que vemos e o que sentimos para um código convencional de signos, a escrita... e deixamos às circunstâncias e aos acasos da comunicação a responsabilidade de fazer chegar à inteligência do leitor, não tanto a integridade da experiência que nos propusemos transmitir, mas, uma sombra ao menos do que no fundo do nosso espírito sabemos bem ser intraduzível...”

(José Saramago)

RESUMO

Esta pesquisa trata de questões relacionadas às esferas, econômica, ambiental e principalmente social. Concentra-se mais especificamente, no problema que envolve a exclusão dos sujeitos sociais, constituídos por famílias que ocuparam indevidamente, uma área do manguezal da “Ilha da Crôa”, município de Barra de Santo Antônio, Alagoas, Brasil.

Esta ocupação teve início em 1994 e implicou em impactos econômicos, ambientais e sociais, traços dos quais são analisados em conjunto e correlação, dando-se destaque especial àquilo que for concernente à esfera social. Deste modo, o problema de pesquisa aqui em foco é o de estudar a questão da exclusão social a que esses sujeitos estão submetidos à luz de quadros teóricos que adotamos como referência para conceber o processo de exclusão correspondente.

Os referenciais teóricos que dão suporte à pesquisa compreendem o conceito de tensão por diferenciação (SILVA, 2006), o conceito de desenvolvimento como exercício das liberdades (SEN, 2000), o conceito de desenvolvimento Sustentável (SACHS, 2004) e o conceito de juridicização dos conflitos (BIDARRA, 2000).

A pesquisa procedeu-se conforme a seguinte metodologia: entrevistas e visitas no período de abril de 2006 a setembro de 2010; aplicação de questionários durante os meses de setembro a outubro de 2009. Tanto as entrevistas e visitas quanto a aplicação dos questionários circunscreveram-se a 72 famílias assentadas em área de manguezal da Ilha da Crôa.

A intenção inicial era a de abranger todas as 106 famílias que ocupam a região estudada.

Em que pese esta ter se constituído em uma proposta, em princípio, viável, em função da disponibilidade existente da pesquisadora, a sua consecução, de fato, não se configurou simplesmente pelo fato de que os adultos dessas 34 demais famílias não terem sido encontrados para responder aos questionários. Apesar de a presente pesquisa não ter contemplado a totalidade das famílias ocupantes, o número que representa 72 delas é bastante significativo para os nossos propósitos de estudar a questão da exclusão social às quais são submetidas.

Constata-se que em vista do estado de privações de liberdades, tensão por diferenciação, de insustentabilidade socioeconômico e ambiental e de ameaça de juridicização dos conflitos a que são sujeitadas essas famílias, é forçoso concluir que: se não houvesse a ausência de políticas concomitantemente habitacional, social, educacional e de planejamento urbano que pudesse ter direcionado essas famílias ocupantes, de forma que lhes fossem garantidos os direitos sociais, muito provavelmente estes sujeitos sociais não buscariam a alternativa de ocupar o manguezal.

São tratadas, ainda, nessa pesquisa as relações de poder, de cidadania e de sustentabilidade de forma intrínseca à questão da exclusão social, como subsídio à compreensão do fenômeno da ocupação em área de manguezal e vislumbrando os seus descortinamentos sócio-ambientais.

PALAVRAS – CHAVE: ocupação, manguezal, impactos ambientais, políticas públicas e sociais, gestão, sustentabilidade e planejamento urbano.

ABSTRACT

This research addresses issues related to the spheres, economic, environmental and especially social. It focuses more specifically on the problem concerning the exclusion of social subjects, consisting of families who occupied inappropriately, a mangrove area of the "Island of Crôa," the city of Barra de Santo Antonio, Alagoas, Brazil.

This occupation started in 1994 and resulted in significant economic, environmental and social traits of which are analyzed together and correlation, giving special attention to what is concerning the social sphere. Thus, the research problem in focus here is to study the issue of social exclusion that these individuals are subject in the light of theoretical frameworks that we adopted as reference for designing the corresponding exclusion process.

The theoretical support to the research understand the concept of tension for differentiation (SILVA 2006), the concept of development as the exercise of freedoms (SEN, 2000), the concept of sustainable development (SACHS 2004) and the concept of juridicizing conflicts (BIDARRA,2000).

The study proceeded according to the following methodology: interviews and visits in the period April 2006 to September 2010; questionnaires during the months from September to October 2009. Both the interviews and visits and the questionnaires limited to 72 families settled in the area of mangrove Croa Island. The original intention was to cover all the 106 families that occupy this region. In spite of its having been constituted as a proposal in principle feasible, due to availability of the researcher, its achievement, in fact, be set simply by the fact that the adults in these 34 other families were not found to respond to questionnaires.

Although this research has not covered all of the families occupying the number 72 that represents them is very significant for our purposes of studying the issue of social exclusion to which they are subjected.

It appears that given the state of deprivation of freedom, for voltage differential, socioeconomic and environmental sustainability and the threat of conflict juridicizing who are subject to these families, it is clear that: without the concomitant absence of

housing policies social, educational and urban planning that would have directed these families occupants, so they were guaranteed social rights, social individuals probably would not seek the alternative of taking the mangrove. They are treated also in this research the relationships of power, citizenship and sustainability so intrinsic to the issue of social exclusion, as a subsidy to understand the phenomenon of the occupation in mangrove area and looking to unveiling its socio- enviromental.

KEY - WORDS

occupation, mangrove, environmental impacts, public and social policy management, sustainability and urban planning.

SIGLAS/ABREVIações

ABCR – Associação Brasileira de Concessionários de Rodovias

ACS – Agente Comunitário de Saúde

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

EA – Educação Ambiental

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FAPEAL – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas

GEOSUAS – Georreferenciamento do Sistema Único da Assistência Social

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGD – Índice de Gestão Descentralizada (PBF)

IMA – Instituto do Meio Ambiente

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PS – Posto de Saúde

PSF – Programa Saúde da Família

PBF – Programa Bolsa Família

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SMEBSA – Secretaria Municipal de Educação de Barra de Antônio

SMSBSA – Secretaria Municipal de Saúde de Barra de Antônio

SUMÁRIO

Introdução.....	14
 CAPÍTULO 1	
O município de Barra de Stº. Antônio- AL.....	18
1.1 – História.....	18
1.2 – Aspectos ambientais e culturais.....	26
1.3 – Aspectos socioeconômicos.....	27
1.3.1- Indicadores sociais do município.....	28
1.3.2- Ranking nacional do IDH de B. de Stº. Antônio e Maceió.....	28
1.3.3- Dados sobre a Assistência Social do município de Barra.....	29
1.3.4- Dados sobre a rede de educação do município de Barra.....	31
1.4 – Contextualizações socioeconômicas e históricas sobre a comunidade dos Sem - Terra II.....	34
 CAPÍTULO 2	
Referenciais Teóricos.....	38
2.1 – Desenvolvimento como liberdade - Amartya Sen.....	38
2.2 – Tensão por diferenciação - Henrique Silva.....	41
2.3 – Desenvolvimento Sustentável - Ignacy Sachs	43
2.4 – Juridicização dos conflitos - Zelimar Bidarra.....	47
 CAPÍTULO 3	
Resultados e análises dos questionários aplicados.....	49
3.1 – Análises sobre os resultados coletados na pesquisa.....	49
3.2 – Gráficos com os resultados coletados na pesquisa.....	59
 CAPÍTULO 4	
Meio Ambiente e a Cidadania.....	68
4.1 – Políticas Públicas buscando a integração entre o social, o econômico e o Meio Ambiente.....	68
4.2 – Buscando o Desenvolvimento Sustentável.....	73

CAPÍTULO 5

A ocupação ilegítima de solos e suas consequências.....	80
5.1 – A questão da tensão por diferenciação.....	80
5.2 – A juridicização coletiva dos conflitos de ocupação desordenada de solos.....	85

CAPÍTULO 6

Ocupação dos manguezais como expressão da exclusão social na Ilha da Crôa / Barra de Santo Antônio – AL	87
--	-----------

6.1 - A exclusão social e a ausência de Políticas Públicas.....	87
---	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
--	------------

<u>APÊNDICE</u>.....	105
-----------------------------	------------

1 – QUESTIONÁRIO 01.....	106
---------------------------------	------------

2 – QUESTIONÁRIO 02.....	107
---------------------------------	------------

3 – RESENHA PÚBLICADA SOBRE ÁGUA SOLO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	108
--	------------

4 – FOTOS.....	113
-----------------------	------------

<u>ANEXOS</u>.....	120
---------------------------	------------

1 – PARECER TÉCNICO SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL.....	121
---	------------

2 – TABELA SOBRE DADOS RELACIONADOS À QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES DA BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL.....	124
--	------------

3 – TABELA SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS DIRETOS NOS ECOSSISTEMAS COSTEIROS EM ALAGOAS	126
--	------------

4– TABELA SOBRE O TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO DE ALGUNS MATERIAIS LANÇADOS AO MAR	128
--	------------

5 – FOTOS.....	129
-----------------------	------------

1 – INTRODUÇÃO

A pesquisa foi realizada na Ilha da Crôa, município de Barra de Santo Antônio; que está localizado no litoral norte do Estado de Alagoas, mais precisamente a 37 km da capital alagoana, Maceió.

A população do estado de Alagoas, segundo dados do IBGE 2010, é de 3.120.922 habitantes e a do município de Barra de Santo Antônio é estimada em 14.228 habitantes.

É oportuno fazer um destaque sobre a questão geográfica da “Ilha”, que na realidade não é uma Ilha e sim uma península, a qual é ligada ao continente com o município de São Luís do Quitunde. Cujas sede localizada a 13 km de Barra de Santo Antônio.

A Ilha da Crôa está na rota de passeios turísticos mais procurados, tanto em nível nacional quanto internacional. É um lugar com praias muito bonitas e ainda consideradas selvagens, haja vista, ainda, a dificuldade de acesso.

Para chegar até a Ilha, é necessário atravessar a ponte e o percurso é bastante acidentado, pois, a estrada na Ilha ainda é de barro. Nos períodos de chuva, o acesso torna-se bastante complicado. Este é apenas possível pela praia se a maré estiver baixa.

A ponte, recentemente inaugurada no ano de 2010, é um equipamento que vem sendo esperado há mais de oito anos e que indubitavelmente irá contribuir para o desenvolvimento da Barra. Provavelmente irá impulsionar o turismo, principalmente na Ilha da Crôa. Espera-se que isso venha a propiciar o surgimento de empregos, dando oportunidades de inserção no mercado de trabalho para àqueles que estão à margem da sociedade.

A Ilha da Crôa é tida como zona urbana, visto seu crescimento populacional e comercial. Na Ilha da Crôa, encontram-se pousadas, chalés, restaurantes, pizzaria, sorveterias, mercadinhos, depósitos de bebidas e de materiais de construções, farmácias e salões de beleza.

Conta-se ainda com a “população flutuante”, que é composta por pessoas que possuem casas de veraneio e que de maneira formal e informal oportunizam trabalho aos residentes permanentes, principalmente, as famílias que residem na Ilha e na Barra I, gerando assim renda que paralelamente a isso pode-se vislumbrar uma melhor qualidade de vida.

É na Ilha da Crôa ou Barra II, que podemos encontrar a uma distância de 1,5 Km a comunidade dos Sem-Terra II. Esta é assim denotada, pois em 1994, ou seja, há 16 anos o Movimento dos Sem-terra (MST) ocupou por um momento muito breve o município. A partir daí, parte da população que vivia na periferia da Barra tomou a atitude de ocupar indevidamente o manguezal.

Essa posição tomada por parte da comunidade da Barra pode ser considerada como uma reação ao descaso da gestão pública com aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza, que não possuem acesso aos bens e serviços voltados ao cidadão. Entretanto, o único serviço disponibilizado a essa camada social é o Programa Bolsa Família – PBF, o qual disponibiliza uma renda mínima que visa assegurar à família a saída da situação de miserabilidade.

Neste momento, é muito importante enfatizar que, essa atitude tomada por estes sujeitos sociais, as famílias ocupantes, é absolutamente contrária aos interesses do Movimento Sem Terra (MST), visto que os princípios que fundam o Movimento estão voltados a

(...) Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.¹

É importante, neste momento fazer um pequeno destaque sobre este movimento tão expressivo que faz história no nosso país. A história do MST pode assim ser resumida:

¹ Íntegra desse texto disponível no site: www.mst.com.br

Há 26 anos, em Cascavel (PR), centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. Os latifúndios desapropriados para assentamentos normalmente possuem poucas benfeitorias e infra-estrutura, como saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer. Por isso, as famílias assentadas seguem organizadas e realizam novas lutas para conquistarem estes direitos básicos.²

O local, que na época o Movimento Sem Terra permaneceu, foi o de um terreno no Povoado de Santa Luzia, distrito da Barra, conhecido como praia de Tabuba, que fica a 2k da sede do município. Este assentamento ficou sendo chamado de *Sem-Terra I*. O segundo assentamento está localizado na Ilha, e é conhecido como *Sem-Terra II* o qual é justamente o objeto de estudo deste trabalho.

Não queremos aqui, de forma alguma, expressar que o MST influenciou estes sujeitos sociais a realizarem essa ocupação; nosso objetivo aqui é explicitar a origem dos nomes dados a essas comunidades que ocuparam indevidamente áreas protegidas ambientalmente.

² Integra desse texto disponível no site: www.mst.com.br

Portanto, quando nos referimos ao termo ocupação indevida, estamos esclarecendo que essa pequena fatia que compunha anteriormente a periferia da Barra em 1993, considerou que, a atitude de invadir o manguezal seria uma ação correta; daí então foi considerado, por estes sujeitos sociais, que essa ocupação iria beneficiá-los, de maneira tal que a gestão municipal se sentisse pressionada a tomar atitudes que, posteriormente, lhes fossem garantidos o direito e o acesso à habitação.

A invasão ocorrida na Ilha da Crôa se deu oito meses após a passagem do Movimento pelo município. Esta tomada de decisão partiu do princípio de que o espaço que seria ocupado na Ilha conferiria a estes sujeitos sociais uma vida mais tranqüila, no sentido em que, com a proximidade do Rio Santo Antônio e a opção também do mar, estaria garantido, diariamente, o alimento da família.

A comunidade dos Sem-Terra II ocupou, na Ilha da Crôa, um espaço de 340 metros de manguezal há pouco mais de dezesseis (16) anos e é composta atualmente por 106 famílias, segundo dados coletados por nossa pesquisa de campo os quais coadunam com os dados da SMSBSA (Secretaria Municipal de Saúde de Barra de Santo Antônio).

O presente estudo trata, então, da ocupação dos manguezais como expressão da exclusão social, voltada ao comportamento da comunidade em relação à *questão da tensão por diferenciação* instaurada entre a comunidade dos Sem – Terra II e a comunidade nativa da Ilha e da Barra de Santo Antônio/AL e principalmente pela situação da ocupação totalmente indevida, em área de preservação permanente, a qual será vista como uma situação *de* juridicização dos conflitos.

Contudo, esse estudo, não tem pretensão alguma de oferecer soluções definitivas aos complexos problemas enfocados e sim podermos, a partir dos dados coletados, ilustrar, basicamente, como esses sujeitos sociais chegaram a essa situação de absoluta exclusão social.

CAPÍTULO 1

O município de Barra de STº. Antônio- AL

1.1- História

O município e Barra de Santo Antônio, será aqui retratado de acordo com dados coletados pelo IBGE/2010, site esse que melhor retratou a história do município.

O município foi colonizado por volta de 1853, período este que é marcado com a chegada dos holandeses no litoral norte alagoano.

(...) A partir daí começou o progresso no povoado, que era constituído por poucas casas de taipa construídas à margem do rio Santo Antônio, o qual corta a cidade em dois locais distintos – um mais urbano, à margem direita e um outro, mais turístico, localizado à margem esquerda. No lado esquerdo, existiu um cruzeiro construído pelos holandeses, que servia de ponto de partida para a procissão de Bom Jesus dos Navegantes, contudo, foi destruído pelo tempo.³

Ainda nessa mesma época, funcionava um estaleiro no qual, barcos e navios de pequeno porte eram construídos para viabilizar uma melhor qualidade de vida da comunidade que até os dias atuais, em sua maioria, ainda são pescadores.

(...) A pesca e a exploração da pedra calcárea sempre foram os pontos básicos da economia.⁴

³ Integra desse texto disponível no site do IBGE: www.censo2010.ibge.gov.br

⁴ Integra desse texto disponível no site do IBGE: www.censo2010.ibge.gov.br

O líder, Manoel Monteiro de Carvalho, que recentemente teve seu nome homenageado em uma das maiores escolas do município, foi o responsável pela emancipação política do distrito em 1960, pois até então, Barra de Santo Antônio pertencia a São Luís do Quitunde.

(...) Barra de Santo Antônio tem, no turismo, sua vocação natural. Suas praias conservam características selvagens e linhas de arrecifes formam piscinas naturais de uma limpidez incontestável.⁵



FIGURA 01: VISTA ÁREA DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO E A ILHA DA CRÔA⁶

Desde maio de 2010, finalmente, foi entregue a comunidade a ponte que liga a Barra à Ilha da Crôa, possibilitando assim a qualidade no acesso às duas localidades.

⁵ Integra desse texto disponível no site do IBGE: www.censo2010.ibge.gov.br

⁶ Fotografia disponível no site www.barradesantoantônio/al. 2008

A data de entrega da ponte foi 08 de maio de 2010, tendo como nome, Prefeito Rogério Farias. Homenagem feita ao ex- Prefeito do município, que exerceu por duas vezes o cargo de gestor municipal e que foi o maior idealizador desta obra.



FIGURA 02: VISTA ÁREA DA ILHA DA CRÔA⁷

Destacamos que a travessia de balsa está desativada desde a entrega da ponte em maio.

Possivelmente, de acordo com as informações coletadas pela gestão pública municipal da Barra, a balsa deverá realizar passeios de cunho turístico, ao longo do Rio Santo Antônio, visto que essa possibilidade vem sendo amplamente discutida pela gerência municipal para dar maior incremento ao turismo municipal.

O Turismo em Barra de Santo Antônio/AL pode ser visto ainda como em um estágio inicial. O município não oferece aos seus visitantes uma estrutura de acomodação, esta ainda é tida como regular, pois os visitantes só contam com 3 (três) pousadas em formato de chalés.

⁷ Fotografia disponível no site www.barradesantoantônio.al. 2008

O turista que vem credenciado pela rede hoteleira da capital alagoana, conta com uma estrutura de restaurante e de passeio pelo rio Santo Antônio, fantástica. O restaurante possui excelente atendimento, lojinhas de artesanato local e da região nordeste, apresentações de folguedos nordestinos e um detalhe interessante, redes disponibilizadas, ao longo das margens do rio e em baixo de coqueiros para proporcionar o descanso e o relaxamento dos que lá estão.

O restaurante Estrela Azul é um espaço conhecido nacional e internacionalmente e o único disponível no município; claro que para desfrutar desses serviços, são dispostos aos turistas valores, os quais chegam a custar em média R\$50, 00, pelo passeio até as praias da Ilha da Crôa, almoço e assistir as apresentações regionais. Contudo, para aquele turista desavisado que chega ao município por conta própria não irá contar com os serviços elencados acima. Deverá pagar por um almoço, possivelmente no mesmo valor do restaurante acima destacado e sem estrutura alguma de conforto e higiene.

Os chalés, não disponibilizam refeição alguma, tendo que o visitante, por algumas vezes, ter de se deslocar para o município vizinho para ter acesso aos serviços de culinária.

Na Ilha da Crôa, existe uma pizzaria e algumas sorveterias, as quais funcionam a partir das sextas-feiras até aos domingos, isso dado o movimento fraquíssimo de visitantes.

O município de Barra de Santo Antônio/AL disponibiliza muito espaço para o turismo ser desenvolvido; os investimentos podem partir para os passeios pelo Rio Santo Antônio, visitas às praias e refeições com vista para o mar ou para o rio. Contudo, atualmente, o turista conta apenas com restaurantes, quiosques que oferecem apenas uma estrutura básica, ou seja, cozinhas e banheiros improvisados, com pouquíssimos cuidados voltados a higiene.

Por ser, o município um lugar tão requisitado pelo turismo, não deveria, apenas ter como referência de excelente estrutura o restaurante Estrela Azul, mas, todos os outros deveriam, com o apoio das instituições responsáveis pelo turismo e gestão pública, se adequarem ao formato correto para poderem, então, receber bem, com qualidade, todo àquele que visitar o município de Barra de Santo Antônio.

Obviamente, que antes de se dar início a uma reestruturação de toda rede de restaurantes e lanchonetes, devem serem realizados estudos de impactos ambientais (EIA), paralelamente aos relatórios de impactos ambientais (RIMA), para que o meio ambiente não seja impactado com o volume de pessoas e de construções inadequadas; deve haver, também, um processo contínuo de conscientização ambiental para todos que estiverem a frente dos empreendimentos para que exista realmente o desenvolvimento sustentável, isto é, economia ativa, desenvolvimento correto e meio ambiente protegido.



FIGURA 03: BALSA ATRACADA NA BARRA DE SANTO ANTÔNIO
AO FUNDO LOCALIZA-SE A ILHA DA CRÔA⁸

⁸ Fotografia disponível no site www.barradesantoantonio/al. 2008



FIGURA 04: PONTE QUE LIGA A BARRA DE SANTO ANTÔNIO Á ILHA DA CRÔA⁹



FIGURA 05: PRAIA DE CARRO QUEBRADO – PASSO DE CAMARAGIBE¹⁰

⁹ Fotografia tirada por Maristella Sampaio em 08/2010

¹⁰ Fotografia disponível no site www.barradesantoantônio.al. 2008



FIGURA 06: PRAIA DOS MORROS – PASSO DE CAMARAGIBE¹¹

No entanto, com o pleno funcionamento da ponte, espera-se que haja um maior monitoramento e acompanhamento da gestão ambiental municipal, no que se refere à especulação imobiliária da região, para que o meio ambiente não seja mais uma vez, alvo de degradação.

As festividades destacam-se a festa de São Sebastião Vinte (20) e janeiro, carnaval, a Micacrôa (festa realizada na Páscoa, no sábado de Aleluia), festejos juninos, festa de abertura do verão, festa do padroeiro (Santo Antônio – 11/06) e a Emancipação Política, festejada em vinte (20) de agosto e a festa de Nossa Senhora da Conceição festejada em 05/12.¹²

¹¹ Fotografia disponível no site www.barradesantoantônio.al. 2008

¹² Integra desse texto disponível no site do IBGE: www.censo2010.ibge.gov.br

As festividades em destaque referem – se ao grande número de pessoas que visitam o município. São nesses períodos que podemos visualizar a insustentabilidade local, pois com o número expressivo de visitantes, o município fica sem condições de abastecimento de água, sendo a mesma potável ou para uso doméstico, como também energia e, como já foi posto em discussão anteriormente, a deficiência de um número maior de pousadas e hotéis é realmente expressiva, inviabilizando , assim, acomodações para os que vão visitar, passear ou prestigiar as festividades locais.

1.2- Aspectos ambientais e culturais

O clima no município é do tipo tropical chuvoso com verão seco.

A Latitude é de – 09° 24' 17s e a Longitude é de 35° 30' 26w

A extensão territorial é de 138km²

O bioma de Barra de Santo Antônio, de acordo com dados coletados no site do IBGE, é caracterizado como de Mata Atlântica.

De acordo com Milaré (2007)

Bioma é um conjunto de diferentes ecossistemas. São comunidades biológicas compostas por populações e organismos da fauna e flora que interagem entre si e com o ambiente de forma estável. É caracterizado por um tipo principal de vegetação, isto é, em um único bioma podemos encontrar tipos diferenciados de vegetação.¹³

Os biomas brasileiros caracterizam-se, em geral, por uma grande diversidade de animais e vegetais (biodiversidade). Para um melhor entendimento sobre os biomas podemos classificá-los em: Biomas litorâneos, caatinga, campos, cerrado, floresta amazônica, mata dos pinhais, mata de cocais, pantanal e mata atlântica.

Segundo um site¹⁴ pesquisado, temos a seguinte classificação:

BIOMAS BRASILEIROS :

- Biomas Litorâneos – com um litoral muito extenso, o Brasil possui diversos tipos de biomas nestas áreas. Na região norte destacam – se: as matas de várzea e os [mangues](#) no litoral Amazônico.

¹³ Trecho extraído do livro: Direito do Ambiente. Édis Milaré, 5ª edição - 2007

¹⁴ Disponível em: www.suapesquisa.com

No Nordeste, há a presença de restingas, falésias e mangues. No Sudeste destacam-se a vegetação de mata Atlântica e também os mangues, embora em pouca quantidade. Já no sul do país, temos os costões rochosos e manguezais.

- [Mata Atlântica](#) – neste bioma há a presença de diversos ecossistemas. No passado, ocupou quase toda região litorânea brasileira. Com o desmatamento, foi perdendo terreno e hoje ocupa somente 7% da área original. Rica biodiversidade, com presença de diversas espécies animais e vegetais. A floresta é fechada com presença de árvores de porte médio e alto.

1.3 - Aspectos socioeconômicos

A Barra de Santo Antônio possui como peculiaridade a atividade pesqueira artesanal, na qual são utilizados os seguintes equipamentos: arrasto simples, arrasto duplo, tarrafa, linha anzol e rede.

A principal fonte de renda é a receita da Prefeitura e o cultivo da monocultura da cana-de-açúcar, que é bem representativo no município. A população ainda não conta com um sistema de geração de trabalho emprego e renda, ou seja, algo com programas de inclusão social destinados a ensinar atividades de cunho profissionalizante que possam agregar conhecimentos e que posteriormente permitam incluir todos àqueles que se sensibilizarem com as políticas públicas, até então implantadas. É necessário que as pessoas se qualifiquem para poder ingressar no mercado de trabalho, que hoje se encontra altamente competitivo.

Contudo, desde 2006, houve um tímido crescimento, e é possível encontrar, por exemplo, algumas lojas disponibilizando produtos diversos, desde movelarias a roupas, como também salões de beleza, restaurantes e supermercado.

É interessante destacar que algumas das lojas de roupas, possuem produtos que são confeccionados no município e com maior expressão principalmente voltada para a moda praia. Destacamos também um número crescente de restaurantes e de lanchonetes e de moto – boys. Estes últimos, agora com o advento da ponte, tornaram-se quase que indispensáveis para o deslocamento das pessoas entre as duas localidades.

Esse crescimento, mesmo ainda tímido, vem possibilitando às pessoas oportunidades de trabalho, diminuindo os índices de desemprego do município afastando – as, assim, da marginalidade que caracteriza a exclusão social.

Na estrutura das questões sociais do município, podemos visualizá-las por segmentos, de acordo com os indicadores pesquisados abaixo:

INDICADORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO*

IDH	0,594
REND A	0,478
TAXA DE INTENSIDADE DE POBREZA	56,21

*DADOS COLHIDOS NO SITE DO IBGE/ www.ibge.gov.br – 2007

* NO SITE DO IBGE 2010, NO MOMENTO DESTA PESQUISA, AINDA NÃO CONSTAVAM OS INDICADORES: IDH, RENDA E TAXA DE INTENSIDADE DE POBREZA.

RANKING NACIONAL DO IDH DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO E MACEIÓ

MUNICÍPIOS	RANKING NACIONAL
BARRA DE SANTO ANTÔNIO	4.782
MACEIÓ	2.181

*DADOS COLHIDOS NO SITE DO IBGE - www.ibge.gov.br 2007

DADOS SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL

Os dados que serão apresentados logo abaixo, expressam uma realidade de exclusão social muito clara vivenciada pela comunidade pesquisada.

A falta de acesso aos direitos sociais, especificamente aqui tratados, como, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), é evidente a ausência de divulgação deste direito, visto o número pequeno de idosos e de deficientes que tiveram acesso às informações previdenciárias e que posteriormente, seus processos encaminhados aos INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) foram deferidos, ou seja, essas pessoas, hoje, estão com uma qualidade de vida um pouco melhor por terem conseguido obter informações que lhes são de direito e que podem usufruir do que está estabelecido nas seguintes leis: Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1999, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência.

O PBF (Programa Bolsa Família), no entanto, já possui um outro perfil, felizmente, pois a maioria dos que vivem na comunidade dos Sem-Terra II, são contemplados por esse benefício.

O entendimento pelo qual essas famílias tiveram acesso ao referido benefício respalda-se pelo fato de o Governo Federal realiza uma publicização, ampla e significativa do programa. No entanto, diferentemente do PBF, o BPC, não tem essa mesma exposição ao público, deixando à margem do processo de inserção àqueles que desse benefício precisam.

Vejamos, agora, abaixo os números pesquisados, no que se refere ao BPC e ao PBF (Programa Bolsa Família).

BPC – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

→ BPC / IDOSO:

TOTAL BARRA	134 Idosos beneficiados
SEM-TERRA II	08 Idosos beneficiados

→ BPC / DEFICIENTES:

TOTAL BARRA	159 deficientes beneficiados
SEM-TERRA II	04 deficientes beneficiados

→ PBF – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

FAMÍLIAS CADASTRADAS	5.000 Famílias *
FAMÍLIAS INCLUÍDAS NO PROGRAMA	1597 Famílias
SEM-TERRA II	52 Famílias

* Número estabelecido pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome) tendo como base o número de habitantes do município.

DADOS SOBRE A REDE DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL¹⁵

NÚMERO DE ESCOLAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	TOTAL
ESTADO	ZONA URBANA: 2 ZONA RURAL: 0	02
MUNICÍPIO	ZONA URBANA: 5 ZONA RURAL: 8	13
PARTICULAR	ZONA URBANA: 1 ZONA RURAL: 0	01
PRÉ-ESCOLA	ZONA URBANA: 4 ZONA RURAL: 6	10
CRECHE	ZONA URBANA: 1 ZONA RURAL: 0	01

¹⁵ Dados cedidos pela Secretaria Municipal de Educação de Barra de Santo Antônio/AL

NÚMERO DE MATRICULADOS 2006	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR EDUCAÇÃO ESPECIAL Nº INCLUÍDOS	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR 1ª à 4ª SÉRIE	ENSINO FUNDAMENTA L REGULAR 5ª à 8ª SÉRIE	EJA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS	TOTAL
ESTADO	01	328	0	-----	328
MUNICÍPIO	01	1.969	1.356	508	3.833
PARTICULAR	0	69	-----	-----	69
PRÉ-ESCOLA	0	MUNICÍPIO: 336 PARTICULAR: 34	-----	-----	370
CRECHE	-----	-----	-----	-----	29

NÚMERO DE MATRICULADOS 2007	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR EDUCAÇÃO ESPECIAL Nº INCLUÍDOS	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR 1ª à 4ª SÉRIE	ENSINO FUNDAMENTA L REGULAR 5ª à 8ª SÉRIE	EJA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS	TOTAL
ESTADO	0	224	0	-----	224
MUNICÍPIO	17	1.682	1.422	-----	3.121
PARTICULAR	0	138	-----		138
PRÉ-ESCOLA	1	MUNICÍPIO: 544 PARTICULAR: 53	-----	-----	598
CRECHE	-----	-----	-----	-----	26

NÚMERO DE MATRICULADOS 2008	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR EDUCAÇÃO ESPECIAL Nº INCLUÍDOS	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR 1ª à 4ª SÉRIE	ENSINO FUNDAMENTA L REGULAR 5ª à 8ª SÉRIE	EJA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS	TOTAL
ESTADO	-----	159	-----	-----	-----
MUNICÍPIO	13	1.863	1.576	-----	3.452
PARTICULAR	-----	139	-----		-----
PRÉ-ESCOLA	-----	MUNICÍPIO: 357 PARTICULAR: 55	-----	-----	412
CRECHE	-----	-----	-----	-----	31

NÚMERO DE MATRICULADOS 2009	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR EDUCAÇÃO ESPECIAL Nº INCLUÍDOS	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR 1ª à 4ª SÉRIE	ENSINO FUNDAMENTA L REGULAR 5ª à 8ª SÉRIE	EJA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS	TOTAL
ESTADO	-----	159	-----	-----	-----
MUNICÍPIO	13	1.863	1.576	-----	3.452
PARTICULAR	-----	139	-----		-----
PRÉ-ESCOLA	-----	MUNICÍPIO: 357 PARTICULAR: 55	-----	-----	412
CRECHE	-----	-----	-----	-----	31

1.4 – Contextualizações socioeconômicas e históricas sobre a comunidade dos Sem - Terra II

A comunidade dos Sem-Terra II ocupou o manguezal há pouco mais de dezesseis anos. Desde sua chegada até os dias atuais, em relação à sua estruturação muita coisa mudou, ou seja, anteriormente, as “casas” eram, na sua maioria de lona, de taipa, de material misto (taipa, com lona e outros), hoje já é possível visualizar um número considerável de residências de alvenaria e obviamente a expansão e o crescimento populacional dessa comunidade; isso significa que o manguezal foi aterrado em dimensões superiores aos do início da ocupação.



FIGURA 07: COMUNIDADE DOS SEM-TERRA II – ILHA DA CRÔA¹⁶
FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO – 04/2010

¹⁶ Fotografia tirada por Maristella Sampaio em 04/2010



FIGURA 08: COMUNIDADE DOS SEM-TERRA II – ILHA DA CRÔA¹⁷



FIGURA 09: COMUNIDADE DOS SEM-TERRA II – ILHA DA CRÔA¹⁸

¹⁷ Fotografia tirada por Maristella Sampaio em 04/2010

¹⁸ Fotografia tirada por Maristella Sampaio em 04/2010

Contudo, além da devastação explícita do manguezal para atender a uma necessidade habitacional, observa-se ainda que esses moradores se utilizam, naturalmente do manguezal para suprir suas necessidades básicas, como por exemplo, a utilização da madeira para a construção de casas e também como lenha.

É importante, ainda, fazer um destaque sobre a deficiente coleta de lixo da cidade, que deixa a população totalmente vulnerável e exposta a doenças, comprometendo a qualidade de vida local e do mangue que serve também como, “lixão” da comunidade.

Saneamento básico, serviço este comum e necessário, não existe no município e principalmente nesta comunidade. O posto de saúde mais próximo da comunidade, PS Marinete Baltazar, fica a cerca de 1 km, o qual realiza atendimentos de cunho preventivos, como por exemplo: Psicologia e Nutrição, ambos realizados duas vezes na semana e o atendimento clínico geral. Serviços de maior complexidade são atendidos no PS São Sebastião, no centro da cidade da Barra de Santo Antônio, o qual tem funcionamento durante 24h.

As escolas, do estado e do município, ficam a 870m da comunidade e a creche fica bem próxima do PS Marinete Baltazar, acima citado – Ilha.¹⁹

Esses dados confirmam algumas das problemáticas vividas por essa comunidade, pois os Sem-Terra II, não contam com sistema de transporte para realizar o deslocamento desses sujeitos sociais. Os transportes existentes são os motoboys, que cobram R\$2,00 do porto da canoa para os Sem-Terrall; valor esse muito alto para aqueles que vivem na linha da pobreza e abaixo dela, pois os mesmos têm que suprir suas necessidades primordiais.

É importante destacar que, no período de inverno, a comunidade fica praticamente ilhada, visto a falta de urbanização da Ilha. Torna-se inviável transitar, impossibilitando aos moradores o acesso à comunidade da Ilha (creche, escolas, posto de saúde, mercadinhos e etc.) e principalmente à Barra.

¹⁹ Dados cedidos em setembro de 2010 pela Vigilância Epidemiológica – SEC. MUN. DE SAÚDE DA BARRA.

Entendemos que ter acesso às peculiaridades, como também às questões de grande magnitude que envolvem essa comunidade, se constitui em uma forma de poder obter o maior número de informações necessárias para elucidar e enriquecer trabalhos futuros, acerca desta temática.

Uma das preocupações que envolveram o desenvolvimento sobre o tema deste estudo, consiste em não termos encontrado bibliografia relacionada a ele. Em virtude disso, a opção adotada foi a de pesquisar a ocupação urbana em área de manguezal no contexto das recentes Políticas Públicas vigentes à luz da observada e teorizada tensão por diferenciação entre a comunidade dos Sem-Terra II e outras comunidades da Ilha da Crôa e, mais geralmente, do município de Barra de Santo Antônio como um todo.

Sem dúvida alguma, a existência de estudos que pudessem contribuir sobre questões que tratassem especificamente de invasões em solo em área de manguezal, sendo essas invasões, especificamente, causadas pela ausência de Políticas Públicas na área habitacional, que trabalhassem a viabilização de complexos habitacionais para populações que estão abaixo da linha de pobreza, seriam subsídios valiosos a essa pesquisa, para que então pudéssemos visualizar parâmetros de avanços ou de recuos destes processos de invasão, como também das Políticas Públicas em geral.

No entanto o que foi encontrado foram artigos, que de uma forma ou de outra, puderam subsidiar positivamente este estudo, para poder agregar valores sobre essa temática, levantando assim a novas situações, que anteriormente não foram ponderadas.

Em determinados momentos de pesquisa, nos permitiram visualizar que é possível, que esses sujeitos sociais, visto a abertura de diálogos, conseguiram se sensibilizar com a importância da preservação ambiental, e que passassem a ter o entendimento de que os recursos naturais têm que ser preservados e que são finitos, já que são desses recursos naturais, que a grande maioria se utiliza, para garantir sua sobrevivência. Destacamos também, a viabilidade de ser resgatado o papel de protagonistas na condução da promoção e da participação social nas decisões que envolvam um futuro melhor.

CAPÍTULO 2

Referenciais Teóricos

2.1 – Amartya Sen

Como a exclusão social sofrida pelos sujeitos que ocuparam os manguezais da Ilha da Crôa no município de Santo Antônio, Alagoas, foco do presente estudo, diz respeito, muito enfaticamente, a uma série de privações de liberdades que são, ao mesmo tempo, empecilhos para o desabrochar do desenvolvimento, seja ele social, político, econômico, participativo, ou de qualquer outra ordem, então optamos pela inclusão, no nosso quadro teórico geral mediante o qual estudaremos a realidade enfocada, da teoria de Amartya Sen acerca do *Desenvolvimento como Liberdade*.

Esta importante teoria e outras que formam o nosso quadro teórico geral nos permitiram analisar, com relevância e pertinência, dados obtidos na pesquisa de campo.

A teoria de Sen do Desenvolvimento como Liberdade foi formulada a partir de um conjunto de cinco conferências que Amartya Sen proferiu em 1996 no seio do Banco Mundial a convite de seu então presidente James Wolfensohn.

Tais conferências se constituíram no embrião de seu livro (desenvolvimento como Liberdade). Já no prefácio de seu ensaio que se tornou um livro bastante lido, estudado e referenciado e que constitui desdobramento bastante mais desenvolvido de suas cinco conferências precedentes, Sen confessa que o Banco Mundial nem sempre foi a sua organização preferida e que o bem que uma instituição possa fazer anda sempre junto com o mal que ela possa acarretar.

A despeito de suas idéias céticas quanto à Instituição que amavelmente lhe convidara a expor as suas teorias sobre o desenvolvimento, essa constituiria uma oportunidade que ele teria para apresentar a uma instituição influente as suas teorias sobre este tema e conseqüentemente sobre as políticas públicas que deveriam ser implantadas, ao se perseguir o objetivo do desenvolvimento.

Em que pese o seu ceticismo, ele estava atendendo a um convite de alguém que admirava pela sua visão, habilidade e humanidade.

No prefácio do livro aqui destacado, Sen (1999) já escreve com todas as letras e com clareza que:

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente a sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais argumenta-se aqui, é *constitutiva* do desenvolvimento. (SEN, prefácio, p.10)²⁰

A citação acima, simples e didática, já adianta boa parte da tese que Amartya Sen pretende defender no curso de seu ensaio. De grande importância é o conceito de *expansão e de exercício de liberdades* (tomadas de iniciativa, exercícios de atividades participativas, satisfação de necessidades básicas, combate a privações básicas como as que impedem acesso à saúde, à educação etc.) enquanto, concomitantemente, **fim e meio** do desenvolvimento.

Isso já descarta a possibilidade de regimes autoritários, tirânicos, ditatoriais e antidemocráticos em favorecer a expansão das liberdades, em que pese uma real e eventual capacidade dos mesmos em promover o crescimento econômico.

²⁰ Trecho do livro: Desenvolvimento como Liberdade. Amartya Sen - 1999

Em outras palavras, a idéia segundo a qual o desenvolvimento genuíno possa ser alcançado no contexto de um regime ditatorial com o argumento de que o **fim** (finalidade, causa formal aristotélica) seja atingido como resultado da melhoria de padrão de vida das pessoas, não é uma boa conselheira e não faz parte do que Sen concebe por desenvolvimento.

Ainda em outras palavras, podemos dizer que **meios** que não constituem, eles próprios, expansões e exercícios de liberdade, não podem servir para o fim, ou seja, para a finalidade, do desenvolvimento. Descumprindo-se, enquanto **meio**, o próprio exercício da liberdade, então dificilmente, senão impossivelmente mesmo, poderíamos alcançá-lo como **fim**. Logo, faz parte constitutiva da tese de Sen que o desenvolvimento somente pode ser alcançado elegendo-se a liberdade tanto quanto **fim** quanto como **meio** do desenvolvimento.

2.2 – Henrique Silva

Em artigo publicado na revista *Ciência & Ensino* e dedicado a uma reflexão sobre o significado da Divulgação Científica, Silva (2006) se refere a uma situação em que os Filósofos naturais acadêmicos da época do Iluminismo, século XVIII, reivindicam uma distinção entre o que eles fazem daquilo que faz outro grupo que poderia ser confundido com eles. Eles ressaltam a sua distinta excelência e sua diferença com relação a outro grupos que poderia inadvertidamente ser confundido com eles próprios. Deste modo, este segundo grupo não deveria gozar do mesmo estatuto de credibilidade que tais Filósofos gozavam. Silva, assim se manifestou:

Enfim, no século XVIII, a atividade de produção do conhecimento e de divulgação, os lugares dos produtores e divulgadores estavam pouco diferenciados. Mas, com a ciência se constituindo aos poucos como um certo tipo de instituição vinculada a uma certa forma de produção do conhecimento, já havia uma certa *tensão por diferenciação*. Filósofos naturais acadêmicos da época do Iluminismo esforçavam-se por parecerem diferentes dos chamados “vendedores científicos”, com suas palestras e shows itinerantes”. (SILVA, 2006, p. 55)²¹ [O grifo em caracteres itálicos é acréscimo nosso]

O fenômeno da tensão por diferenciação é bem mais amplo que o exemplo aludido por Silva e aqui temos a intenção de ampliá-lo para outras situações e outros contextos. Ora, tanto no contexto das relações entre grupos de pessoas que participam do empreendimento científico, quanto no contexto de um grupo de professores que busca legítima afirmação de sua competência, como também no que se refere a quaisquer outros grupos sociais que vivem em um misto de cooperação e de competição, a tensão por diferenciação constitui-se em algo inevitável.

²¹ Trecho do artigo: *Tensão por diferenciação* escrito por Henrique Silva - 2006

Evidentemente, a tensão por diferenciação pode ter lugar, tanto de maneira legítima quanto de maneira ilegítima, esta última assim se constituindo quando os seus praticantes o fazem de forma escusa.

Exemplos podem ser apresentados aos montes. Alguém morando e compartilhando de um mesmo condomínio pode querer se destacar dos demais condôminos alegando que a sua origem social é mais refinada, ou que o seu grau de escolaridade é incomparavelmente maior do que aqueles que moram no mesmo edifício.

Um pesquisador pode querer se diferenciar de seus colegas pesquisadores alegando que o seu campo de pesquisa envolve conceitos e teorias bem mais sutis do que os correspondentes conceitos e teorias que lançam mão os seus colegas; por isso reivindica para si essa pessoa um estatuto (status) de reconhecimento, e até mesmo de salário, diferenciado com relação aos demais pesquisadores que se dedicam a atividades consideradas por ele como sendo “fáceis”.

No caso, que aqui nos interessa mais de perto, dos sujeitos sociais que ocuparam a zona de manguezais na ilha da Crôa no município de Barra de Santo Antonio, podemos dizer que tais sujeitos sofrem uma perversa tensão por diferenciação que se manifesta quando seus filhos passam a freqüentar a escola e eles próprios sentem os obstáculos para expandir as suas liberdades a fim de ampliar as suas possibilidades de sobrevivência. No entanto, uma política pública conseqüente consiste em facilitar ao máximo o processo de injustiça em que vivem esses sujeitos.

2.3 – Ignacy Sachs

Um referencial teórico que compôs a nossa rede de teorias e que nos auxiliou sobremaneira na nossa análise a fim de estudarmos a ocupação dos sujeitos sociais, de que trata a nossa pesquisa, na região de manguezais da Ilha da Crôa no município de Barra de Santo Antônio, foi o da teoria do desenvolvimento sustentável de Ignacy Sachs, criador dessa nomenclatura conhecida mundialmente.

Sachs parte do pressuposto segundo o qual o Desenvolvimento Sustentável, a fim de que seja caracterizado enquanto tal precisa atender a pelo menos três dimensões, a saber, a **social**, a **econômica** e a **ambiental**.

Um crescimento econômico acelerado não necessariamente constitui em desenvolvimento, principalmente se esse se der em detrimento de impactos ambientais e de exclusão social. Um crescimento econômico que proveja mais riqueza geral, mediante aumento do PNB (Produto Nacional Bruto) e até mesmo de um aumento da renda per capita (resultado da divisão entre o PNB e a população total estudada) não necessariamente caracteriza um desenvolvimento sustentável, notadamente se este se der provocando impactos ambientais e ensejando uma maior concentração de renda e de riqueza.

No entanto, embora sozinho o crescimento econômico seja incapaz de promover um desenvolvimento sustentável, na medida em que a equidade social e a prudência ambiental não se encontram satisfeitas, este mesmo crescimento é imprescindível combinado com as outras duas dimensões, respectivamente a ambiental e a social.

Demos a palavra a Ignacy Sachs que assim se manifesta:

O desenvolvimento é um conceito multidimensional: os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade diacrônica) com as gerações futuras); o crescimento econômico, embora necessário, tem o valor apenas instrumental;

o desenvolvimento, não pode ocorrer sem crescimento, no entanto o crescimento não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescente. (SACHS, 2004, p. 71)²²

Do destaque acima disposto podemos inferir que não se trata de um desenvolvimento meramente ingênuo no qual toda a industrialização estaria colocada como maldição, pois isso implicaria necessariamente degradação dos meios de sustentação da vida, notadamente poluição da terra, das águas e do ar, e sim de um desenvolvimento que proveja, a um só tempo, tanto o aumento da riqueza, inclusive por industrialização, com o devido cuidado a fim de que sejam necessariamente contempladas as dimensões respectivamente social e ambiental.

Em outras palavras, a concepção ingênua que adota a industrialização e o desenvolvimento tecnológico como anátemas, não percebe que o desenvolvimento se faz, embora não unicamente, mas como condição precípua, com distribuição de riqueza e não de miséria.

Comentemos agora um pouco sobre a questão importante das solidariedades respectivamente, sincrônica e diacrônica. A solidariedade sincrônica se refere ao compromisso que os sujeitos do desenvolvimento têm para com os seus contemporâneos. Políticas públicas inclusivas, tais como a Bolsa Família, fazem parte do contexto de uma necessária solidariedade sincrônica, pois é imprescindível para o futuro do país que o aumento de pessoas qualificadas e incluídas socialmente.

O programa disponibilizado pelo Governo Federal, o Bolsa Família, segundo a nossa interpretação, pode também ser caracterizada como solidariedade diacrônica, pois facilita a situação de sobrevivência dos pais que a recebem e ao mesmo tempo garante o futuro de gerações mais jovens que desta forma passam a freqüentar a escola. Desse modo duas gerações pelo menos se encontram beneficiadas em correlação o que justifica a situação de diacronismo.

²² Trecho do livro: Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado. Ignacy Sachs - 2004

Sobre essa temática, acerca das solidariedades, diacrônica e sincrônica vejamos o seguinte comentário:

(...) o caráter vago da expressão ‘atendimento às necessidades’ suscita questões profundas, pois não somente há necessidades básicas como comida, educação, segurança, vestuário e lazer. Há também as necessidades do espírito.

Além disso, o que significa a solidariedade com as gerações futuras se não logramos sequer a solidariedade com os nossos contemporâneos (solidariedade sincrônica)?

Ademais, várias classes sociais pertencem a uma mesma geração e são responsáveis pelos impactos causados ao ambiente e pelos acessos aos recursos e bens naturais. (Bastos Filho, 2005, artigo publicado no jornal Gazeta de Alagoas)²³

O desenvolvimento sustentável também pode ser caracterizado tal como foi considerado pelo Relatório de Brundtland (Ver a íntegra desse documento no livro *Nosso Futuro Comum*), como aquele que atende as necessidades das gerações presentes sem, contudo, comprometer as necessidades das gerações futuras. No entanto, várias vozes críticas se levantaram contra o aspecto vago e até mesmo utópico desta caracterização. Tomemos por exemplo, a crítica de Marques.

Marques assim escreve:

Um dos principais problemas que eu tenho enfrentado....clássico à Ignacy Sachs, diz respeito ao atendimento explícito das necessidades e implícito das gerações futuras, preocupação similar ao famoso “compromisso diacrônico” sonhado pelo ecodesenvolvimento... pois, se há necessidades que são perenes, transgeracionais por natureza, a exemplo do ar que se respira e da água que se bebe, necessidades biológicas de todos nós, há outras que são absolutamente transitórias, circunstancialmente ditadas, verdadeiras marcas culturais de um tempo fugitivo. (MARQUES, 1999, p. 44)²⁴

²³ Trecho do artigo remetido ao jornal Gazeta de Alagoas pelo Professor Dr. Jenner Barretto Bastos Filho - 2005

²⁴ Trecho do artigo: *Dinâmica Cultural e Planejamento Ambiental* - publicado no livro: *Cultura e Desenvolvimento*.

Portanto, para Ignacy Sachs, o ecodesenvolvimento ou o mais conhecido e discutido mundialmente, desenvolvimento sustentável, traz críticas contundentes ao crescimento desordenado e selvagem, sublimando a harmonização da conquista dos objetivos sociais, ambientais e econômicos, tendo, diante destas proposições, uma resposta positiva dada no encontro da ECO 92, no Rio de Janeiro, no qual foi instaurada uma grande reflexão mundial sobre o trato com as estratégias da economia e de atividades direcionadas a ecoeficiência.

2.4 – Zelimar Bidarra

Zelimar Soares Bidarra, Mestre em Serviço social e Doutora em Educação, é autora do artigo publicado na Revista Serviço Social de novembro de 2000, contudo o artigo aqui tratado fez parte de algumas argumentações contidas na dissertação de mestrado da autora acima citada, no ano de 1996.

Bidarra trata nesse artigo sobre invasões de solos urbanos e a estratégia da juridicização coletiva, expondo todo o processo acirrado dos sujeitos sociais pelo direito à posse do solo, como bem explicita, inicialmente, a autora sobre essa temática:

Os direitos são aqui tomados como práticas, discursos e valores que afetam o modo como as desigualdades e diferenças são no cenário público, como interesses se expressam e os conflitos se realizam (...) o que se está aqui propondo é pensar a questão dos direitos, os direitos dizem respeito antes de mais nada ao modo como as relações se estruturam. (BIDARRA,2000, p: 57 e 58)

Esse artigo contribuiu de forma significativa na construção dessa dissertação, pois o artigo exposto coaduna concretamente com a situação de exclusão, vivenciada pelas famílias que compõem a comunidade conhecida como Sem- Terra II. Dada a posição que agora vivem e do como se chegou a essa precária situação vivida por essas pessoas, pode ser tranquilamente equiparada a uma situação de juridicização dos conflitos por invasão de solo urbano.

Importante destacar quando e por quais justificativas surgiu esse termo, *juridicização coletiva dos conflitos*. De acordo com Bidarra (1996) temos que:

(...) a questão da ausência de moradia nas áreas urbanas para os segmentos populares ganhou notoriedade quando da luta pelo reconhecimento do direito à posse do solo originou-se um relevante movimento de juridicização coletiva dos conflitos (...) (BIDARRA, 1996, p: 59)²⁵.

A defesa desses sujeitos sociais a invasão é explícita, pois estar ocupando solo indevido é uma resposta, negativa, claro, ao poder público que, sem reserva alguma, os relegou ao esquecimento, permitindo, assim, que essas famílias procurassem resolubilidade de qualquer forma. E é justamente esse trato mesquinho, que o poder público relegou a essas famílias, que agora a ocupação os impulsiona a defender o direito de permanecer definitivamente nessa área de manguezal.

(...) que foi uma estratégia utilizada para reivindicar as necessidades cotidianas. Todavia, foi a combinação entre a politização e a juridicização que viabilizou a discussão sobre as esferas pública e provada. (BIDARRA, 2000, p: 59)

Óbvio que, legalmente, assim acredita-se, que em nenhuma esfera jurídica, dará ganho de causa a esses ocupantes para que eles venham a garantir sua moradia, pois de acordo com a legislação ambiental, esse fato já está concluído, pois a ocupação se deu justamente em uma localidade que é expressa como uma (APP) área de preservação permanente, isto é, protegida pela Lei do código florestal nº4.771/65. (MILARÉ, E. 2007, p: 690)²⁶.

A ocupação ocorrida na ilha, acredita-se que, pelo tempo que as famílias tomaram posse, esse fato fora esquecido, visto que nenhuma providência de desocupação, até momento atual foi tomada pelos órgãos públicos responsáveis. Essa postura, de descaso, evidencia claramente a ausência do poder público para com essas famílias e o meio ambiente.

²⁵ Trecho extraído do artigo: Invasão de solos urbanos e a estratégia da juridicização coletiva. Revista Serviço Social e Sociedade nº64 de 2000. Zelimar Soares Bidarra.

²⁶ Trecho extraído do livro: Direito do Ambiente. Édís Milaré - 2007

CAPÍTULO 3

Resultados dos questionários aplicados

3.1- Análises sobre os resultados coletados na Pesquisa

Durante todo o processo de pesquisa, foi necessário estar realmente muito próximo da comunidade para que pudéssemos alcançar nossos objetivos que eram o de poder entender a dinâmica em torno da ocupação em área de manguezal.

Em algumas visitas, argumentou-se em prol da necessidade de poder aplicar os questionários. Felizmente, houve grande receptividade da comunidade em permitir a aplicação desse instrumento de pesquisa, obviamente que permeado por diversos questionamentos; após explicitar a importância desse procedimento para a pesquisa, foi então recomendável aplicar os dois questionários, objetivando traçar o perfil dessa comunidade.

Destacamos que os questionários que foram aplicados para a comunidade responder, preenchem as necessidades da pesquisa aqui discutida.

O trabalho desenvolvido desta forma, isto é, em conjunto, viabilizou coletar o máximo de respostas aos questionamentos pertinentes à problematização da ocupação e da qualidade de vida da comunidade dos Sem-Terra II, temática a qual esse estudo se propõe.

A análise dos dados apresentados a seguir indica a total fragilidade em que sobrevive essa comunidade. Fragilidade essa expressa pelo resultado da ineficácia das políticas públicas o que gera assim, uma situação de exclusão social.

A coleta engloba um universo de 72 famílias efetivamente entrevistadas. No momento em que essas entrevistas foram feitas, as famílias que ocupavam a zona de manguezal estudada era de 106. Desse modo, 34 famílias não constam da coleta.

Convém salientar que a intenção inicial era a de entrevistar todas as famílias; tínhamos condições de entrevistar as demais 34 famílias que, infelizmente, não foram entrevistadas, mas, essa circunstância foi devido unicamente ao fato de que, embora tivessem sido por reiteradas vezes procuradas, elas não foram encontradas; em casa encontravam-se apenas crianças, que, evidentemente, não poderiam se responsabilizar pelas eventuais respostas. Essas coletas foram realizadas no período de setembro a outubro de 2009.

Os resultados que obtivemos a partir da coleta dos questionários foram analisados à luz do conjunto de teorias que escolhemos como esteio. O quadro em forma de pizza que expressa o nível de instrução da comunidade dos Sem Terra II pode, sem dúvida, ser avaliado em termo do exercício de liberdades na perspectiva entendida por Amartya Sen.

O nível de instrução, e mais geralmente, o nível de educação em que tais sujeitos se encontram, principalmente quando esse nível for precário, constitui em relevante obstáculo para o processo de desenvolvimento, pois quase todos os tipos de exercício de liberdade dele dependem crucialmente ou ao menos são fortemente correlacionados com ele. Ora, quando os nossos resultados revelam que 23,1% das pessoas entrevistadas são classificadas como *analfabetas*²⁷, isso em si mesmo, já constitui- para uma sociedade que se globaliza e que inventa a cada momento novas possibilidades de especialização no mundo do trabalho- uma brutal dificuldade.

Essa dificuldade passa a ser notavelmente mais acentuada quando nos atentamos para o fato de que esse número pode expressar uma situação que não dimensiona adequadamente a real situação.

²⁷ Grifo nosso. Queremos destacar que hoje em dia com a influência da tendência assim chamada de *politicamente correto*, desaconselha-se a se referir a pessoas com a notação de *analfabetas*. Considera-se como *politicamente correto* designá-las como *sem letramento* ao invés de *analfabetas* devido à conotação pejorativa que esta enseja.

Se incluirmos nesta situação precária os 11% que se declaram como tendo cursado o fundamental completo com os 31,9% que se declaram ter cursado o fundamental incompleto, o conjunto todo de pessoas com privação de liberdade grave pelo acesso nulo ou precaríssimo aos bens da educação causados por baixa escolaridade pode chegar à cifra de 66 % de pessoas. Essas pessoas, devido, à baixa escolaridade a que foram submetidos, já se encontram de antemão marginalizadas de um mercado de trabalho com um pouco mais de exigência simplesmente porque esse mercado não os oferece melhores oportunidades.

Ainda mais grave é a situação se a exigência para determinado tipo de trabalho incluir o curso médio completo o que somente um percentual de 4,3% das pessoas entrevistadas poderia cumprir.

Certamente, os sujeitos que ocuparam as zonas de manguezais da Ilha da Crôa no município de Barra de Santo Antonio não sofrem das mesmas privações de liberdade de Kader Mia, exemplo ilustrativo daquele trabalhador muçulmano pobre que tinha que se submeter com severos, reiterados e iminentes riscos à própria vida e enfrentar ambientes hostis como aqueles repletos de comunidades hindus que odiavam os muçulmanos, pois havia a necessidade premente de obter o sustento da família e de si próprio. Não há conflitos étnicos na Ilha da Crôa no mesmo nível do que existe no exemplo relatado por Amartya Sen. Isso não significa que não haja conflito de outra natureza como a necessidade de aproveitar das oportunidades oferecidas por uma sazonalidade de trabalho demandado pela presença dos veranistas durante a ocupação por motivos de férias de suas segundas residências. Constrangimentos e afirmações encerrados por uma *tensão por diferenciação* não são desprezíveis neste contexto.

No quadro em forma de pizza que expressa a exclusão das famílias ao acesso de bens e serviços oferecidos à comunidade, a principal queixa das famílias se refere ao atendimento no posto médico. Nesse quadro, constatamos que 74,7% das famílias entrevistadas reivindicam acesso aos serviços de saúde e sentem-se excluídas por isso.

É curioso observar que esse dado é bem mais relevante do que a privação de acesso às escolas que na coleta representou apenas 3,3% das famílias entrevistadas.

Isso mostra uma análise equivocada da realidade devido a um imediatismo representado por uma maior importância atribuída a uma situação emergencial do que aquela que representa um sólido investimento para o futuro como é a educação. Em outras palavras, como a saúde não pode esperar e o acesso à educação é visível apenas em um horizonte temporal mais longo, então esses sujeitos sociais têm uma perspectiva imediata do aqui e agora.

Em um outro quadro, especificamente no que se refere ao tipo de moradia utilizada pela comunidade estudada, também em forma de pizza, podemos constatar que a qualidade de habitação desses sujeitos sociais é bastante precária, visto que os dados revelam que 73,6% habitam em casas feitas de taipa e apenas 15,4% possuem moradias de alvenaria.

Esses dados apontam para uma realidade excludente. Lembremos que para mitigar esta situação de exclusão social, o Estado começou a implantar algumas políticas públicas na área da habitação. Há pouco mais de duas décadas, governo federal em parceria com estados e municípios que assumem diante mão uma preferência precípua para financiar habitações populares. Contudo, para as famílias que compõem o universo da comunidade dos Sem-Terra II, obviamente, essas não foram contempladas.

As razões pelas quais, as unidades habitacionais, não foram trazidas ao município, estão correlacionadas aos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Melhor explicitando, as instituições não podem de um ponto de vista meramente legal, financiar projetos que violam tão drasticamente o ambiente como as ocupações de manguezais e por isso não financiam moradias para esses ocupantes.

Completando a situação em questão, diríamos que embora a construção de moradias para esse segmento social não constituísse problemas, já que para formalizar convênios com o Governo essa comunidade estaria apta a responder aos critérios exigidos, visto que, existem programas habitacionais voltados para

populações de baixa renda, onde o município, quando firma convênio com a Caixa Econômica Federal, banco responsável por programas federais, entra com a contrapartida do espaço onde deverão ser construídas as unidades habitacionais.

Algumas dessas normas tratam principalmente da ausência de renda ou uma renda fixa e que também não sejam proprietários de algum imóvel, daí a justificativa da afirmação de estarem aptos às exigências pré-estabelecidas pelos programas; eles apenas teriam que, necessariamente serem assentados em áreas que não fossem de manguezal.

No gráfico exposto na página 56, destacamos que as casas de taipa da comunidade em questão, são construídas com as madeiras do manguezal, entretanto, quando foi questionado a essas famílias se as mesmas retiravam madeira do manguezal, houve um resultado surpreendente, visto que os resultados foram de 83,5%, que não retiravam madeira do manguezal e apenas 16,5% afirmaram que retiravam sim madeira dessa área de preservação permanente.

Esse resultado expõe a negação explícita desse fato e isso deve-se ao entendimento, mesmo que restrito, que essa comunidade tem, que não se deve desmatar, mais que, paralelamente a isso, existe também a necessidade de ter que sobreviver e dar o mínimo de estrutura a família, já que o poder público, por meio das políticas sociais e públicas não priorizaram um dos bens e serviços imprescindíveis a pessoa humana e garantida pela Constituição Federal de 1988, que é a habitação.

Do mesmo modo que foi imprevisto o resultado acima, também foram inesperados os resultados que mostram se a comunidade sobrevive ou não do manguezal, pois os resultados indicaram que 53,8% não sobrevivem do manguezal, enquanto que 3,4% afirmaram que sobreviviam totalmente deste bioma.

O desencontro de informações é discrepante, pois com a realização de visitas periódicas à comunidade, foram reveladas as seguintes situações de utilização da madeira do manguezal por essas famílias: construção de suas unidades habitacionais, pesca, lenha para preparar alimentos e estruturas para colocar colchões e equipamentos de cozinha.

A questão voltada para a importância de capacitação, os resultados apontam para o esperado, ou seja, a comunidade está totalmente à margem desses serviços de geração de emprego e renda, pois temos, nos Sem-Terra II 89,1% contra 10,9% de pessoas que tiveram a oportunidade de se capacitar.

Esse número deixa claro a necessidade da emergência de políticas públicas includentes, que possam garantir a esses sujeitos sociais uma melhor qualidade de vida.

Na comunidade a necessidade exposta por eles foi descoberta que o que realmente interessava a eles seria um treinamento para a construção de barcos, para serem donos do seu pescado, e curso de computação, que no entendimento deles o trabalho estaria garantido, infelizmente essas alternativas não constavam no questionário aplicado, daí, então, a justificativa do resultado exposto no gráfico como *outros*, que teve 89,1%, contra 5,5% de pessoas que teriam interesse em se capacitar para pedreiro, como também podemos ensinar nesse momento sobre o resultado do questionamento de que tipo de trabalho gostaria de fazer, o qual possui como resultado 52,7% em dados expostos em *outros*, que são justamente as necessidades aludidas acima.

Obviamente que, sem a oferta de capacitações, para uma qualificação profissional, se distanciam cada vez mais as oportunidades no ingresso ao mercado de trabalho, resultando em 27,5% para a comunidade em questão, falta de credibilidade da comunidade da Barra em oferecer trabalho e 26,4% poucas opções para se inserir no mercado de trabalho.

A referência sobre ter assinado ou não a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), diz respeito a fato de se inteirar se essas pessoas faziam parte do universo de pessoas que, inseridas no mercado de trabalho, estariam integradas de forma correta aos direitos sociais civis e previdenciários.

Contudo o resultado nos mostra que, infelizmente, a realidade é desanimadora, pois 82,4% nunca tiveram suas carteiras assinadas e o que é alarmante, quando se tem uma oportunidade de fazê-lo, sentem-se coagidos a não

querer assinar, pois eles têm a orientação de que, caso venha a assinar a Carteira de trabalho, automaticamente estarão fora sistema do Programa Bolsa Família (PBF), pois para o Governo federal, alguns critérios devem ser atendidos e um deles é que, as famílias que devem compor o Programa são àquelas que se encontram abaixo da linha da pobreza.

Ainda que, elas tenham uma renda de um salário mínimo, devem passar pela equação de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, ou seja, dividir o salário para quatro pessoas, que, segundo o entendimento do governo federal, essa família está dentro das possibilidades de desenvolvimento sem ajuda governamental. Contudo se esse salário ultrapassar quatro membros, aí então essa família pode ser integrada ao sistema e vir a receber o benefício.

Daí então os seguintes resultados: 83,5%% tiveram oportunidade de assinar a carteira e não o fizeram por medo de perder o único benefício que lhes está garantindo sua subsistência, enquanto que 16,5% assinaram a carteira, mesmo cientes que o Programa é temporário, como mostra o resultado do quadro seguinte que nos revela que 53,8% têm ciência da temporalidade do Programa, contra 46,2%.

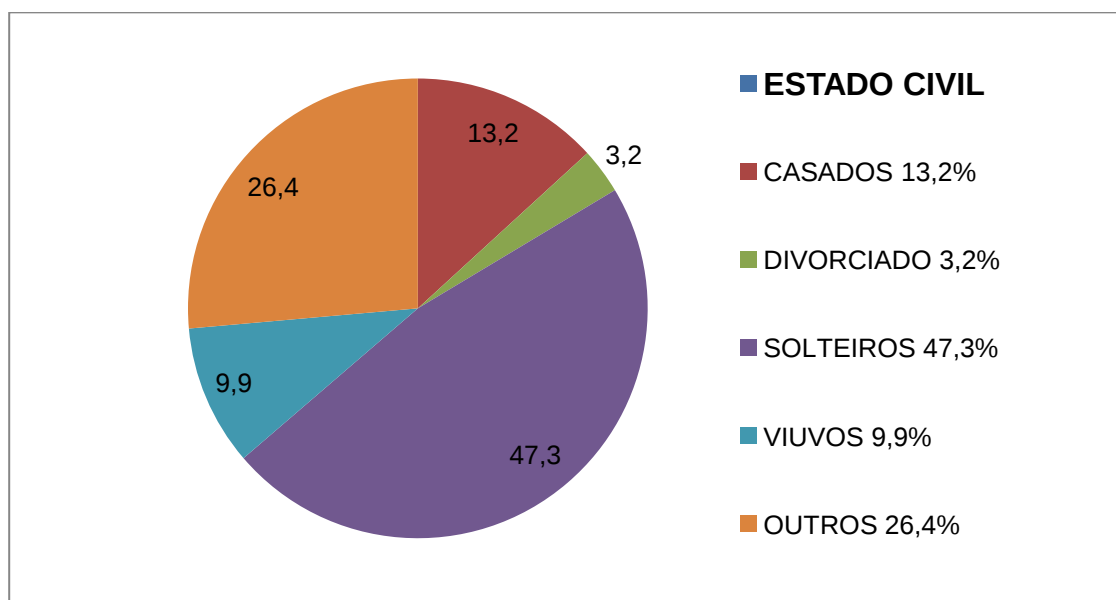
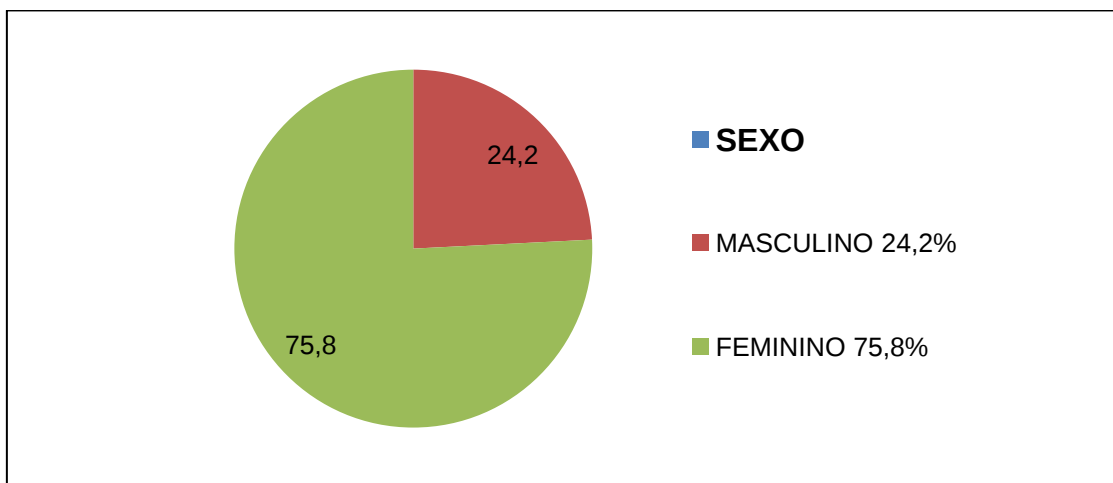
O questionamento sobre a existência de idosos no lar refere-se à mesma preocupação citada anteriormente, ou seja, caso haja idosos no lar, possivelmente já estão aposentados ou em benefício pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/93). Então de acordo com as proposições acima expostas a família que tiver um idoso em casa está fora dos critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. Essa família não terá acesso ao Programa Bolsa Família.

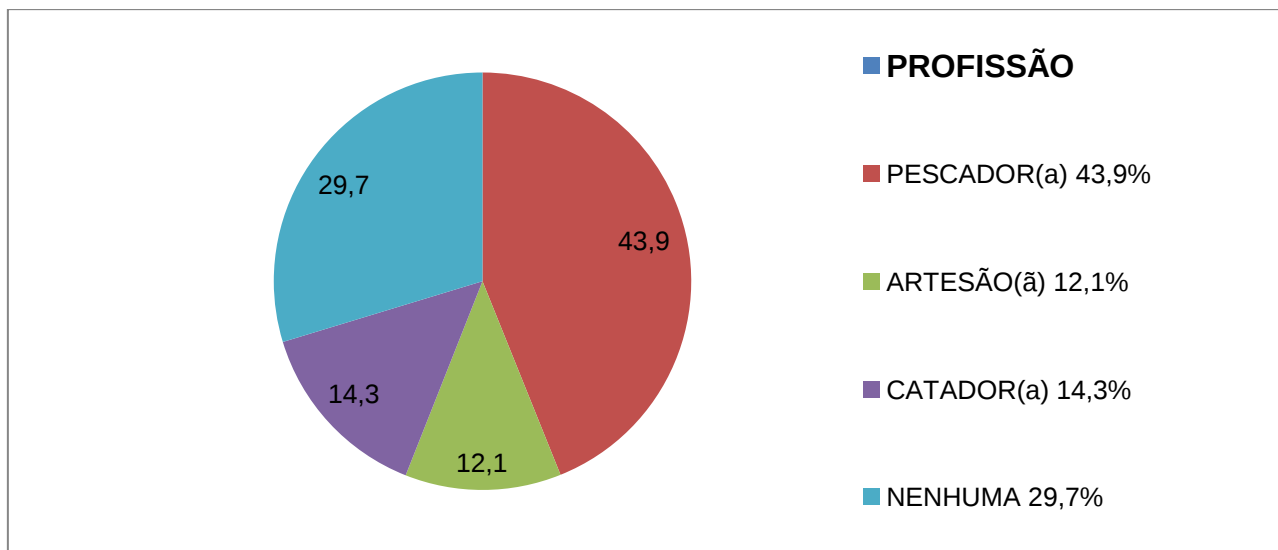
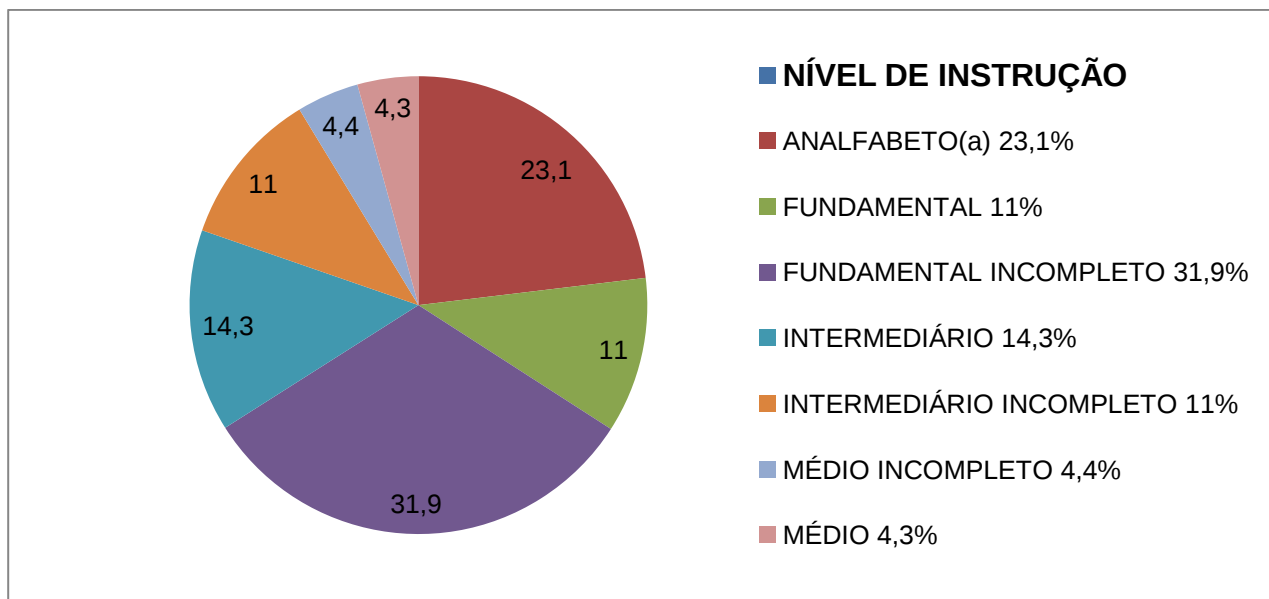
Os resultados apontam para uma situação explícita de esquecimento por parte da gestão pública municipal, visto que não são soluções genuínas em vista de uma sustentabilidade social que tais governantes, na sua grande maioria, procuram. Eles procuram bem mais satisfazer os seus interesses mesquinhos, medíocres e comezinhos no contexto de uma prática autoritária, clientelista e, não raro, intimidativa.

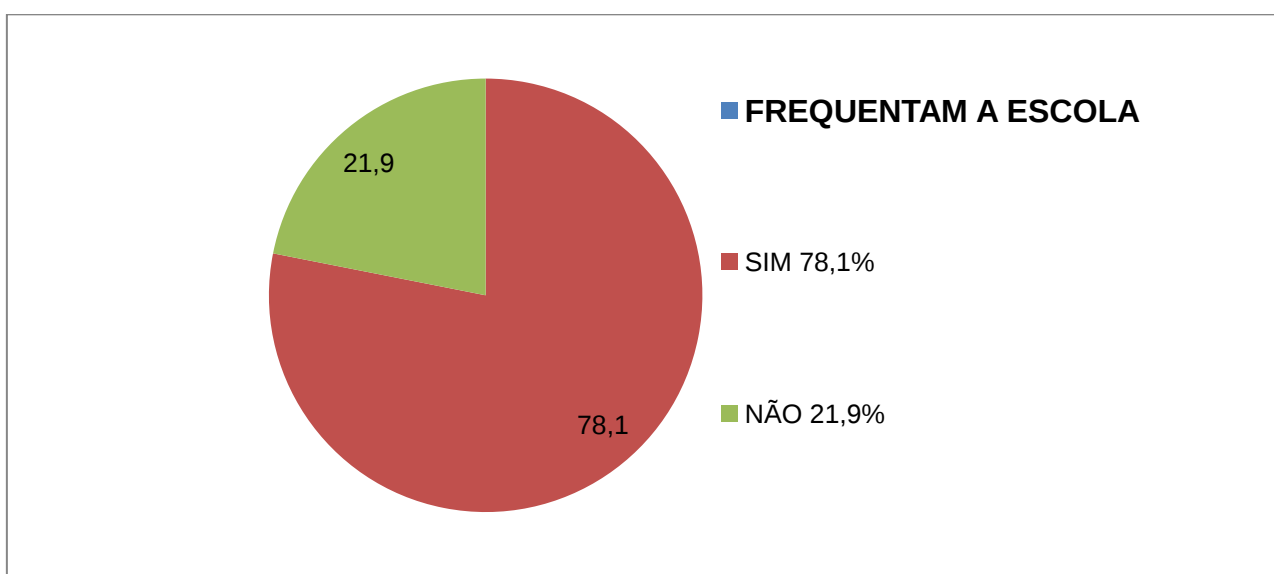
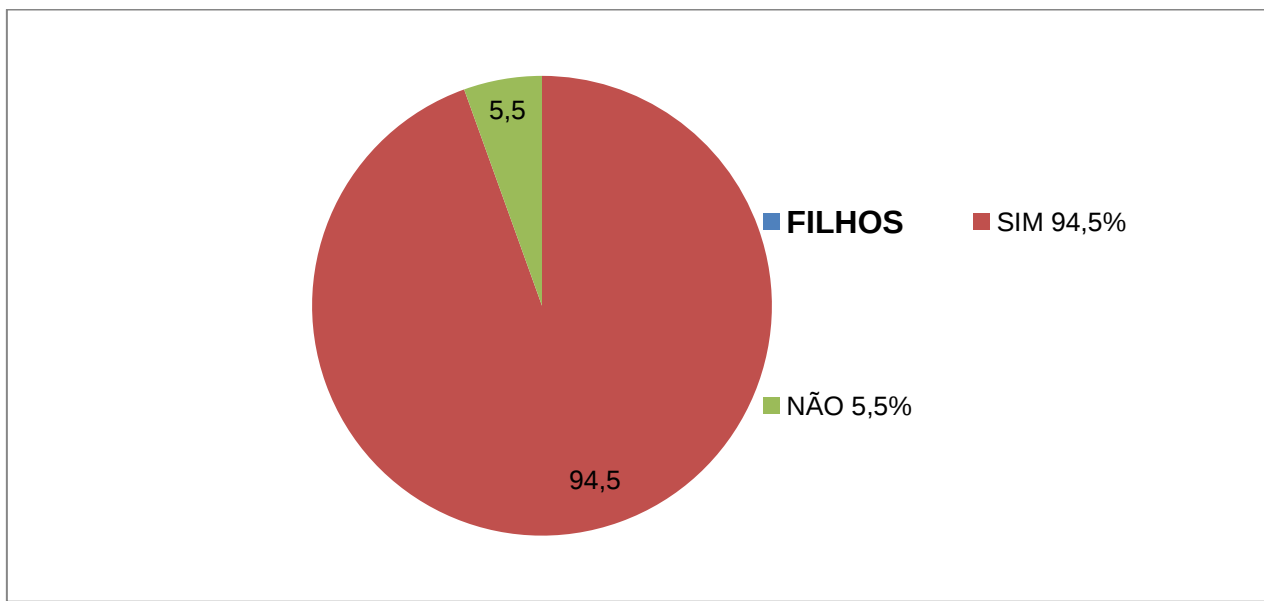
Passemos agora a analisar a insustentabilidade socioeconômica implicada pelo medo de uma eventual perda de benefício que diz respeito às fronteiras que delimitam a linha entre a pobreza absoluta e a inclusão precária no mundo do trabalho. Quando se prefere a precária estabilidade representada pelo benefício da bolsa família em detrimento de um emprego com carteira assinada, o que subjaz a essa atitude é aquela mentalidade de “não trocar o certo pelo duvidoso”. Satisfazer-se assim com tão pouco revela que o sujeito nessa situação está submetido a uma intensa tensão por diferenciação, a uma severa privação de liberdade e a uma insustentabilidade socioeconômica evidente que, no caso específico estudado, se correlaciona bastante intensamente com uma insustentabilidade também ambiental.

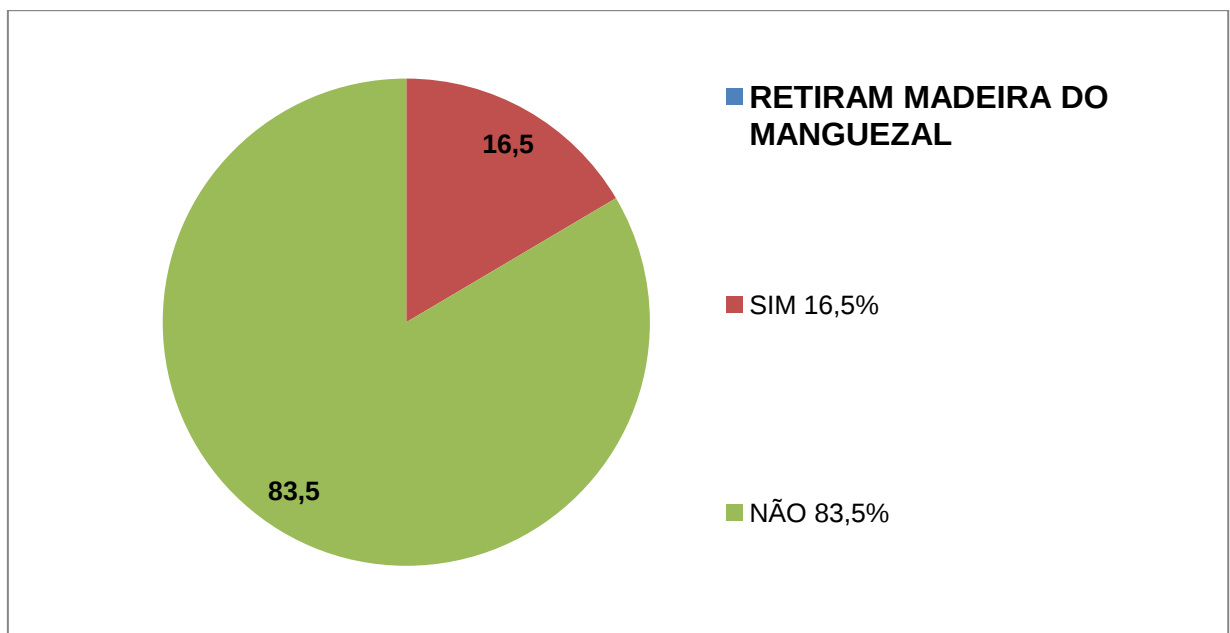
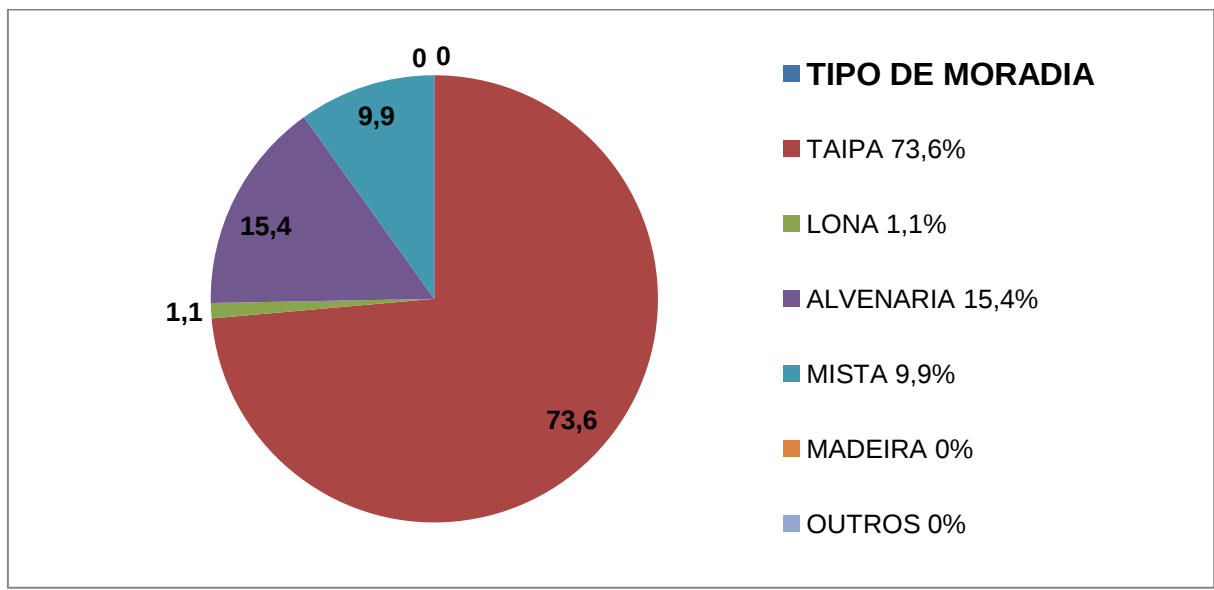
Segue então abaixo, a íntegra dos resultados coletados, em forma de gráficos e dados em percentuais, correspondentes aos dois questionários aplicados na comunidade dos Sem-Terra II.

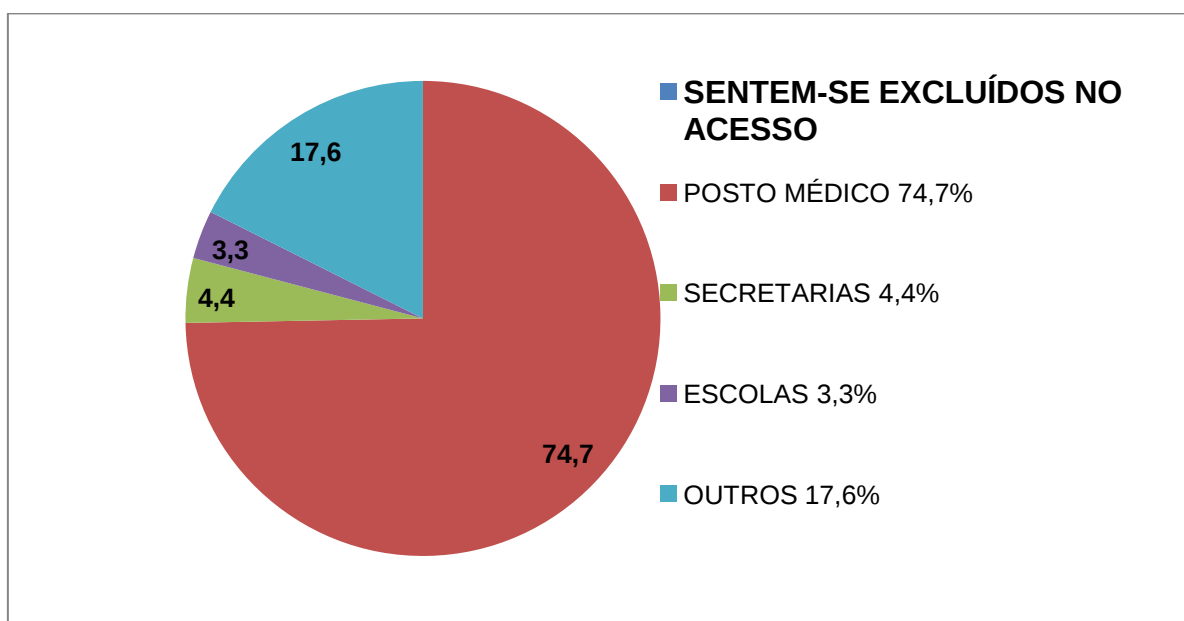
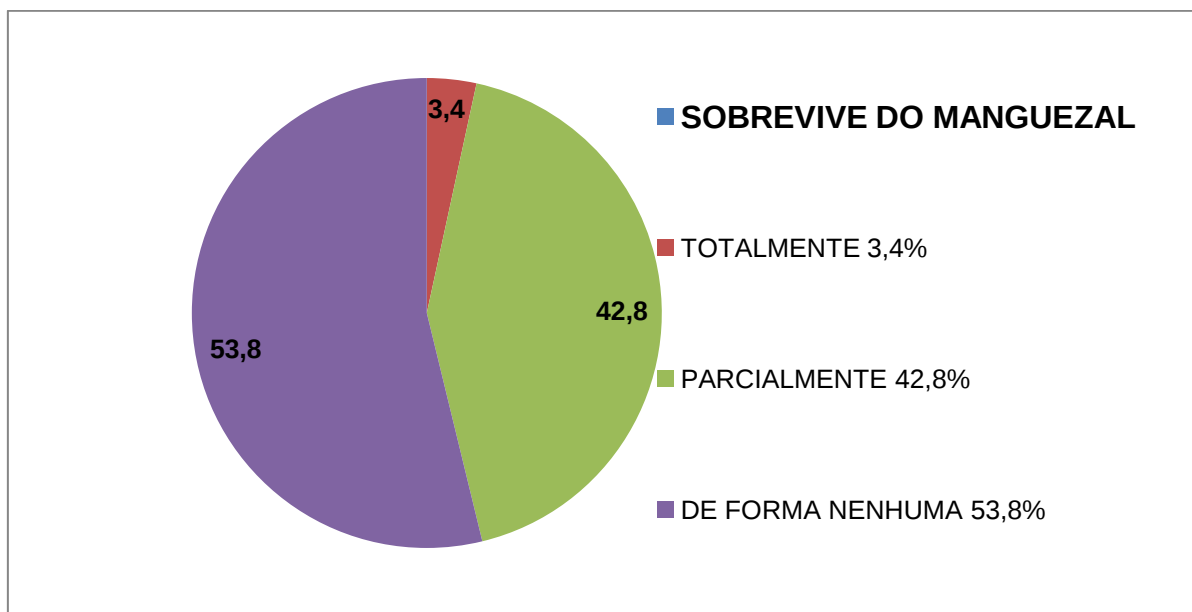
3.2 – Gráficos com os resultados coletados na Pesquisa

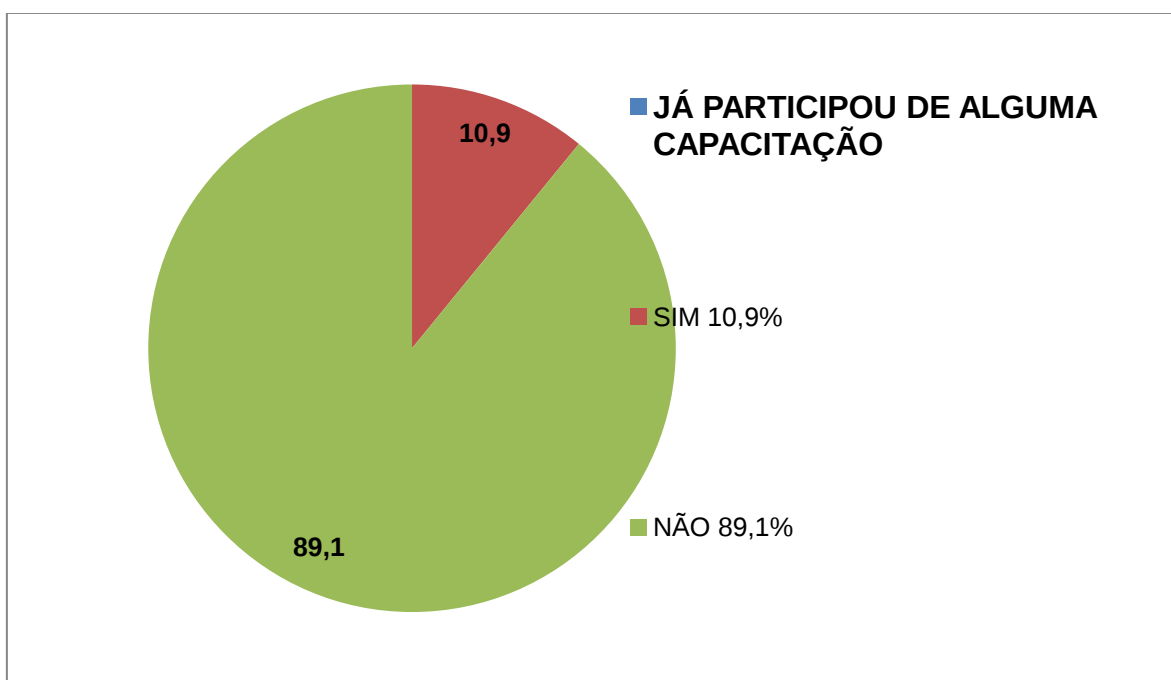
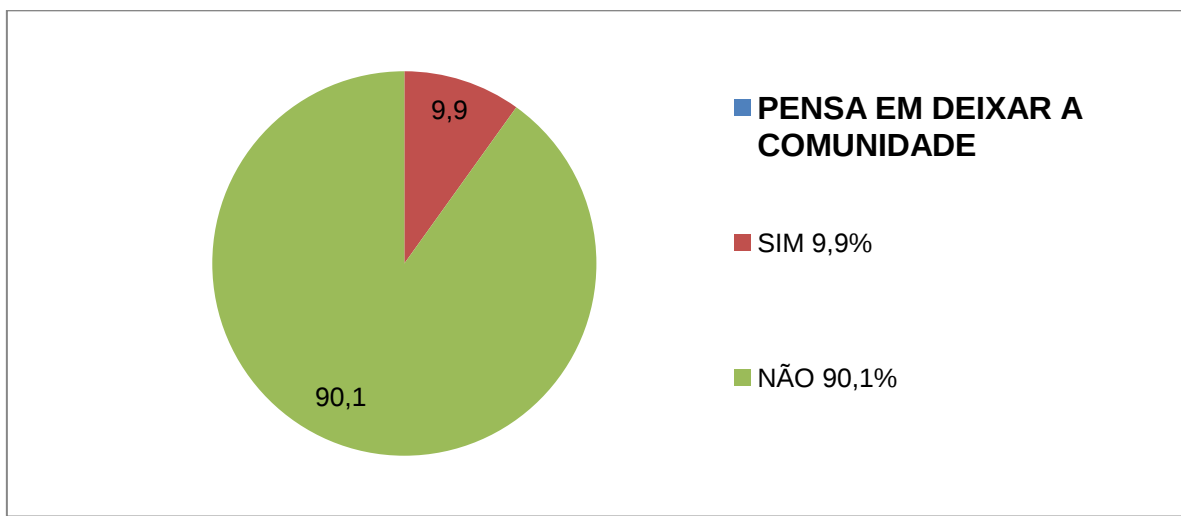


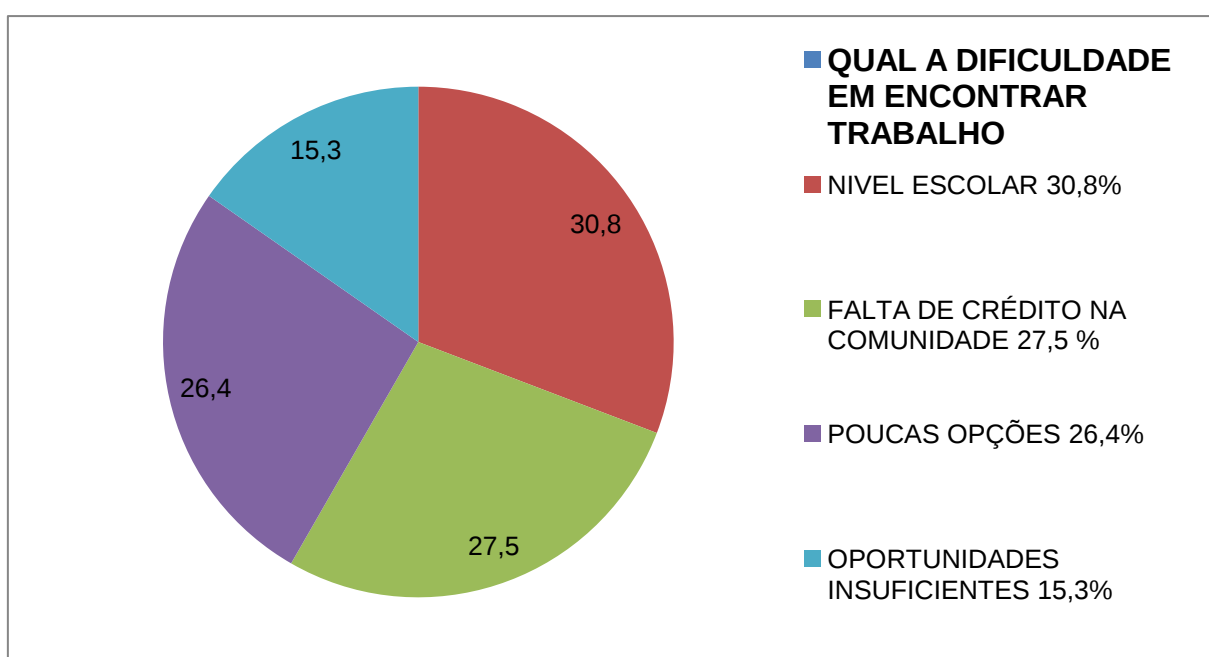
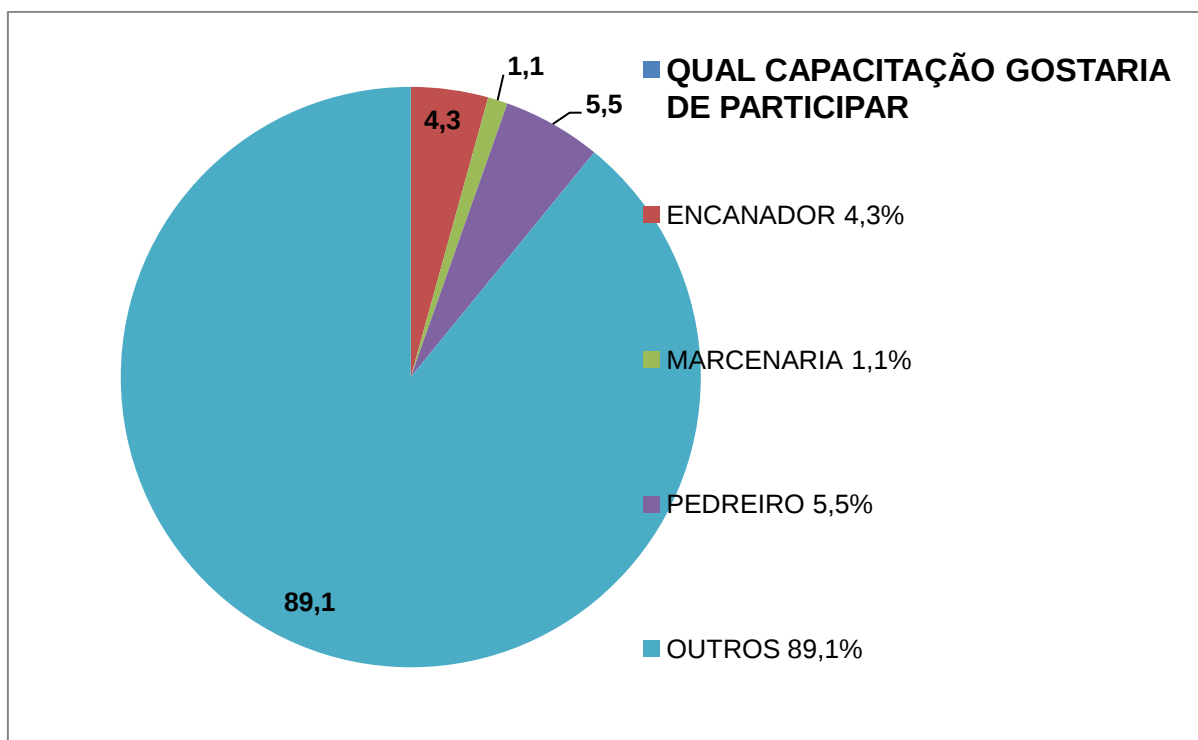


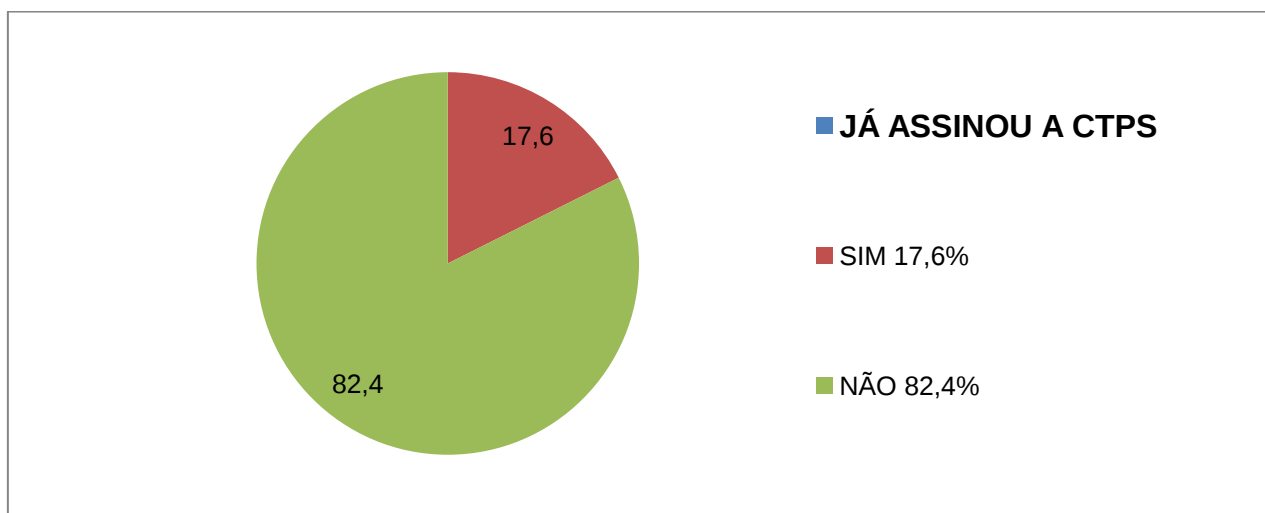
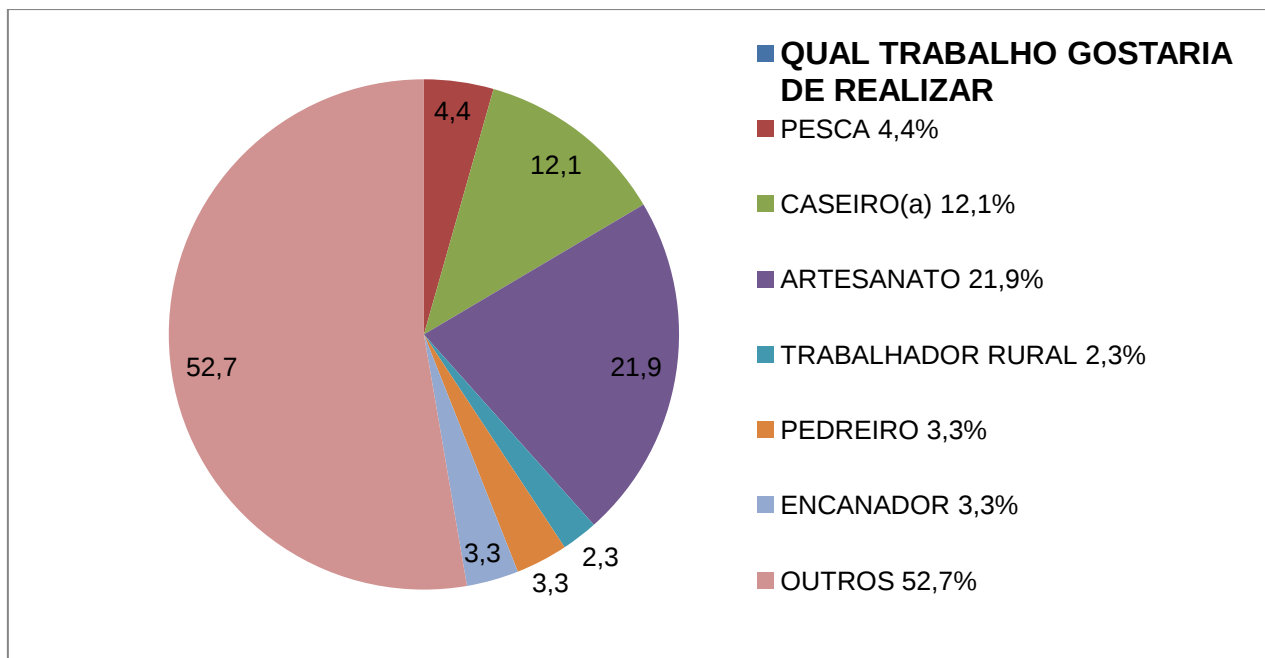




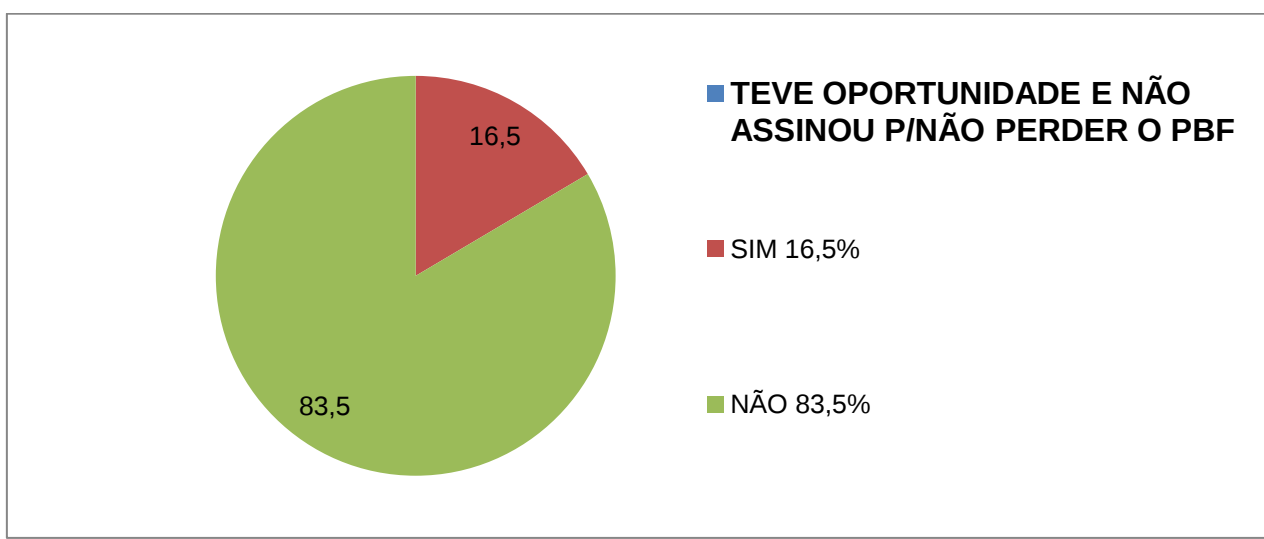






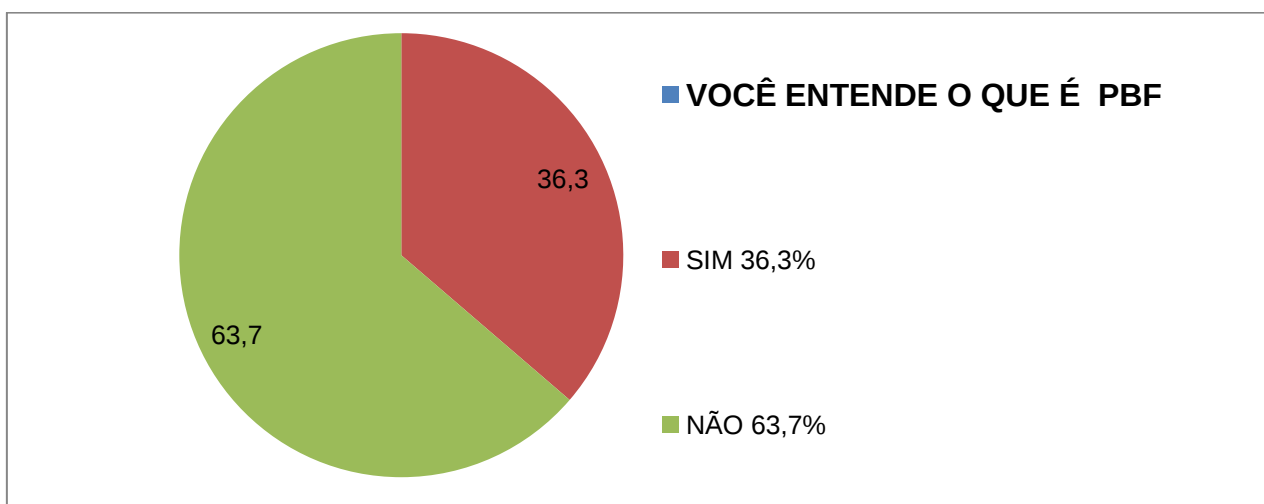


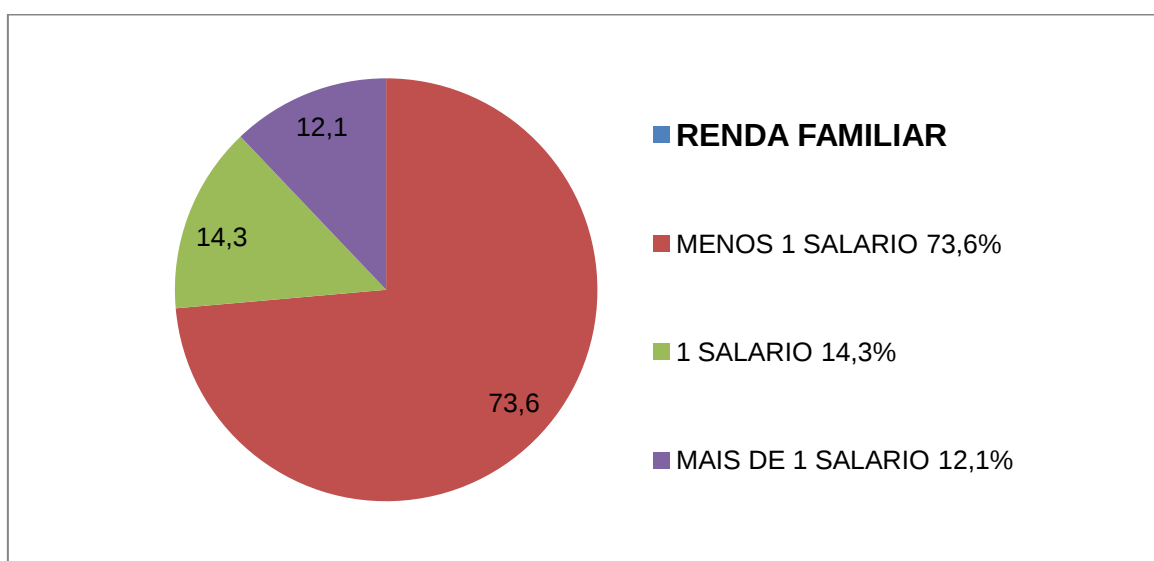
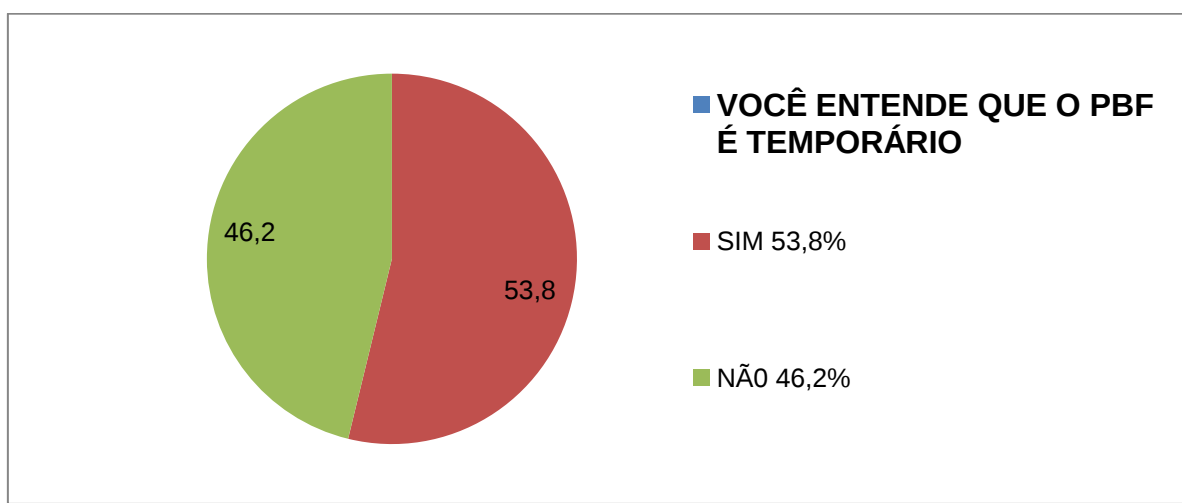
(CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social)

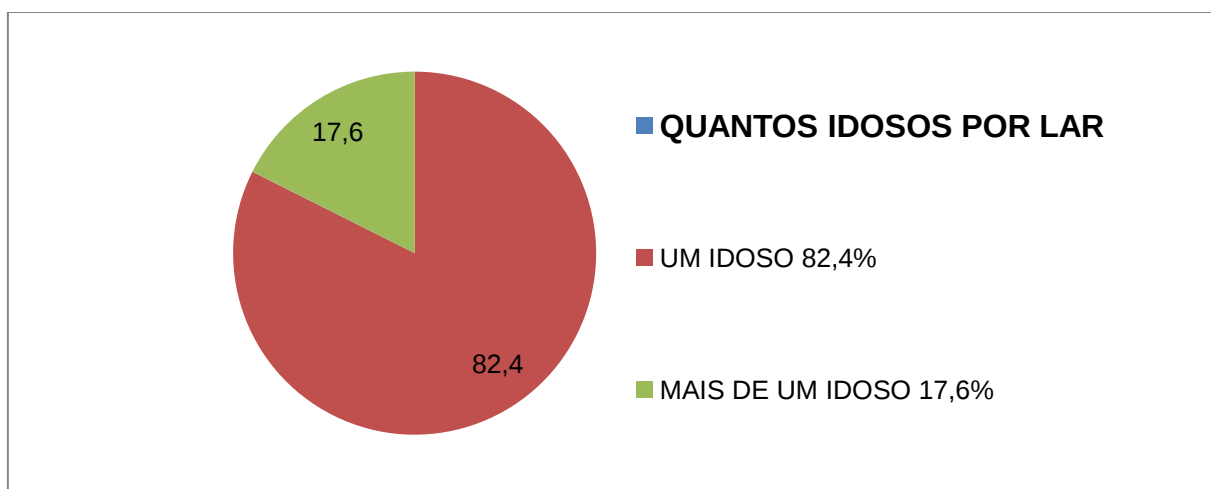
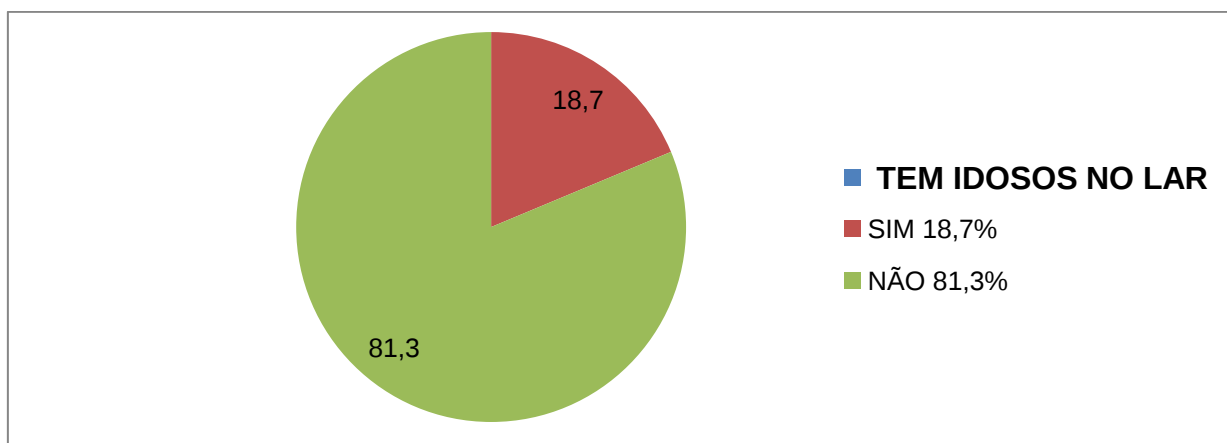
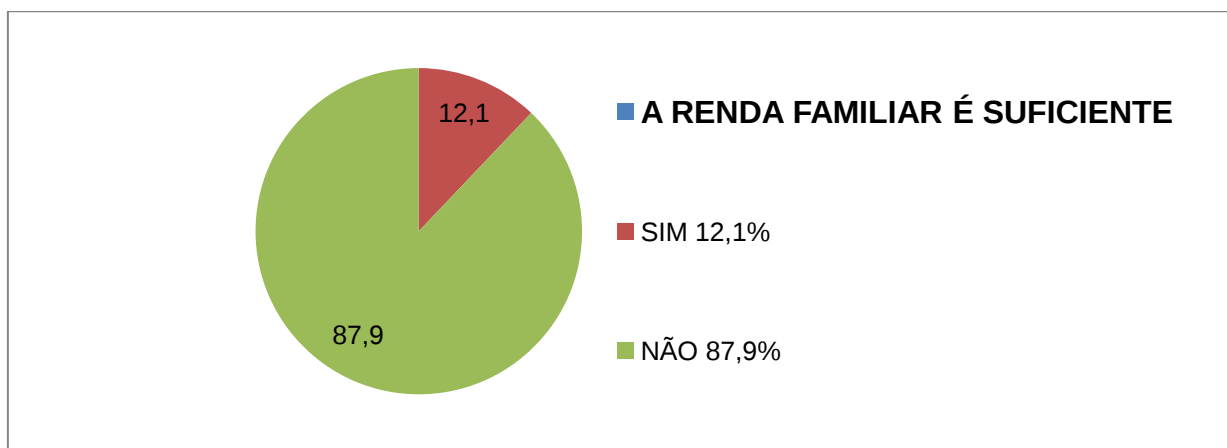


(PBF - Programa Bolsa Família)

VOCÊ ENTENDE O QUE É PBF (Programa Bolsa Família)







CAPÍTULO 4

Meio Ambiente e a Cidadania

4.1 - Políticas Públicas buscando a integração entre o social, o econômico e o Meio ambiente

Sob o olhar da pesquisa e mediante dados coletados pelas Secretarias municipais de Barra de Santo Antônio é que podemos afirmar que a ocupação da comunidade dos Sem – Terra II, em área de manguezal, está intrinsecamente ligada às questões que envolvem relações de poder e à quase inexistência de Políticas Públicas efetivas e principalmente a não consciência do sujeito social.

Estas relações em que o poder se esboça com uma força enorme de supressão do sujeito, e este não é tratado como cidadão, possuidor de direitos e deveres sociais, mas, que vive em subserviência plena, desconhecendo seus direitos enquanto cidadão são as que acarretam nele uma visão estreita, limitante e que conseqüentemente o faz permanecer inerte perante os fatos que gradativamente vão compondo de forma solta e aleatória, seu cotidiano.

Mas, infelizmente, é diante de tanta fragilidade versada na ausência da cultura política dos direitos e da cidadania aliada à inocência do estado de consciência destes sujeitos sociais, os quais oscilam entre estar paralelamente ou abaixo da linha de pobreza, que o poder estatal tranquilamente se instala, se fortalece, ganhando espaço e força para manipular e colocar em prática interesses escusos, que indubitavelmente não se formalizam nas reais necessidades da comunidade que vive mergulhada em todas ou quase todas as formas de exclusão.

O poder aqui tratado que se quer dar destaque neste momento, é ao poder verticalizado, mecanicista, a - social, desumanizado, onde as falas, que poderiam, claramente, expressar o conhecimento e as intencionalidades locais, são apagadas, esquecidas e negligenciadas.

Tudo isso viria concretamente a discussão no cenário social, se houvesse um comprometido controle social, no qual poderia ser vislumbrada a exposição de discussões das reais necessidades de uma comunidade.

Obviamente que, toda essa discussão seria um plano a longuíssimo prazo, pois envolveria inúmeros determinantes para que se alcançasse este nível de estruturação social, mas, para a concretização destas discussões, ter-se-ia que dar o primeiro passo, o qual seria a participação coletiva e efetiva da população nos conselhos municipais, os quais também devem ser efetivos.

Estes avanços, sem dúvida seriam visualizados, não apenas no campo físico, mas, e fundamentalmente, haveria avanços no âmbito pessoal, onde se poderiam vislumbrar claramente novos horizontes.

Essa oportunidade é, na maioria das vezes, posta de lado, inviabilizando por completo a instauração de parcerias e a partir disso, se formalizaria a constituição de um processo de construção bem edificado, aliado à importância de um saber científico e à cultura local, que desta forma, ambos, caminhando lado a lado, delineariam um perfil social satisfatório, mas, esta é uma colocação que está na contramão do pensamento daqueles que são detentores do poder.

A luz desta problemática, Morin (2005 p: 176)²⁸ diz:

O poder está em migalhas (...) reconcentrado e engrenado no nível político e econômico (...) o saber já não é para ser pensado, refletido, mediado, discutido por seres humanos para esclarecer sua visão de mundo e sua ação no mundo, mas, é produzido para ser armazenado em banco de dados e manipulado por poderes anônimos (...)

²⁸ Trecho extraído livro Ciência com consciência de Edgar Morin - 2005

Com a garantia das necessidades básicas, ou pelo menos do mínimo social, o indivíduo não recorreria a ambientes, os quais não lhe garantem uma melhor qualidade de vida, além, é claro, de degradar indiscriminadamente o meio onde vivem como é o caso dos Sem – Terra II, que além da ocupação em uma Área de Preservação Permanente (APP), não têm acesso a saneamento básico, a módulos sanitários, a sistema de eletrificação e de comunicação, além de ficar distante de postos de saúde e escolas.

De acordo com a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social, 8.742 de 07 de dezembro de 1993), existe uma singular diferença entre mínimo e o básico, que seria, de acordo com a colocação de Pereira (2002, p: 26)²⁹ o seguinte:

Mínimo e básico são na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem a conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não.

O básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base se sustentação indispensável e fecunda ao que ela acrescenta... o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados.

Mesmo diante de tantos entraves que dificultam a interação entre as relações de poder e a emancipação da consciência do sujeito, não faculta que seja terminantemente suficiente para negarmos uma futura relação concatenada com um processo construtivo, elucidativo, das questões que envolvem não apenas o crescimento do indivíduo, buscando o resgate da consciência do ser social, mas, também o trato responsável e sustentável no tocante ao meio onde vive.

²⁹ Trecho extraído do livro: Necessidades Humanas de Potyara A.P. Pereira - 2002

Edgar Morin (2005) tece um comentário que se coaduna com as questões da consciência, que envolve os sujeitos sociais desta comunidade, neste emaranhado de situações adversas as quais eles estão inseridos; Morin (2005) então argumenta que:

(...) o problema da consciência supõe a reforma das estruturas do próprio conhecimento, assim o problema não tem solução, atualmente. Pode parecer que lhes apresento um quadro desesperado, que destruindo a rocha sólida das convicções, deve provocar pessimismo desmoralizador e devastador. Mas, isso seria esquecer que é necessário desintegrar as falsas certezas e as pseudos- respostas quando se quer encontrar as respostas adequadas. Seria esquecer que a descoberta de um limite ou de uma carência em nossa consciência já constitui progresso fundamental e necessário para essa consciência (...) seria ingênuo esperar e desejar uma solução mágica para cada situação (...) entretanto, devemos viver e assumir um politeísmo de valores (...). (Edgar Morin – 2005)³⁰

O perfil que molda as pessoas que vivem na comunidade dos Sem-Terrall, é um perfil que expõe a sua grande fragilidade ao acesso ao conhecimento, ao entendimento de suas decisões, que são tomadas, na maioria das vezes, de forma irracional, diante de situações que revelam suas necessidades básicas de sobrevivência e que exigem uma resolução imediata. Em outras palavras, escolhas racionais deixam de ser adotadas sistematicamente da necessidade imperiosa da luta pela sobrevivência.

O reflexo dessa ausência de estrutura de conhecimento os coloca cada vez mais distantes aos mínimos sociais que, por Lei Constitucional são garantidos.

Amartya Sen (1999) retrata essa questão dos acessos aos mínimos sociais da seguinte forma:

³⁰ Trecho extraído livro Ciência com consciência de Edgar Morin - 2005

Um número imenso de pessoas em todo mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver, mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis.

Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada e passam a vida lutando contra a morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura (...) no que se refere a outras privações de liberdade, a um número enorme de pessoas que são sistematicamente negados a liberdade política e os direitos civis básicos, afirma-se com frequência que a negação desse direito ajuda a estimular o crescimento econômico (...) (Amartya Sen – 1999)³¹

Fica então claro que, sem a rigidez das estruturas gestoras na adoção de instrumentos sócio-político-econômicos e ambientais, as ações voltadas à sustentabilidade teriam uma resposta positiva, um retorno de qualidade de vida melhor, como também, um resgate mais efetivo voltado para a reestruturação da biodiversidade deste ecossistema; enfim, haveria ganhos para todos, destacando que além de garantir a renda familiar, com a venda e consumo responsável da pesca e da coleta de crustáceos no manguezal e no rio, que atualmente estão rareando.

Ao expor, questões sobre as garantias ao acesso das necessidades básicas que o indivíduo deve ter, já que estas necessidades básicas estão plenamente garantidas na Constituição Federal de 1988 (Capítulo II, Art.6º - Dos Direitos Sociais), é que se pode visualizar o arsenal de questões limitantes que inviabilizam situações nas quais esses sujeitos sociais podem desenvolver-se socialmente, culturalmente e ambientalmente.

³¹ Trecho extraído do livro: Desenvolvimento como Liberdade – Amartya Sen, 1999.

4.2 – Buscando o Desenvolvimento Sustentável

Tratar sobre o tema, desenvolvimento sustentável, relacionando-o com essa temática da ocupação de solo de uma APP, paralelamente à questão da tensão por diferenciação, torna-se uma tarefa um tanto quanto instigante, pois estamos lidando com sujeitos sociais que vivem totalmente à margem dessa discussão e desse entendimento; restando-lhes apenas, a necessidade de garantir sua sobrevivência, afastando-os de discutir sobre qualquer temática.

Entretanto, isso não os impossibilitará de poder agregar no seu cotidiano, um entendimento sobre a importância de se desenvolver sustentavelmente. Como já foi exposto anteriormente, essa comunidade concebe que, a vinda de todo e qualquer trabalho que lhes favoreça e que lhes traga benefícios, serão bem aceitos.

Essa atitude deixa brechas muito amplas para que as políticas públicas sejam inseridas, monitoradas e acompanhadas na comunidade e a partir daí, pode-se visualizar a semente de um desenvolvimento com sustentabilidade não apenas nessa comunidade, mas, no município como um todo.

Com o advento da estruturação da ponte, que liga a Barra à Ilha, pode-se delinear uma gama de atividades que podem dar novos direcionamentos ao município, pois com o tráfego da ponte, muitos problemas irão emergir e entrarão no cenário municipal, e muitas situações entrarão em destaque, sendo que algumas dessas questões estarão voltadas a impactos positivos como também impactos negativos.

Partindo dessa visão é que são pensados na estruturação de projetos que poderão ser viabilizados; sendo que esses projetos deverão ser voltados ao desenvolvimento sócio-econômico e ambiental do município, com ações voltadas a modalidades que busquem e incluam o desenvolvimento.

Todos esses se constituem em processos que devem ser incluídos, pois são de natureza de intervenção, de prevenção e de respeito ao meio ambiente.

De acordo com Sachs (2004),

A cidadania global continua a ser, por enquanto, uma utopia, mas, para isso, o Estado nacional tem que executar três funções principais:

- a) A articulação de espaços de desenvolvimento, desde o nível local (que deve ser ampliado e fortalecido) ao transnacional (que deve ser objeto de uma política cautelosa de integração seletiva, subordinada a uma estratégia de desenvolvimento endógeno);
- b) A promoção de parcerias entre todos os atores interessados, em torno de um acordo negociado de desenvolvimento sustentável;
- c) A harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio do planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade, buscando um equilíbrio entre diferentes sustentabilidades (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política) e as cinco eficiências (de alocação, de inovação, a keynesiana, a social e a ecoeficiência). (Ignacy Sachs, 2004)³².

Sachs complementa suas afirmações a respeito do Desenvolvimento Sustentável de maneira que possamos tranquilamente, adequá-las à realidade da comunidade dos Sem-Terrall, visto que ela se situa como toda comunidade desprovida de estruturas, respectivamente, social, econômica, política e cultural.

³² Trecho do livro: Desenvolvimento includente, sustentável sustentado. Ignacy Sachs - 2004

A questão de Desenvolvimento deve inicialmente ser tratada de maneira que este se estruture de acordo com a realidade local e não de forma verticalizada e sem estudos prévios que não visualizem e não envolvam as necessidades locais, negando assim as possibilidades de que uma comunidade possa acenar ou pelo menos ser instigada a expor o que é de emergencial no seu cotidiano e que provoque sua conquista enquanto sujeito social, experimentando na íntegra a sua cidadania.

A respeito do conceito sobre desenvolvimento sustentável, fazemos destaque a essa definição, sob a luz de Sachs (2004), o qual diz:

Os cinco pilares do desenvolvimento sustentável são:

- a) Social – Fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
 - b) Ambiental – com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
 - c) Territorial – Relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
 - d) Econômico – Sendo a viabilidade econômica a “conditio sine qua non” para que as coisas aconteçam;
 - e) Político – A governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença.
- (Ignacy Sachs, 2004)³³.

³³ Trecho do livro: Desenvolvimento includente, sustentável sustentado. Ignacy Sachs - 2004

Diante de tantas menções feitas a Sachs neste capítulo, talvez agora, ao final deste, esteja justificado sua forte influência em relação aos destaques realizados, pois é clara a enorme contribuição que Sachs deu, e continua dando, justamente no momento em que o planeta precisava parar para discutir novos rumos que garantissem sua sustentabilidade. Os representantes das maiores potências mundiais tiveram que se curvar diante de seus comportamentos incoerentes e irresponsáveis para com os recursos naturais renováveis do planeta que são finitos.

A referência, aqui, sobre o termo desenvolvimento sustentável, deve-se ao formulador deste conceito, Ignacy Sachs. Esta terminologia foi consolidada como ponto de partida para as discussões voltadas para a mudança nos rumos que o crescimento desordenado do planeta tomou e, infelizmente, continua tomando.

O momento o qual o planeta teve seu espaço para discutir o quando e o como deveriam ser tomadas atitudes para a sua preservação, se deu no estado do Rio de Janeiro em 1992 (ECO 92), na então Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesta Conferência,

(...) estiveram presentes mais de 170 países e foi considerado o maior e mais representativo evento diplomático até então já existente e que discutiu questões voltadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento de todo o planeta.³⁴

Nesta Conferência, chefes de Estado discutiram metas e estabeleceram compromissos para poder se colocar em nos rumos do desenvolvimento sustentável.

³⁴ Trecho extraído do artigo da Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21/2000 MMA/PNUD.

E foi dentro desses compromissos que foi criada a Agenda 21, que segundo a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, argumenta que:

Pressupõe uma tomada de consciência por parte de todos os indivíduos sobre o papel ambiental, econômico, social e político, que desempenham em sua comunidade e exige, portanto, a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro (...) a Agenda 21 deve desencadear um processo de planejamento participativo que, partindo do diagnóstico do País, suas regiões, estados e municípios, possa orientar seu futuro de forma sustentável, de acordo com as potencialidades e vulnerabilidades de seus recursos ambientais (...)

A Agenda 21 em relação ao tema Redução de Desigualdades Sociais, os debates apontam para a necessidade de políticas compensatórias (renda mínima, incentivos financeiros à escolarização, criação de programas emergenciais e/ou continuados destinados à geração de empregos, programas de concessão de crédito a populações de baixa renda como também sistemas de financiamento de habitação popular que levem à gradual eliminação do atual déficit no setor (...)³⁵

No ano de 2000, todos os municípios do país foram contemplados com programas que trabalhavam o desenvolvimento sustentável, através da Agenda 21. Podemos enfatizar aqui que esses programas demoraram oito (8) anos para serem estruturados e postos em execução.

³⁵ Trecho extraído do artigo da Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21/2000 MMA/PNUD.

Os parceiros iniciais da Agenda 21 foram: O Banco do Nordeste (BN), com o Programa Farol do Desenvolvimento, programa este que era voltado para a concessão de crédito para as famílias de baixa renda e paralelamente ao BN, um outro parceiro que também foi protagonista neste processo foi o SEBRAE.

O SEBRAE se inseriu nos municípios com o Programa Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, o DLIS; o qual buscava as potencialidades de cada município, tanto em termos de desenvolvimento turístico como o de cultura local, ou seja, artesanato, culinária, música, passeios ecológicos dentre outros.

Ambos tinham o mesmo foco, o desenvolvimento sustentável local. Entretanto poucos foram os municípios alagoanos que conseguiram abraçar e acompanhar esses programas. Podemos fazer aqui um destaque para o município de Maragogi/AL, já que esse município conseguiu, dentre outros poucos, dar continuidade até os dias atuais ao Fórum DLIS.

Foi mediante este Fórum, que é paritariamente composto pela sociedade civil organizada e representantes do governo, que conseguiram, através de reuniões, mostrar a necessidade de ser viabilizado o sistema de esgotamento sanitário do município, visto o crescimento desordenado e acelerado de casas de veraneio, hotéis, pousadas, restaurantes que estavam degradando as praias e seus entornos.

Essa é a perspectiva da Agenda 21: a sociedade civil aliada à gestão pública, pode pensar, avaliar e propor ações que promovam o desenvolvimento local sustentável, garantindo que a comunidade possa conviver com seu meio ambiente sem causar-lhe danos agora como também para as gerações futuras.

Em momento algum houve pretensão de esgotar todas as informações pertinentes sobre a Agenda 21, a intenção foi apenas de poder expressar o desenvolvimento sustentável de maneira mais próxima da nossa realidade, para que o entendimento pudesse ser maior, e a Agenda 21 propõe esse conhecimento, visto que ela ainda se encontra no cenário brasileiro com muito mais propostas de execução, buscando incansavelmente o ideal que é o desenvolvimento sustentável.

Portanto, vivemos em um período no qual temos uma dupla responsabilidade, que é o de nos envolvermos mais, mesmo com atitudes mínimas na luta por estratégias e planejamentos que possam preservar o meio no qual vivemos e também o de assumirmos o compromisso de ter atitudes responsáveis para que as gerações futuras possam ter acesso à exuberante biodiversidade do planeta.

CAPÍTULO 5

A ocupação ilegítima de solos e suas consequências

5.1 - A questão da tensão por diferenciação

O termo tensão por diferenciação vem do autor Henrique Silva, foi um conceito que conseguiu exprimir a problemática vivida entre a comunidade Sem – Terra II e a comunidade barrense, com exímia pertinência para essa pesquisa.

No artigo de Silva, ele expõe a questão da tensão por diferenciação voltada para a questão da divulgação científica. Nesse trabalho ele retrata a relação entre as inúmeras áreas de conhecimento que buscam seu espaço de maneira a subjugar as outras áreas, ou seja, cada um buscando seu destaque, sua importância, esquecendo que todas as áreas de conhecimento são uma rede, que agrega e contribui para o crescimento e evolução de todas as áreas.

Essa competitividade que envolve a comunidade de pesquisadores e de cientistas, na busca de prestígios dentro e fora da academia para projetar a individualidade no que diz respeito à contribuição literária.

Sobre essas questões voltadas à divulgação e a especializações das atividades científicas, Silva (2000) argumenta que:

A produção científica se dá num espaço polêmico de interlocução. Como diz Bruno Latour: “quando nos aproximamos dos lugares onde são criados fatos científicos e entramos no meio das controvérsias” apontam que os textos constituem sujeitos, posições de interlocuções e posições que constituem o tecido social. Nossa sociedade, da forma como os conhecimentos são produzidos, precisa constituir, reafirmar, produzir com a evidência de uma naturalidade, a diferenciação entre produtores e consumidores de conhecimento. Separar e encenar o reencontro. (Henrique Silva – 2000)³⁶

³⁶ Trecho extraído do artigo: O que é divulgação científica, da revista ciência e ensino de dezembro de 2006.

A nomenclatura, tensão por diferenciação, sugerida por Silva (2006), pode sem problema algum, ser readequada em outras seções das pesquisas científicas, porque é um termo que trata das várias formas de desgastes que ocorrem nos mais diversos segmentos sociais que queiram expressar sua importância, internamente e externamente para a sociedade, ou seja, a tensão por diferenciação pode ser representada/exprimida pela contextualização de contrastes existentes em um determinado espaço que esteja em processo de construção.

A comunidade dos Sem-Terra II enfrenta, desde a sua ocupação de uma parte do manguezal da Ilha da Crôa, justamente essa situação de tensão por diferenciação; essa problemática ocorre porque a comunidade barrense os vê como realmente invasores, ou seja, como aqueles que invadiram um espaço que não lhes pertenciam e que desorganizou a cotidianidade dos moradores da Ilha.

O incômodo deve-se à preocupação que os antigos moradores adquiriram com a chegada desses ocupantes, que mudaram significativamente a rotina dos mesmos.

Essa inquietude esta voltada para: a discriminação por eles não terem poder aquisitivo para ter acesso a uma habitação, pelos dejetos destinados no rio Santo Antônio, fazendo rarear os mariscos que anteriormente existiam em abundância, pelo afastamento dos veranistas e turistas que anteriormente freqüentavam o restaurante e a sorveteria.

Hoje na Ilha, podemos contar com vários restaurantes, lanchonetes e sorveterias e com o aumento da criminalidade do local, que causou e ainda causa inquietação dos moradores, comerciantes e veranistas que são surpreendidos de maneira negativa, visto que são causados danos materiais, como também são subtraídos bens de suas residências e/ou pontos de comércio, por alguns moradores que compõem a comunidade Sem-Terrall.

Diante destas situações, foi criada a rejeição que moldou a comunidade dos Sem-Terrall junto à comunidade barrense. Foi então que o termo, tensão por diferenciação se moldou adequadamente a essa situação; situação de incômodo e de rejeição da nova realidade imposta pelos invasores do manguezal.

Hoje a comunidade apelidada como Sem-Terrall, vem convencionando a todos que o local não deve ser chamado mais de “Sem-Terrall” e sim de Morada Nova, Vila Nova ou ainda de Vila de Pescadores II.

Essa mudança de nome, de acordo com alguns relatos da comunidade dos Sem-Terra II, respalda-se na mudança de uma visão negativa da comunidade para com o município, para uma visão positiva, que possa apagar o que foi instaurado anteriormente, visto que a comunidade cresceu bastante, vem se organizando e que como a maioria dos bairros ou comunidades, os seus integrantes desejam superar situações que lhes causam desgastes e inquietações.

Não houve ainda a mudança oficial de alguns dos nomes acima sugeridos, contudo, pelo menos até o momento em que esta Pesquisa estava sendo feita não foi oficializada a mudança de nome, mas, é muito comum, hoje, se ouvir qualquer um dos outros nomes em paralelo ao já conhecido, Sem-Terra II.

Acredita-se que a necessidade de mudar o nome da comunidade, veio justamente para quebrar todo e qualquer ranço de preconceito, exclusão que envolve uma sociedade, limitando suas perspectivas e impossibilitando seu desenvolvimento para que vislumbrem ou busquem alternativas de uma melhor qualidade de vida, superando com isso, um desgaste, uma inquietação de cunho negativo, e, agora com a contribuição de Henrique Silva, podemos ampliar o conceito de tensão por diferenciação.

Em artigo publicado na revista Ciência & Ensino e dedicado a uma reflexão sobre o significado da Divulgação Científica, Silva (2006) se refere a uma situação em que os Filósofos naturais acadêmicos da época do Iluminismo, século XVIII, reivindicam uma distinção entre o que eles fazem daquilo que faz outro grupo que poderia ser confundido com eles.

Eles ressaltam a sua distinta excelência e sua diferença com relação a outro grupos que poderia inadvertidamente ser confundido com eles próprios. Deste modo, este segundo grupo não deveria gozar do mesmo estatuto de credibilidade que tais Filósofos gozavam. Silva (2006), assim se manifestou:

Enfim, no século XVIII, a atividade de produção do conhecimento e de divulgação, os lugares dos produtores e divulgadores estavam pouco diferenciados. Mas, com a ciência se constituindo aos poucos como um certo tipo de instituição vinculada a uma certa forma de produção do conhecimento, já havia uma certa *tensão por diferenciação*. Filósofos naturais acadêmicos da época do Iluminismo esforçavam-se por parecerem diferentes dos chamados “vendedores científicos”, com suas palestras e shows itinerantes”. (SILVA, 2006, p. 55)³⁷ [O grifo em caracteres itálicos é acréscimo nosso]

O fenômeno da tensão por diferenciação é bem mais amplo que o exemplo aludido por Silva e aqui temos a intenção de ampliá-lo para outras situações e outros contextos. Ora, tanto no contexto das relações entre grupos de pessoas que participam do empreendimento científico, quanto no contexto de um grupo de professores que busca legítima afirmação de sua competência, como também no que se refere a quaisquer outros grupos sociais que vivem em um misto de cooperação e de competição, a tensão por diferenciação constitui-se em algo inevitável.

Evidentemente, a tensão por diferenciação pode ter lugar, tanto de maneira legítima quanto de maneira ilegítima, esta última assim se constituindo quando os seus praticantes o fazem de forma escusa.

Exemplos podem ser aduzidos aos montes. Alguém morando e compartilhando de um mesmo condomínio pode querer se destacar dos demais condôminos alegando que a sua origem social é mais refinada, ou que o seu grau de escolaridade é incomparavelmente maior do que aqueles que moram no mesmo edifício.

³⁷ Trecho extraído do artigo: O que é divulgação científica, da revista ciência e ensino de dezembro de 2006.

Um pesquisador pode querer se diferenciar de seus colegas pesquisadores alegando que o seu campo de pesquisa envolve conceitos e teorias bem mais sutis do que os correspondentes conceitos e teorias que lançam mão os seus colegas; por isso reivindica para si essa pessoa um estatuto (status) de reconhecimento, e até mesmo de salário, diferenciado com relação aos demais pesquisadores que se dedicam a atividades consideradas por ele como sendo “fáceis”.

No caso, que aqui nos interessa mais de perto, dos sujeitos sociais que ocuparam a zona de manguezais na ilha da Crôa no município de Barra de Santo Antonio, podemos dizer que tais sujeitos sofrem uma perversa tensão por diferenciação que se manifesta quando seus filhos passam a freqüentar a escola e eles próprios sentem os obstáculos para expandir as suas liberdades a fim de ampliar as suas possibilidades de sobrevivência. No entanto, uma política pública conseqüente consiste em facilitar ao máximo o processo de injustiça em que vivem esses sujeitos.

5.2 - A Juridicização coletiva dos conflitos de ocupação desordenada de solos

O termo Juridicização coletiva dos conflitos surgiu na década de 80 para que reivindicar o direito de posse do solo e paralelamente a justiça, daqueles que invadiam e ou ocupavam espaços urbanos indevidamente.

Essa terminologia foi minuciosamente pesquisada e detalhada por Bidarra(1996) em seu artigo na revista Serviço Social e Sociedade e aqui vamos agregar esse conceito na questão da ocupação ilegítima da comunidade, na Ilha da Crôa, em uma área de preservação permanente, o manguezal.

De acordo com Bidarra (1996, p.58), a juridicização coletiva de conflitos, se deu com:

(...) o fenômeno das invasões coletivas gerou movimentos organizados de invasões, cujos avanços das lutas possibilitaram as inflexões nos estreitos limites formais de proteção à propriedade privada imputados pelos mecanismos jurídicos – políticos (...) a questão da ausência de moradia nas áreas urbanas para os segmentos populares ganhou notoriedade quando da luta pelo reconhecimento do direito à posse do solo originou-se o movimento de juridicização coletiva de conflitos. (Zelimar Bidarra)³⁸

É inquestionável a relação da comunidade dos Sem-Terra II com a questão da juridicização coletiva de conflitos solos, visto sua identidade com a relação de invasão de solos de forma ilegal.

Quando expressamos essa relação estamos revelando a problemática das políticas sociais, mais precisamente a política habitacional que desde o ano de 2001 vem, através de programas executados pela Caixa Econômica Federal, vem descortinando as necessidades de se ter acesso à casa própria.

³⁸ Trecho extraído do artigo: Invasão de solos urbanos e a estratégia da juridicização coletiva – Zelimar Soares Bidarra. Revista Serviço Social e Sociedade nº 64/2000.

Os programas disponibilizados pela Caixa são os seguintes: O Programa Habitar Brasil, Morar Melhor, Melhor moradia: melhor qualidade de vida, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSHA e a carta de Crédito FGTS – CC FGTS.

A juridicização coletiva de conflitos e a comunidade dos Sem-Terra II se congregam quando, Bidarra (1996, p.73,74) em seu artigo argumenta que

O ato da invasão era associado à idéia da inevitabilidade, da falta de alternativa, da força da circunstância, da “desesperança ante a injustiça social” ou da “fracassada história de sujeito” (...) certos de que possuem direito e de que desejam apenas justiça, os movimentos de invasão buscam o Judiciário para legitimar o direito que a sociedade lhes nega. (Zelimar Bidarra)³⁹.

Nossa intenção em abordar essa temática foi além daquela de apontar a realidade da comunidade Sem-Terra II com a terminologia exposta, foi também em fazer refletir sobre as questões de invasões de solos urbanos e rurais, como também em áreas de preservação permanente (APP); tudo através de uma visão acuidada sobre o que efetivamente vem sendo pensado e feito para que famílias em situação de exclusão, tenham o direito à moradia, que consta como garantido na Constituição Federal/88, Capítulo II, Art. 6º.

A oportunidade de uma participação efetiva, fazendo-os pensar e avaliar sobre sua realidade, pode possibilitar a esses sujeitos sociais, discutir e visualizar o caminho que os conduzirá na busca por sua cidadania; paralelamente, entendemos que tudo isso é uma conquista a longuíssimo prazo, mas, que pode e deve ser alcançada.

³⁹ Trecho extraído do artigo: Invasão de solos urbanos e a estratégia da juridicização coletiva – Zelimar Soares Bidarra. Revista Serviço Social e Sociedade nº 64/2000.

CAPÍTULO 6

A ocupação dos manguezais como expressão da exclusão social na Ilha da Crôa – Barra de Santo Antônio/AL

6.1- A exclusão social e a ausência de Políticas Públicas

O manguezal é um ecossistema de Área de Proteção Permanente (APP). Segundo Novelli (1995):

O manguezal é um ecossistema costeiro de transição entre ao ambientes terrestres e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés. (Yara Novelli)⁴⁰



Disponível em: www.barradesantoantônio/2006

⁴⁰ Trecho extraído do livro: Ecossistema entre a terra e o Mar – Yara Schaeffer Novelli. 1995

O manguezal é composto por uma imensa e rica diversidade de animais, que vai desde grandes a pequenos peixes, espécies variadas de aves, caranguejos (guaíamu e uçá), siris, camarões, ostras, berdigão, unha de velho (estes dois últimos muito comuns nos mangues da Ilha da Crôa) em fim uma riqueza incomparável.



FIGURA 10: Vista parcial do manguezal na Ilha da Crôa.⁴¹

Quando foi dado início à ocupação na área de manguezal pelos Sem-Terra II, foi nítida a devastação causada por estes ocupantes. Eles não apenas aterraram o espaço como também utilizaram (e utilizam) a madeira para construir suas casas e para cozinhar.

Com esta ocupação, também vieram indicadores de impactos negativos que são também tão preocupantes quantos os que já foram citados anteriormente, como por exemplo, a falta de um sistema de esgotamento sanitário e a inexistência de um trabalho efetivo no que diz respeito à coleta de lixo, a qual acaba sendo toda destinado ao manguezal e ao Rio Santo Antônio, indiscriminadamente.

A questão preocupante, além é claro do processo de devastação, é que para essas pessoas os recursos naturais não são finitos.

⁴¹ Fotografia tirada por Maristella Sampaio em 04/2010.

Deste modo o manguezal e o Rio Santo Antônio, que estão sendo atingidos gradativamente, irão lhes dar sempre um retorno. Mas, na realidade, após o processo de invasão, pessoas da comunidade nativa, vêm fazendo sérias retaliações à Prefeitura para que sejam tomadas providências urgentes de retirada dos Sem – Terra II, pois segundo a argumentação desta comunidade reivindicante, é que após a invasão do manguezal, estão rareando a captura de *berdigão*, *ostras* e *da unha de velho*, que eram encontrados com fartura, sem contar com o odor e a sujeira que vêm pela correnteza do Rio, acumulando-se por toda a margem.

Sobre esta questão, Novelli (1995) assevera que:

A retirada de uma fonte geradora de poluição de um local não implica necessariamente na interrupção imediata de seus impactos. Um determinado impacto que esteja afetando o manguezal pode desencadear o surgimento de outros, ao longo do tempo. O acúmulo de substâncias tóxicas no ambiente pode ter seus efeitos multiplicados em longo prazo, atingindo a saúde humana. (Yara Novelli)⁴².

A devastação explícita que compõe o cenário da ocupação dos Sem-Terra II é deprimente. Muitos são os elementos que fortalecem a continuidade deste processo de degradação, o principal deles é a cegueira cômoda, inócua, permissiva, ausente e desinformada da gestão pública, que possui uma vasta ramificação de caminhos a serem percorridos e que os mesmos não avançam de forma positiva, concreta, elucidativa, porque as tomadas de decisões ficam cerceadas. Para uma solução que seria em longo prazo, seria necessário o envolvimento de uma gama de instituições governamentais, não governamentais, sociedade civil organizada dentre outros, o que despenderia tempo e recursos financeiros.

⁴² Trecho extraído do livro: Ecossistema entre a terra e o Mar – Yara Schaeffer Novelli. 1995

O município de Barra de Santo Antônio/AL, mais precisamente a Ilha da Crôa, tem uma enorme vocação turística. Contudo uma das primeiras visões que o turista e veranista vêm é justamente a sujeira que passa tranqüila e lentamente pelo leito do rio, a qual advém, não totalmente, mas, principalmente, dos ocupantes do manguezal.

Se fossem amplamente executadas atividades de cunho técnico, principalmente envolvendo os EIA (estudos de impacto ambiental) essas poderiam minimizar os impactos antrópicos. Paralelamente a isso, deveria ser implantado um Plano que fosse compartimentalizado em pequenos projetos, todos voltados e intencionados à solução desta questão, isto é, a questão da preservação ambiental.

Um destes projetos envolveria a sustentabilidade local, ou seja, após um planejamento de análises, pesquisas e estudos dos impactos, a comunidade poderia ser envolvida com informações que tratariam da importância da educação ambiental, da reciclagem e do trato com os resíduos sólidos, como expressam Zanin e Mancini (2002):

Para formular indicadores de desenvolvimento podem ser utilizados alguns princípios e estratégias gerais de sustentabilidade tais como:

- Aspecto ambiental (manutenção da integridade ecológica, por meio da prudência na utilização dos recursos naturais, da preservação da diversidade da vida e do respeito à capacidade de carga dos ecossistemas)
- Aspecto econômico (Contempla prioritariamente a distribuição de riqueza e renda, buscando resultados macro sociais positivos),
- Aspecto político (Participação da sociedade nas tomadas de decisões) e o
- Aspecto social (Combatendo as práticas de exclusão, discriminação e reprodução da pobreza e respeitando a diversidade em todas as suas formas). (Zanin e Mancini 2002)⁴³.

⁴³ Trecho do livro: Resíduos plásticos e reciclagem: aspectos gerais e tecnologias. Maria Zanin e Sandro Mancini, 2002.

A implementação de uma Política Ambiental, não apenas no município de Barra de Santo Antônio, como também em todas as localidades deste país que se encontram em constante processo de degradação, se faz necessária e é urgente.

A Agenda 21 é um claro orientador de implementação desta Política, visto que se encontra respaldada em documento, o Decreto Presidencial de 26/02/1997, que cria a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21.

Nesses documentos são claras as determinações que cada localidade deve se comprometer, obviamente, respeitando sua realidade, para que a partir de então possa direcionar suas demandas.

Sob à luz da Agenda 21 (2000 p: 18):

(...) qual será o melhor caminho a ser seguido por um país com as condições específicas do Brasil? Que papel está reservado ao Estado nesse novo contexto? Como promover a indispensável concentração de renda em termos planetários, nacionais e regionais? quais as estratégias e as políticas específicas mais acertadas?

Para responder a todas essas perguntas será indispensável alcançar consenso a respeito da melhor política para os biomas, para os setores econômicos e sociais... Muitos conflitos terão de ser superados nessa trajetória. Políticas, estratégias e ações adequadas para todos os biomas, nas seis áreas temáticas, sendo elas: Gestão dos recursos naturais, agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infra-estrutura e integração regional, redução das desigualdades sociais e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável O documento não é uma proposta acabada, mas, um elenco de diagnósticos e propostas de estratégias e ações, que tem como um de seus principais méritos a explicitação de conflitos... a sociedade brasileira não poderá avançar em direção ao desenvolvimento sustentável se não discutir, clara e corajosamente, seus problemas, para em seguida estabelecer os pactos necessários.⁴⁴

⁴⁴ Trecho da Agenda 21 brasileira – Bases para discussão. MMA/PNUD, 2000.

Lustosa, Cánepa e Young (2003), fazem uma colocação bem apropriada em relação à questão anterior:

(...) trata-se de um primeiro passo - mas um passo verdadeiramente gigantesco- no sentido de o Estado assumir, em nome da coletividade, a efetiva administração desse bem público que é o meio ambiente, mantendo os cidadãos informados sobre sua qualidade. Trata-se, também, de um primeiro passo na percepção social de que, em questões de poluição, o que importa não é tanto a quantidade total de emissões, mas sim as concentrações de poluentes nos corpos receptores. A sociedade passa, então, a discutir os padrões de qualidade desejáveis e, depois, a estabelecê-los. (Lustosa, Cánepa e Young, 2003)⁴⁵

Como já foi dito anteriormente, essa ocupação aconteceu, há pouco mais de dezesseis (16) anos, e o que se pode assistir diariamente, é o crescimento acelerado e desordenado nesta área, impactando cada vez mais o meio ambiente.

É lamentável ter que acompanhar o empobrecimento gradual desta vegetação tão rica, tão imponente, que agora ao invés de aves, guiamuns, siris, berdigões, unha de velho, dentre outros seres que compõem a biodiversidade do manguezal, que anteriormente existia em abundância, hoje, infelizmente, o que se vê disputando juntamente a estes seres, neste habitat, são vários tipos, tamanhos e cores de plásticos, tecidos, garrafas peti, lixo domiciliar, línguas negras correndo livremente para o rio e com isso, vai se impedindo e se distanciando cada vez mais o poder, a força e a necessidade de o manguezal se restaurar, se reconstruir, se recuperar e voltar a viver e dar abrigo a inúmeras espécies que necessitam dele e do rio para sua reprodução, crescimento e desenvolvimento, retomando normalmente o processo vital de toda a cadeia ambiental que dá forma e vida a esse ecossistema.

⁴⁵ Trecho do artigo: Política ambiental, do livro Economia do meio ambiente. Maria Cecília Junqueira Lustosa et al. 2002.



Disponível no site: <www.barradesantoantonio/2008>

É diante desta situação, que é imprescindível a atuação de Políticas Públicas e Sociais que envolvam toda a comunidade, por meio do controle social do município, com compromisso, responsabilidade, com amplas discussões, onde se possa, cuidadosamente, vislumbrar por dentro, essa problemática, buscando, formas e alternativas viáveis, coerentes com a realidade já existente, ou seja, caminhos a serem traçados instaurando o sentimento de cidadania e buscando, por diversas formas a sustentabilidade.

As Políticas Públicas foram instituídas para garantir o acesso mais ágil e legal aos direitos dos cidadãos. Quando nos reportamos a políticas públicas, logo visualizamos a política social, a política econômica, a política fiscal, política de saúde, política habitacional, política de assistência, política educacional, política ambiental entre outras.

Ainda sobre as políticas sociais e públicas, finalizamos essa discussão, sob a luz de Demo (2001,p:57), destacando que:

(...) perceber o nóculo da pobreza é muito mais comprometedor que visualizar a carência material, esta visão questiona de alto a baixo, concepções e práticas das políticas... nunca se coloca em xeque a tessitura capitalista da sociedade, nem se vislumbra o déficit de cidadania popular como problema central da questão social. Por isso fala-se levemente de “transferência de renda”, como se essa fosse disponível e livre para repassar para os pobres... não se atina igualmente para o cariz político do mercado, onde se trava batalha de vida e morte entre privilegiados e marginalizados.

A Política Ambiental, que foi concretizada a partir da Lei Federal Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, adotou critérios, normas e instrumentos reguladores para nortear as medidas a serem tomadas no que diz respeito à Proteção Ambiental.

Sob a luz desta Lei⁴⁶, destacamos:

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981), tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, aos interesses da segurança nacional e à proteção da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; VIII - recuperação de áreas degradadas;

⁴⁶ Trecho da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

A Política Ambiental é norteadada a partir da Lei Federal acima, e fundamenta-se no Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, objetivando integrar os órgãos executores da Política ambiental nos níveis Federal, Estaduais e Municipais.

As Políticas Ambientais estão integradas dentro da Gestão Ambiental. Segundo Almeida (2006, p: 01), a Gestão Ambiental

(...) é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais, que integram em um dado espaço com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais – naturais econômicos e sócio-culturais (...) (Josimar de Almeida - 2006)⁴⁷.

Ainda, segundo Almeida (2006, p:01), a Gestão Ambiental é composta por:

POLÍTICA AMBIENTAL – É o conjunto consistente de princípios doutrinários que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais no que se concerne à regulação ou modificação no uso, controle, proteção e conservação do Meio Ambiente.

⁴⁷ Trecho do livro: Gestão ambiental, de Josimar Ribeiro de Almeida, 2006.

PLANEJAMENTO AMBIENTAL – É o estudo prospectivo que visa à adequação do uso, controle e proteção do ambiente às aspirações sociais e /ou governamentais expressas, formal ou informalmente, em Política ambiental, através da coordenação, compatibilização, articulação e implementação de projetos de intervenções estruturais

“GERENCIAMENTO AMBIENTAL – É o conjunto de ações destinadas à regular o uso, o controle, proteção e conservação do ambiente e avaliar a conformidade da situação corrente com os princípios doutrinários estabelecidos pela Política Ambiental.”

No acompanhamento dessa pesquisa, foi considerado a importância de conhecer o nível real de degradação ocorrida nessa área ocupada e para se ter uma opinião bem fundamentada no assunto, a pesquisa buscou informações além do campo pesquisado, foi solicitado ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), um parecer (ver anexo nº4) sobre área de manguezal ocupada pela comunidade dos Sem-Terra II e nesse parecer técnico fica então evidenciada a irreversibilidade do manguezal, ou seja, a sua impossibilidade de voltar a desenvolver-se em sua plenitude para acolher as inúmeras espécies que se reproduzem neste hábitat.

Essa constatação de que esse ecossistema jamais voltará a ser como antes é realmente lamentável, visto que a biodiversidade que antes ali viviam e sobreviviam, não voltará a acontecer; esse bioma singular que a primeira vista se apresenta como delicado, por ter suas raízes expostas, bem acima do solo, escondem a resistência e a importância pela sobrevivência de um número enorme de seres que compõem as margens lagunares.

Entretanto, o meio ambiente, como um todo, além de estar intrinsecamente ligado a uma melhor qualidade de vida da coletividade, deve ser protegido de todas as formas de agressão, já que não há uma consciência natural de uma maioria esmagadora dos sujeitos sociais; então nada mais coerente do que recorrermos ao que é legítimo e assegurado por lei, para preservarmos o que ainda não conseguimos colocar na lista das extinções.

Infelizmente, antes de finalizar esta pesquisa, descobrimos um “novo” acampamento humano em área de manguezal. Os questionamentos feitos a essa nova comunidade composta por pelo menos 56 famílias⁴⁸ possuem as mesmas respostas, ou seja, ausência de uma política habitacional que abrigue esses sujeitos sociais que viviam em uma parte da periferia da Barra, conhecida como “matadouro”.

A partir de uma breve visita feita nesse grupamento, que ocupou também indevidamente área de manguezal, ainda não possui nome, mas, independente de nome, deixou muito claro que ela já conferiu o desfeto dos moradores da Ilha, criando os mesmos vínculos de mal estar pela não permanência deles no local, causando, então, a já conhecida pela comunidade dos Sem-Terra II, a tensão por diferenciação com os residentes e veranistas.

Podemos indubitavelmente afirmar que, as razões pelas quais essas mesmas pessoas não foram contempladas, constituem-se em um parecido e perverso círculo vicioso que ocorreu com a comunidade aqui estudada, quando correlacionados com os mesmos aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Melhor explicitando, obviamente que, diante de ocupações deste gênero, ou seja, famílias decidirem habitar em áreas que são, por lei, protegidas, as instituições não podem de um ponto de vista meramente legal, financiar projetos que violam tão drasticamente o ambiente como as ocupações de manguezais e por isso não podem financiar, a priori, nesse espaço ilegal, moradias para esses ocupantes, a gestão pública pode e deve sim financiar um programa habitacional para retirar e assentar de maneira correta todas essas famílias que foram relegadas ao esquecimento e ao abandono por parte do poder público.

⁴⁸ Informação dada pelos novos ocupantes em área de manguezal, na Ilha da Crôa.

Para dirimir a questão da exclusão social, não apenas dessas famílias, mais a de incontáveis famílias deste país, as políticas públicas devem ser pensadas e executadas de maneira que possam viabilizar estruturas, além da de habitação, como também de saneamento, iluminação, segurança, acesso irrestrito e de respeito às unidades de pronto atendimento da saúde, implantação de programas de geração de emprego e de renda através de cursos de capacitação, a inclusão de jovens e adultos em salas de aula, em fim uma gama de instruções que aí estão postas por leis federais e que a ingerência a ausência de comprometimento por partes deste grupo que está a frente da gestão pública é que a cada dia acompanhamos e vemos de perto, famílias sem casa, escola, alimentação, saúde, lazer e tudo isso fomentando ao estado de violência que presenciamos cotidianamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso de toda nossa história, trazemos uma herança de uma relação entre o Estado e a Sociedade, nos relegando ao clientelismo e ao assistencialismo paternalista, instaurando a tecnoburocracia, segundo o qual os procedimentos não privilegiam o cidadão como detentor dos seus direitos e fazê-lo conhecedor de seus deveres, gerando uma forma de apropriação privada dos recursos alocados, permitindo assim a inadequação das verbas destinadas aos programas de cunho social, ou seja, programas que atendam prioritariamente às necessidades daqueles que vivem à margem e abaixo da linha de pobreza.

A partir da pesquisa realizada, tivemos a oportunidade de poder conhecer e entender um pouco essa dinâmica social, cuja tendência é excluir mais do que a garantir o acesso aos bens e serviços que são de direito a qualquer cidadão. Mesmo diante desta realidade em que vive esta comunidade dos Sem-Terra II, como também outros grupos de pessoas que são submetidas a essa situação de marginalização social, não devemos ter uma visão fatalista do que estamos vivenciando e sim acreditar que serão criados mecanismos, estratégias que viabilizarão uma sociedade igualitária, justa e cidadã.

Vemos claramente que o problema social não pode ser considerado como se fosse independente das questões ambientais e econômicas. Tudo se encontra correlacionado em uma teia de causalidades recíprocas e por isso uma análise abrangente faz-se estritamente necessária. Os Sem Terra II não ocupam as áreas de manguezal da Ilha da Crôa porque queiram deliberadamente impactar o meio ambiente e sim porque sofrem graves privações de liberdade, sofrem uma tensão por diferenciação que os humilha a ponto de se submeterem a viver em uma área claramente insalubre, pois precisam, a fim de que sobrevivam, estar perto de mercados que lhes auferam emprego e renda mesmo que precariamente.

Podemos já daí concluir, ainda que preliminarmente, que a ocupação de que trata a nossa pesquisa é evidentemente insustentável em todos os aspectos fundamentais daquilo que concebemos por desenvolvimento sustentável.

Em primeiro lugar, há uma insustentabilidade ambiental, pela própria ocupação de um dos ecossistemas mais ricos de um ponto de vista da diversidade biológica que é a dos manguezais costeiros. A constatação da menor frequência do berdigão não deixa de ser uma expressão dessa insustentabilidade ambiental. Em segundo lugar, a insustentabilidade econômica se consubstancia na procura de um mercado que para ser acessado requer justamente essa ocupação insustentável. Note-se que é um mercado no qual tais sujeitos sobrevivem muito precariamente. E em terceiro lugar, sendo este aspecto o que mais damos ênfase neste trabalho, essa ocupação é insustentável socialmente, também pelo simples fato de que tal situação não possibilitar de maneira alguma qualquer perspectiva de equidade social.

Esse estudo, portanto, pretendeu, além de elucidar as questões voltadas para a exclusão social que levou os sujeitos sociais da comunidade dos Sem-Terra II a uma ocupação indevida de solos, intencionou também conhecer qual o entendimento dessas famílias no tocante à importância da preservação, da sustentabilidade, do equilíbrio ambiental e das condições que levam ao acesso as políticas públicas, as quais deveriam lhes garantir o trato aos bens e serviços que são direitos a todo cidadão, mais também e principalmente, sobre a perspectiva e a qualidade de vida, de todos àqueles que ali residem.

***“... se as coisas são inatingíveis... ora não é motivo para não querê-las...
Que triste os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas”***

(Mário Quintana)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. R. **Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável**. Thex Editora, 2006.

ALMEIDA, J. R. et al. **Gestão Ambiental de Áreas degradadas**. Editora Bertrand Brasil LTDA. 2ª edição, 2007.

ANDRADE, M. O. **Sociedade, natureza e desenvolvimento – Interfaces do saber ambiental**. Editora: Universitária / UFPB. 2004.

ARAÚJO, J. S.; COSTA, F. ; LAGES, A. e LUSTOSA, C. J. **O velho Chico e sua nova cadeia produtiva: diagnóstico da piscicultura alagoana**. Editora: EDUFAL, 2008.

BAETA, A. B.; SOFFIATI, A; LIMA, G. F.; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; PASSOS, Luiz Augusto; SORRENTINO, M.; SATO, M. ; BRUGGER, P. ; LAYRARGUES, P. P. e CASTRO, R. S. **Educação ambiental: Repensando o espaço da cidadania**. 3ª edição. Editora: Cortez, 2005.

BIDARRA, Z. S. **Invasão de solos urbanos e a estratégia da Juridicização coletiva**. Revista Serviço Social e Sociedade nº 64. Editora Cortez, 2000.

BARBIERE, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Editora: Vozes, 2000.

CAVALCANTE, E. G.; COSTA, F. B. e LIRA, F. J. **Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade: Algumas experiências no Nordeste do Brasil**. PRODEMA / UFAL, 1999.

COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21. MMA/2000.

CONAMA – Conselho Nacional e Meio Ambiente. Lei nº 6.938/81.

CORREIA, M. D. e SOVIERZOSKI, H. H. **Ecossistemas Marinhos: recifes, praias e manguezais**. Série: Conversando sobre ciências em Alagoas.

DEMO, P. **Participação é conquista**. Cortez, 2001.

DEMO, P. **Focalização de políticas sociais. Debate perdido, mais perdido que a “agenda perdida”**. Paper da Revista Serviço Social e Sociedade nº76. Cortez, 2003.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 2ª edição. Editora: Hucitec. 2000.

DIEGUES, A. C. MOREIRA, A. C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. Nupab – USP, 2001.

DOMINGUEZ, J. A.; AGUADO, O. V. e PÉREZ, A.G. **Serviço Social e Meio Ambiente**. Editora Cortez, 2005.

FILHO, J. B. B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. **Cultura e Desenvolvimento: A sustentabilidade cultural em questão**. PRODEMA /UFAL, 1999. Apoio: CAPES E FAPEAL.

FILHO, J. B. B. **Desenvolvimento Sustentável**, Gazeta de Alagoas, seção Opinião, p. A4 28 de julho de 2005.

FOGEL, R. W. & ENGELMAN S. , **Time on the cross: the economics of American Negro slavery**, Boston , Little, Brown, 1974, pp.125-6.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na Contemporaneidade**. Editora Cortez, 2001.

LAVALLE, A. G. **Cidadania, igualdade e diferença**. Artigo extraído da revista científica Lua Nova, nº 59 de 2003.

LUSTOSA, M. C. J. ; CÁNEPA, E.M. YOUNG, C.E.F. **Política Ambiental**. Artigo extraído do livro Economia do meio ambiente, teoria e prática. Editoras: Campus/Elsevier, 2003.

MARQUES, J. G. W. **Dinâmica Cultural e Planejamento Ambiental**. IN: Cultura e Desenvolvimento. Org.: Filho, J.B. B.; Amorim, N.F.M.; Nobre Lages, V. PRODEMA 1999. Editora Universitária UFPE.

MILARÉ, E. **Direito Ambiental**. Editora: Revista dos Tribunais. 5ª edição / 2007.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Editora Bertrand Brasil Ltda. – 2005/ 9ª edição.

MOURA, Flávia B. P. **Conhecimento tradicional e estratégias de sobrevivência de populações brasileiras**. Editora: EDUFAL, 2007.

NOVAES, W. ; RIBAS, O. e NOVAES, P. C. **Agenda 21 Brasileira – Bases para discussão**. Brasília MMA/PNUD 2000.

NOVELLI, Y. S. **Manguezal, ecossistema entre a terra e o mar**. Editora: Caribbean Ecological Research / 1995.

OLIVEIRA, G. B. e LIMA, J. E. S. O desenvolvimento **Sustentável em foco – uma contribuição multidisciplinar**. Editora: ANNABLUME, 1ª edição de dezembro de 2006.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas** – subsídios à crítica dos mínimos sociais. Editora: Cortez – 2002/ 2ª edição.

RAMALHO, J. P. e ARROXELLAS, M. H. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. Editora Cortez, 2004.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Editora: Garamond Ltda. 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora: Garamond Ltda. 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento e Direitos Humanos**. Série: Sustentabilidade em questão nº 1. PRODEMA / UFAL, 2000. Apoio: CAPES.

SEN, A. 1999, **Sobre Ética e Economia**, São Paulo: Companhia das Letras

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**, São Paulo, Companhia das Letras / 2000.

SCHWARTSMAN, S. **Pobreza, exclusão social e modernidade**. Editora Augurium, 2004.

SILVA, H. C. **O que é Divulgação Científica?** Revista: Ciência e Ensino. Artigo publicado em 2006.

SMITH, A. 1978 **An Inquire into the Nature and Causes of the Wealth of Nations** , In: **Great Books of the Western World**, Adam Smith, Vol. 39, Encyclopaedia Britannica, Inc. [originalmente publicado em 1776]

VIEIRA, Jane E. G., **educação para a sustentabilidade – Um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental nas cidades**. Revista Serviço Social & Sociedade, nº. 72, novembro de 2002.

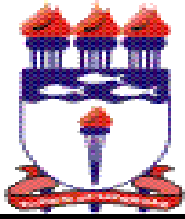
VIEIRA, M. C. **Nova cidadania ou utopia de poucos?** Editora: Edufal, 2003.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável, o desafio do século XXI**. Editora Garamond, 2005.

VITTA, H. G. **O Meio Ambiente e a ação popular**. Editora Saraiva / 2000.

ZANIN, M. e DONNINI, M., **Resíduos Sólidos e Reciclagem: Aspectos Gerais e Tecnologia**. Editora: EDUFSCAR / 2002.

APÊNDICE



1 - QUESTIONÁRIO - 01

1- SEXO

() Feminino () Masculino

2- IDADE: _____

3- CASADO (a) () SOLTEIRO (a) () DIVORCIADO (a) ()
VIÚVO (a) () OUTROS ()

4- ESTUDOU ATÉ QUE SÉRIE? _____

5- QUAL SUA PROFISSÃO?

() Pescador(a) () Artesão(ã) () Catador(a) () Nenhuma

6- TEM FILHOS? () Sim () Não

7- SE SIM, QUANTOS? _____

Meninos? _____ Meninas? _____

8- SE SIM, QUANTOS? _____

9- ELES FREQUENTAM A ESCOLA? () Sim () Não

10- SUA CASA É DE :

() Taipa () Lona () Alvenaria () Mista () Madeira () Outros

11- VOCÊ RETIRA MADEIRA DO MANGUEZAL?

() Sim () Não

12- VOCÊ SOBREVIVE DO MANGUEZAL:

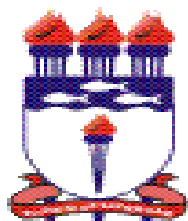
() Totalmente () Parcialmente () De forma nenhuma

13- VOCÊ SE SENTE EXCLUÍDO (a) POR SER DO SEM-TERRA II, NO ACESSO À:

() Posto Médico () Secretarias () Escolas () Outros

14- HÁ QUANTO TEMPO MORA AQUI? _____

15- VOCÊ PENSA EM DEIXAR A COMUNIDADE? () Sim () Não



2 - QUESTIONÁRIO - 02

1- SEXO

() Feminino () Masculino

2- IDADE: _____

3- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA CAPACITAÇÃO PROFISSIONALIZANTE?

() Sim () Não Se sim, qual: _____

4- QUAL CAPACITAÇÃO VOCÊ GOSTARIA DE PARTICIPAR?

() Encanador () Marcenaria () Pedreiro () Outros _____

5- QUAL A MAIOR DIFICULDADE EM ENCONTRAR UM TRABALHO?

() Nível escolar () Falta de crédito da comunidade () Poucas opções () Oportunidades Insuficientes

6- QUAL O TRABALHO QUE VOCÊ GOSTARIA DE REALIZAR?

() Pesca () Caseiro(a) () Artesanato () Trabalhador Rural () Pedreiro () Encanador () outros _____

7- VOCÊ JÁ ASSINOU SUA CTPS/ Carteira de Trabalho?

() Sim () Não () Não tem

8- JÁ TEVE OPORTUNIDADE DE ASSINAR E NÃO ASSINOU PARA NÃO “PERDER” O PBF/ PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA?

() Sim () Não

9- VOCÊ ENTENDE O QUE É O PBF / PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA?

() Sim () Não

10- ENTENDE QUE O PBF É TEMPORÁRIO PARA A FAMÍLIA?

() Sim () Não

11- A RENDA DA FAMÍLIA É DE : _____

12- A RENDA DA FAMÍLIA É SUFICIENTE ? () Sim () Não

13- TEM IDOSOS NA CASA? () Sim () Não

14- SE SIM QUANTOS ? _____

15- RECEBEM (IDOSOS): () Aposentadoria () Pensão () Benefício

3 – RESENHA PUBLICADA SOBRE O LIVRO INTITULADO: ÁGUA SOLO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RESENHA SOBRE O LIVRO INTITULADO **ÁGUA, SOLO & EDUCAÇÃO AMBIENTAL** COM SUBTÍTULO *HISTÓRIA E MEMÓRIA, PLANEJAMENTO E GESTÃO* ORGANIZADO PELOS PROFESSORES JOÃO TERTULIANO NEPOMUCENO AGRA E JOSÉ OTÁVIO AGUIAR. EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, 2008, CAMPINA GRANDE, PARAÍBA, BRASIL. 1ª EDIÇÃO. 194 PÁGINAS. ISBN: 978-85-89674-58-4

Considerações Preliminares

Neste livro, os organizadores – os Profs. João Tertuliano Nepomuceno Agra e José Otávio Aguiar da Universidade Federal de Campina Grande- foram suficientemente hábeis para reunir trabalhos diversos de 17 autores. Este empreendimento relevante para a reflexão ambiental no contexto do semi-árido do Nordeste brasileiro, em particular do semi-árido paraibano, já mostra a dimensão do projeto. Esses autores, embora apresentem contribuições variadas e sob diferentes pontos de vista, conseguem escrever relevantes peças que se complementam em um produto final, a um só tempo, articulado e didático. A abrangência dos temas concatenados sobre *Água, Solo e Educação Ambiental* contempla a recomendação da LDB (Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional) quando esta última insiste em uma Educação orientada para prover nos sujeitos da educação o desenvolvimento de Habilidades e Competências que sejam baseadas em conteúdos sólidos voltados para o incentivo da interdisciplinaridade e da transversalidade. Em outras palavras, o que se deseja é o encorajamento no sentido de se prover conteúdos contextualizados e decorrentes de escolhas criteriosas, afastando assim tanto o perigo de dois extremos igualmente reprováveis, quais sejam, um conteudismo exagerado, estanque e inútil, por um lado, e um esvaziamento de conteúdos igualmente nocivo, por outro. Portanto, nada mais oportuno que exercitar, tal como o livro em tela faz, a recomendação da LDB nesses temas. E, sem dúvida, a conexão das temáticas da *Água, do Solo e da Educação Ambiental* constitui-se numa instância privilegiadíssima desse exercício. O livro é o desdobramento mais recente de um esforço desenvolvido desde 2003 de envolvimento das escolas públicas de Ensino Básico da região do semi-árido paraibano em colaboração com a Universidade Federal de Campina Grande, visando à melhoria do ensino das disciplinas de Ciências, Física e História. Em 2005, o Projeto evoluiu para o tratamento do tema transversal *Conservação e Uso Racional da Água* e para a consecução deste Projeto foram destinados recursos financeiros do CNPq no sentido de que fossem viabilizadas a montagem e a operação do *Espaço Água* no conhecido Colégio “Estadual da Prata” da cidade de Campina Grande. Isso ocorreu em 2006 e em 2007. Os trabalhos que compõem o livro em tela estarão disponíveis na página eletrônica www.hidro.ufcg.edu.br/espacoagua. Em conformidade com a celebração do contrato com a Editora da UFCG os trabalhos deverão ser disponibilizados na página eletrônica acima tão somente após ter sido esgotada a primeira edição impressa do livro. Nesta página eletrônica estão sendo gradativamente inseridos os 11 (onze) documentários produzidos e esses já se encontram disponíveis em dois DVDs.

As contribuições que compõem o livro foram divididas em três partes.

2. Primeira Parte

A parte I do livro intitulada *História Ambiental, Memória & Educação Ambiental* contém quatro capítulos. O capítulo que abre o livro é de autoria de Catarina de Oliveira Buriti e de José Otávio Aguiar. O seu título, em que pese longo, retrata com notável precisão o teor nele desenvolvido: *‘Gestão dos usos e a apropriação cultural dos recursos hídricos através dos tempos: Uma história ambiental da escassez da água no semi-árido nordestino’*. Trata-se de um trabalho que se insere em um campo de pesquisa que se estruturou recentemente e que recebeu o nome de *Environmental History* (História Ambiental). Os pesquisadores inseridos na História Ambiental lançam mão de vários recursos – literários, ensaísticos, antropológicos, sociológicos, econômicos, ecológicos, hidrológicos, geológicos, climáticos, fotográficos, cinematográficos, aqueles que envolvem a oralidade, entre outros – para a compreensão dos impactos antrópicos numa dada região, impactos esses que podem ser refletidos por uma evolução das paisagens o que, por sua vez, constitui resultado de uma história das relações sociedade-natureza, que no caso do Nordeste, tanto na parte semi-árida quanto na parte canavieira deste, tem sido especialmente violenta. O capítulo seguinte de autoria de Romero Azevedo e intitulado *‘Preservando a água e a memória também’* está em continuidade conceitual com o primeiro e ressalta a importância da documentação através da imagem. Memória e Imagem são assim conectadas como expedientes importantes para a documentação da História Ambiental com especial foco na Água. No que concerne ao Cinema Educativo, os pioneirismos de Roquette Pinto e de Humberto Mauro são ressaltados no sentido do argumento segundo o qual a História Ambiental requer especial zelo por uma documentação ambiental que envolva a imagem. O autor enfatiza o esforço de uma pequena equipe que produziu, não obstante as severas dificuldades encontradas, 11 (onze) documentários em dois DVDs, todos eles no contexto do Projeto acima citado. O terceiro capítulo escrito por Fernando Garcia de Oliveira e intitulado *‘Experiências de Assessoria e Pesquisa’* trata de um trabalho de extensão universitária sobre a complexa questão ensejada por alguns dos conflitos fundiários ocorridos na Paraíba. O autor enfatizou a sua própria inserção como intelectual em uma questão envolvendo ação política, mas advertiu: *“Procurava-se configurar um trabalho que tivesse personalidade própria, que não fosse de militância política strictu sensu, e que fosse portador de uma contribuição específica, inerente ao trabalho acadêmico”*. O quarto e último capítulo desta primeira parte intitulado *‘A Mídia e a Educação Ambiental’* foi escrito por Helton Luís Paulino da Costa em colaboração com João Tertuliano Nepomuceno Agra. Em conformidade com as premissas da educação ambiental, são abordadas as decisões tomadas com base na construção de consensos internacionais mediados pela ONU com o fito de disciplinar o uso racional dos recursos naturais, decisões essas consolidadas em nosso país. Em seguida é tratada a questão da Mídia e da Educação Ambiental, destacando a importância da primeira e de seu salutar crescimento para alimentar a sociedade com as mais diversas informações. Os autores ainda abordam o trabalho sobre a educação para a conservação e o uso racional da água: propostas do *Espaço da Água*. Esta proposta é fruto de um trabalho criado por professores da UFCG, das áreas de Recursos Hídricos e Hidrologia, Engenharia Civil, Física, Química e Arte e Mídia, com o objetivo de desenvolver ações educativas para conservação e o uso racional da água.

3. Segunda Parte

Na parte II do livro há seis capítulos articulados. No primeiro deles intitulado *‘Água, Civilização e Ciência’*, João Tertuliano, partindo do pressuposto de que uma suficiente oferta de água foi fator imprescindível para os surgimentos da agricultura, da civilização e das cidades, argumenta que somente assim foram propiciados os meios para os florescimentos da filosofia e da ciência. Tendo em vista essa contextualização o autor tem a intenção de prover meios para atizar a inteligência crítica das cabeças jovens. Deste modo, água, agricultura, civilização, circulação de idéias, filosofia, ciência e tecnologia aparecem –todas elas– como pertencentes a um mesmo e grande diálogo e não simplesmente como pertencentes a domínios distintos e fragmentados numa concepção de ensino que insiste em não fazer conexões. O caminho escolhido pelo autor, além do mais, é a melhor maneira de prover a discussão sobre a água como valor intrínseco. Assim ressalta-se a sua imprescindível qualidade de bem natural e não apenas enquanto mero recurso econômico. O capítulo *‘A Água na Atmosfera’* insere-se no estudo de uma camada gasosa de aproximadamente 10 km de espessura, que representa aproximadamente 0,15% do raio da Terra, composta fundamentalmente de nitrogênio, oxigênio, dióxido de carbono e vapor d’água e na qual o ozônio filtra a radiação proveniente do espaço perigosa à saúde. Não obstante o seu pequeníssimo valor em comparação ao raio da Terra, essa camada desempenha papel decisivo para os climas do planeta e para a manutenção e sustentação da vida e de sua diversidade. As físicas das formações de nuvens e dos diversos tipos de precipitação enriquecem o esforço interdisciplinar do projeto. Trata-se de um capítulo de ciências atmosféricas que é perfeitamente acessível ao público alvo. O capítulo intitulado *‘Disponibilidade e Retenção de Água em Comunidades Rurais do Semi-Árido Brasileiro’* de autoria de Genival Barros Júnior aborda tema de grande importância que reúne elementos naturais como água e solo e sociais como a sobrevivência dos seres humanos no semi-árido. Tendo em vista a existência de solos rasos, pedregosos e baixa capacidade de retenção de água, combinada com um balanço hídrico deficitário consubstanciado por uma insuficiente precipitação pluviométrica na faixa de 400-800 mm/ano largamente superada por uma evaporação de 2000-2500 mm/ano, as soluções para o semi-árido nordestino não parecem fáceis. Muitos pensariam que o armazenamento da água –por meio de barragens e de açudes– fosse a panacéia. Embora esses sejam recursos até certo ponto razoáveis, eles não estão imunes a problemas principalmente se levarmos em conta a questão da alta evaporação demandada pela atmosfera e a salinização. A degradação do Bioma Caatinga tem um papel negativo no que tange a uma crescente poluição e, além disso, a intermitência dos rios tem consequências graves no aprofundamento do lençol freático, pois este passa a demandar mais água desses rios ao invés de contribuir para as suas correntezas. Isso leva a mais um problema naquilo que pareceria uma solução: a freqüente incidência de poços improdutivos expressão desse balanço hídrico deficitário. O autor enfatiza a necessidade da construção de barragens subterrâneas e barragens de assoreamento para aumentar a reserva de água em poços amazonas e que tudo isso seja criteriosamente realizado. A forma transversal característica da abordagem em educação ambiental talvez seja a melhor maneira de incentivar o exercício de consciências críticas jovens sobre tal crucial problema. Os jovens inclusive são convidados a refletir sobre o caráter finito desse recurso. O capítulo intitulado *‘Água, Solo e Meio Ambiente: Subsídios para Alunos e Professores do Ensino Básico’* escrito por Jógerson Pinto

Gomes Pereira se orienta muito positivamente no sentido de contribuir para o exercício da transversalidade ensejada pela Educação Ambiental ao ressaltar que a água é uma substância de alto calor específico e que isso é essencial para a regulação do clima global. Assim como a água é utilizada para debelar incêndios devido ao alto valor de seu calor específico que faz roubar energia do material em chamas demandando-a em grandes quantidades para a sua ebulição, as águas dos oceanos e rios assim demandam parte da “excessiva” energia da radiação solar que nos chega a fim de regular o clima global. Esse é um dos aspectos importantes, mas, evidentemente, não é o único da essencial importância da água. Está escrito na página 129 que “a água potável salva mais vidas do que todas as instituições médicas do mundo”, frase que dá vazão a interessantes discussões sobre a necessidade imperiosa que órgãos como cérebro, intestinos, rins, fígados, têm como intensos demandantes de água. Além disso, em vista do fato de que a agricultura é enormemente demandante de água (69%) temos de nos conscientizar para que possamos nos proteger dos efeitos perversos advindos de fertilizantes químicos e pesticidas. Para tal deveremos estar atentos ao uso o mais racional possível da água. Os dois últimos capítulos que compõem a parte II do livro constituem-se em propostas práticas e afirmativas de soluções relevantes e viáveis para dois problemas importantes, respectivamente, o de mais uma forma de captação de água no semi-árido paraibano e o do tratamento de águas residuais domésticas para irrigação usando-se plantas aquáticas. Eles são respectivamente, o capítulo intitulado ‘*Captação da água em superfícies resfriadas na região do semi-árido paraibano*’ escrito por Genival da Silva e o capítulo ‘*Tratamento de águas residuais domésticas para irrigação usando plantas aquáticas*’ escrito por José Raimundo Sobrinho.

4. Terceira Parte

A parte III do livro trata dos *Recursos Hídricos*. O primeiro capítulo desta parte escrito por Márcia Maria Rios Ribeiro, Maria Josileide Felipe Guedes e Mirella Leôncio Motta e Costa tem como título ‘*A nova gestão dos recursos hídricos no Brasil*’. Trás à baila a importância inovadora da *Lei das Águas* (Lei nº 9433) de 1997 enfatizando os princípios que estabelecem a água como bem de domínio público e como recurso natural limitado e de valor econômico. Ademais, a lei confere prioridade para o uso da água para os seres humanos e para matar a sede dos animais, além de estabelecer o conceito de Bacia Hidrográfica como unidade territorial para uma consequente Política Nacional dos Recursos Hídricos. No texto, os autores discorrem sobre os instrumentos de gestão dos recursos hídricos, a saber: planejamento de utilização dos recursos hídricos; enquadramento dos corpos de água em classes; a outorga dos direitos dos recursos hídricos; cobrança pelo uso desses recursos e o sistema de informação sobre os mesmos. O trabalho faz alusão à Agência Nacional de Águas (ANA) e aos comitês de bacias hidrográficas. Os autores encerram o ensaio abordando a realidade local da Paraíba, no que diz respeito à gestão de recursos hídricos, aos Comitês de Bacia Hidrográfica e, em especial, ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. Wilson Fadlo Curi e Valterlin da Silva Santos são autores do capítulo intitulado ‘*A Bacia Hidrográfica e o Planejamento dos Recursos Hídricos*’. Confere-se o imprescindível valor da água para toda a diversidade biológica, fazendo alusões ao perigo de não sobrevivência desses seres e o tempo que cada um sobrevive sem o líquido tão essencial à vida. O poder solvente e o ciclo hidrológico da água são abordados de maneira didática no texto. É apontado o crescimento demográfico como o vilão da história, como também a imperiosa necessidade de gerenciamento do acesso à água para manter os recursos hídricos existentes. Os autores ainda

salientam que a quantidade de água no Planeta é a mesma desde os primórdios dos tempos. Eles asseveram que há bem pouco tempo acreditava-se que a água fosse um bem inesgotável, mas que hoje já se acredita no contrário.

O capítulo é finalizado com a alegação de que, para uma adequada gestão de recursos hídricos faz-se necessária uma integração mais efetiva e consistente das informações sobre o funcionamento de lagos, rios, represas e áreas alagadas e dos processos econômicos e sociais que influenciam os recursos hídricos. O capítulo '*Educação Ambiental: uma proposta para ações educativas em Escolas de Ensino Básico*' fecha a terceira e última parte do livro. Os seus autores Soahd Rached Farias e João Tertuliano Nepomuceno Agra, embasados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem subsídios e propostas concretas para professores e alunos de escolas de ensino básico, no sentido em que sejam empreendidas ações educativas focadas nos temas Água, Solo & Meio Ambiente.

5. Apreciações Finais

Neste conjunto bem articulado de excelentes contribuições, a Educação Ambiental foi concebida nas suas inerentes, transversalidade e interdisciplinaridade. O defeito maior do livro é meramente incidental e provavelmente decorrente de problemas de infra-estrutura comuns a muitas de nossas editoras universitárias. As figuras aparecem com baixa resolução. Certamente, quando elas forem disponibilizadas na página eletrônica do *Espaço Água* este defeito será sanado. Contudo, a excelente qualidade do livro e a vigorosa repercussão na educação de nossos jovens que um produto do gênero ensaja são de tal monta que superam largamente o problema apontado.

Jenner Barretto Bastos Filho

E-mail: jenner@fis.ufal.br; jennerbastos@gmail.com

Maristella Sampaio

E-mail: maristellasampaio@uol.com.br

Vera Nascimento

E-mail: veralbnascimento@gmail.com

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal de Alagoas,
CEP 57072-970, Maceió, Alagoas, Brasil

4 – FOTOS



FIGURA 01: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 04/2010



FIGURA 02: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 04/2010



FIGURA 03: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 04/2010



FIGURA 04: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 04/2010



FIGURA 05: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 04/2010



FIGURA 6: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 04/2010



FIGURA 7: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 04/2010



FIGURA 8: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 04/2010

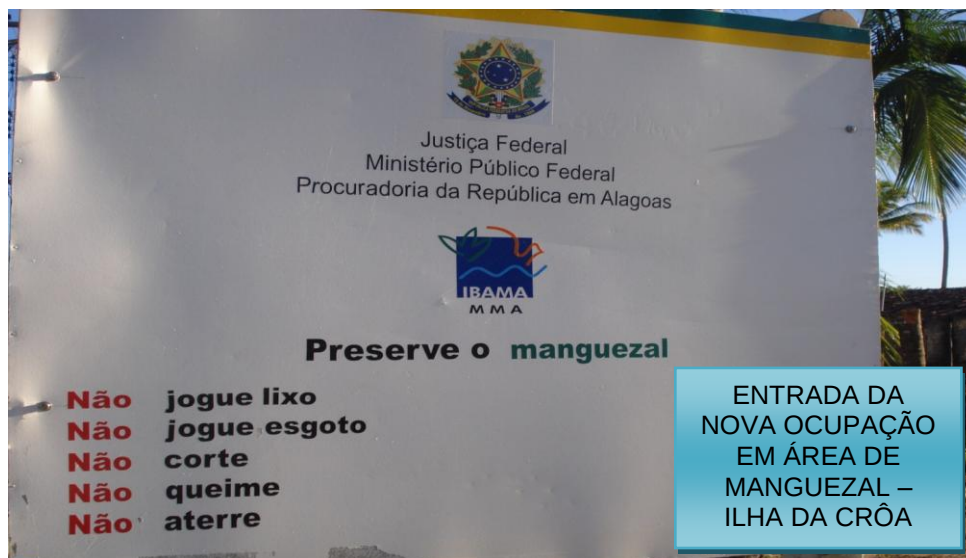


FIGURA 9: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 09/2010



FIGURA 10: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 09/2010



FIGURA 11: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 09/2010



FIGURA 12: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 09/2010



FIGURA 13: FOTOGRAFIA TIRADA POR MARISTELLA SAMPAIO– 09/2010

ANEXOS

1 – PARECER TÉCNICO SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO COM A OCUPAÇÃO INDEVIDA DOS MANGUEZAIS

Relatório Técnico

Introdução

Trata-se da análise das condições ambientais detectadas nas ocupações humanas localizadas às margens do Rio Santo Antônio, no município de Barra de Santo Antônio, Estado de Alagoas.

Análise

O que verificamos nas fotografias é um processo de ocupação desordenada das margens do Rio Santo Antônio, marcado pela remoção da vegetação nativa de mangue, em sua maioria o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) e o mangue branco (*Laguncularia racemosa*).

O processo de ocupação desordenada de áreas de manguezal é uma realidade negativa que marca as áreas estuarinas brasileiras. A diminuição dessas áreas naturais confere um alto grau de comprometimento dos ciclos bióticos que dependem do ecossistema manguezal para seu estabelecimento.

Os manguezais são berçário e fonte de alimentação da fauna terrestre e aquática – lagunar e marinha, que encontram nas áreas de mangue o ambiente ideal para crescerem e se desenvolverem, garantindo rica fonte de alimentação e refúgio de predadores.

O impacto negativo causado pelo estabelecimento de ocupações subnormais na região é preocupante. O estabelecimento de residências é precedido de desmatamento e queima do material lenhoso de mangue. A remoção da cobertura vegetal compromete desde a fauna até a estrutura do restante do manguezal pois, expõe o solo à ação das marés e com isso, podem ocorrer erosões de margens e perda de mais exemplares.

Para a construção da residência, é aplicada a intervenção mais destrutiva para o ecossistema de manguezal, que é o aterro com material alóctone, como argilas dos tabuleiros e outros solos, além de metralhas de construção. A inserção desse substrato modifica drasticamente o local onde antes haviam os chamados solos gleissolos hidromórficos, típicos de áreas de mangue que sofrem influência das águas e da salinidade.

Essa alteração praticamente anula a possibilidade da regeneração da vegetação, impossibilitando o restabelecimento da vegetação nativa.

A partir do estabelecimento desse alicerce, a construção dessas residências não dispões de esgotamento sanitário pois o lençol freático é bastante raso, impossibilitando a construção de fossas convencionais. A maioria é disposta in natura no manguezal, bem como todo o resíduo gerado pela residência pois algumas aglomeram-se em locais onde a coleta de lixo municipal não tem cobertura, comprometendo ainda mais o ecossistema, causando a contaminação das águas e acúmulo de resíduos sólidos.

Portanto, podemos considerar que trata-se de uma situação de inúmeras consequências negativas para o meio ambiente, o homem e sua qualidade de vida pois compromete o ecossistema de onde as populações tradicionais retiram seu principal sustento, compromete a qualidade e quantidade dos recursos pesqueiros e a integridade dos solos dessa região.

A ocupação de áreas de manguezal é proibida pela Lei 4.771/65, o Código Florestal Brasileiro, que considera as áreas abrangidas pelo mangue como APP – Áreas de Preservação Permanente, garantindo a sua integridade pela importância biológica que exerce e prevendo intervenções apenas no caso de interesse público com profundo embasamento de alternativas para sua conservação

Conclusão

Recomenda-se a intervenção imediata do poder público municipal no sentido de promover alternativas para a população e a desocupação das áreas de manguezal.

Sob a ótica da atuação dos órgãos ambientais, verificamos diversas ações já são realizadas por órgãos como o IMA, IBAMA, ICMBio e Ministério Público Federal na localidade e região quanto as ocupações desordenadas da orla. Agregamos destaque ao ICMBio, devido a área estar inserida na Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais – Unidade de Conservação Federal criada em 23 de outubro de 1997, onde, dentre seus objetivos, há o de “proteger os manguezais em toda a sua extensão, situados ao longo das desembocaduras dos rios, com sua fauna e flora”.

Entretanto, os casos que permeiam tais questões sociais negativas demandam dificuldades no cumprimento das ações por parte dos órgãos que se deparam com um quadro de extrema pobreza por quem se instala nas áreas de preservação.

Para tanto, o Ministério Público é peça fundamental no que diz respeito a cobrança das funções sociais dos gestores municipais em garantir moradia e condições dignas de sobrevivência para as populações, bem como o cumprimento da legislação ambiental em áreas de elevada fragilidade ecológica.

Alex Nazário Silva Oliveira
Geógrafo, Esp. Análise Ambiental

2 – TABELAS SOBRE DADOS RELACIONADOS À QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES DA BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE /DATASUS

SIAB – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA

SÉRIE HISTÓRICA DAS INFORMAÇÕES DA ESQUIPE DO PSF

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: MARINETE BALTAZAR/ ILHA DA CRÔA

BARRA DE SANTO ANTÔNIO – AL

PERÍODO: 01 A 10 DE 2009

CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2009

TIPO DE TRATAMENTO DA ÁGUA	NÚMERO DE DOMÍLIOS	PORCENTAGEM %
SISTEMA DE ESGOTO	66	8,66%
FOSSA	384	50,39%
POÇO	116	15,22%
FERVURA	10	1,31%
FILTRAÇÃO	36	4,72%
CÉU ABERTO	312	40,94%
CLORAÇÃO	259	33,99%
SEM TRATAMENTO	457	59,97%

TIPOS DE CONSTRUÇÕES DOMICILIARES	NÚMERO DE DOMÍLIOS	PORCENTAGEM %
TAIPA REVESTIDA	147	19,29%
TAIPA NÃO REVESTIDA	207	27,17%
MADEIRA	1	0,13%
MATERIAL APROVEITADO	6	0,79%
ENERGIA ELÉTRICA	563	73,88%

DESTINO DO LIXO	NÚMERO DE DOMÍLIOS	PORCENTAGEM %
NÚMERO DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	762	-----
REDE PÚBLICA	556	72,97%
COLETA PÚBLICA	490	64,30%
QUEIMADO/ENTERRADO	86	11,29

DADOS ADICIONAIS

→Número de equipes do PSF – Programa Saúde da Família

- 001 – UNIDADE SÃO SEBASTIÃO
- 002 – MARINETE BALTAZAR
- 003 – SANTA LUZIA
- 004 – CENTRO SÃO SEBASTIÃO
- 005 – MEROVEU
- 006 – NOSSA SENHORA DE LOURDES

→Número de ACS- Agentes Comunitários de Saúde:

- De 2006 a 2007: 30 agentes
- De 2007 a 2009: 36 agentes

→Número de ACS/ENDEMIAS - Agentes Comunitários de Saúde / endemias:

- De 2006 a 2007: 05 agentes
- De 2007 a 2009: 08 agentes

* DADOS CEDIDOS PELA SECETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL

3-TABELA SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS DIRETOS NOS ECOSISTEMAS COSTEIROS EM ALAGOAS

CAUSAS	IMPACTOS AMBIENTAIS	CONSEQUÊNCIAS
<u>CAIEIRAS</u>	- RETIRADA DE GRANDES QUANTIDADES DE CORAIS E HIDROCORAIS VIVOS E MORTOS PARA OBTENÇÃO DE CAL. - PESCA INDISCRIMINA, COM UTILIZAÇÃO DE ARTEFATOS ILEGAIS COMO BOMBAS E CANDANGOS;	- DRÁSTICA ALTERAÇÃO DO ECOSISTEMA RECIFAL; - REDUÇÃO DO NÚMERO E DO TAMANHO DOS CORAIS E HIDROCORAIS.
<u>PESCA PREDATÓRIA</u>	- USO DE REDES COM TAMANHO DE MALHA REDUZIDA E EM LOCAIS PROIBIDOS; - CAPTURA DE FÊMEAS OVADAS, INTERFERINDO NO CICLO BIOLÓGICO DAS ESPÉCIES.	- CAPTURA DE PESCADO COM TAMANHOS INFERIORES AOS PERMITIDOS EM LEI; - REDUÇÃO NO ESTOQUE PESQUEIRO, LIMITE DE SUSTENTAÇÃO DAS POPULAÇÕES NATURAIS; - PESCA EM ÉPOCAS E EM LOCAIS PROIBIDOS, PRINCIPALMENTE EM TEMPO DE DEFESO.
<u>TURISMO INADEQUADO</u>	- DESTRUIÇÃO E DEPREDÇÃO DOS ECOSISTEMAS; - PASSEIO AQUÁTICO COM MERGULHO E PISOTEIO EM LOCAIS IMPRÓPRIOS; - INFORMAÇÕES ERRÔNEAS PASSADAS AOS TURISTAS; - DESTRUIÇÃO E RETIRADA D COBERTURA VEGETAL E DA FAUNA PARA SUVENIR; - AUMENTO DE LIXO, SEM ATERROS SANITÁRIOS ADEQUADOS PARA DESTINAÇÃO APROPRIADA.	- INFRA- ESTRUTURA INADEQUADA; - ATIVIDADES DESORDENADAS DE TURISMO; - GUIAS DE TURISMO DESPREPARADOS; - CONSTRUÇÃO DE BARES E RESTAURANTES EM ÁREAS OCUPADAS POR MANGUEZAIS E RESTINGAS - DEPREDÇÃO INVOLUNTÁRIA DOS ECOSISTEMAS, PRINCIPALMENTE DA VEGETAÇÃO E DOS RECIFES;

		- FALTA DE PROGRAMAS PARA RECICLAGEM DE LIXOS;
<u>CARCINOCULTURA</u>	- DESTRUIÇÃO DOS MANGUEZAIS E RESTINGAS; - CONTAMINAÇÃO DOS ECOSISTEMAS COSTEIROS POR SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS UTILIZADAS NO CULTIVO; - LANÇAMENTO DE RESÍDUOS QUÍMICOS E ORGÂNICOS SEM TRATAMENTO.	- DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DOS ECOSISTEMAS DA ZONA COSTEIRA, PRINCIPALMENTE OS MANGUEZAIS; - REDUÇÃO DA BIODIVERSIDADE COSTEIRA; - ALTERAÇÃO DO CICLO BIOLÓGICO DE INÚMERAS ESPÉCIES ESTUARINAS E MARINHAS; - DIMINUIÇÃO DA PRODUTIVIDADE PESQUIRA
<u>FALTA DE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL</u>	- DESTRUIÇÃO DOS ECOSISTEMAS COSTEIROS; - COLETA DE EXEMPLARES SILVESTRES VIVOS E MORTOS DA FAUNA E DA FLORA; - LANÇAMENTO DE LIXO EM LOCAIS INDEVIDOS; - LANÇAMENTO DE ESGOTOS CLANDESTINOS; - POLUIÇÃO DOS AMBIENTES COSTEIROS;	- DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - UTILIZAÇÃO ILEGAL E DESPERDÍCIO DE RECURSOS NATURAIS; - REDUÇÃO DA BIODIVERSIDADE AQUÁTICA E TERRESTRE;
<u>OBRAS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES IRREGULARES</u>	- CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, LOTEAMENTOS, ATERROS, CLUBES E CONDOMÍNIOS COM PROJETOS INADEQUADOS; - VIOLAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE;	- REDUÇÃO E ALTERAÇÃO COM CONSEQUENTE ASSOREAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA E DETERIORAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA;

<u>OBRAS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES</u> <u>IRREGULARES – Cont.</u>	- DESMATAMENTOS ILEGAIS, ACARRETANDO A RETIRADA DA COBERTURA VEGETAL NATURAL; - LANÇAMENTO DIRETO DOS DEJETOS E RESÍDOS URBANOS E INDUSTRIAIS; - OCUPAÇÃO DESORDENADA E SEM PLANEJAMENTO.	- DRÁSTICAS ALTERAÇÕES NOS ECOSISTEMAS ATINGIDOS, MUITAS VEZES IRREVERSÍVEIS - DESTRUIÇÃO DA BIODIVERSIDADE, COM REDUÇÃO E EXTINÇÃO DE ESPÉCIES DA FAUNA E FLORA.
--	--	---

4- TABELA SOBRE O TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO DE ALGUNS MATERIAIS LANÇADOS AO MAR

<u>MATERIAL</u>	<u>TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO</u>
PAPEL - TOALHA	4 SEMANAS
CAIXA DE PAPELÃO	2 MESES
CAIXA DE LEITE	3 MESES
JORNAL	6 MESES
FRALDA BIODEGRADÁVEL	1 ANO
FRALDA COMUM	450 ANOS
COPOS DE PLÁSTICO	50 ANOS
LATAS DE ALUMÍNIO	200 ANOS
PORTA-LATAS DE PLÁSTICO	400 ANOS
GARRAFAS PET	450 ANOS
GARRAFAS DE VIDRO	INDETERMINADO

5 – FOTOS



FIGURA 01: Disponível em: <www.google.com.br>



FIGURA 02: Disponível em: <www.google.com.br>

